



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

NELMA DOS SANTOS ASSUNÇÃO GALLI

**IMIGRAÇÃO HAITIANA NO BRASIL:
UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE INSERÇÃO E
PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS DE HAITIANOS ADULTOS
EM LONDRINA-PR**

Londrina
2018



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

MESTRADO EM EDUCAÇÃO



Londrina
2018

NELMA DOS SANTOS ASSUNÇÃO GALLI

IMIGRAÇÃO HAITIANA NO BRASIL:
UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE INSERÇÃO E
PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS DE HAITIANOS ADULTOS
EM LONDRINA-PR

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Cleide da Silva Czernisz.

Londrina
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Galli, Nelma dos Santos Assunção.

Imigração haitiana no Brasil : uma análise das políticas de inserção e perspectivas educacionais de haitianos adultos em Londrina. / Nelma dos Santos Assunção Galli. - Londrina, 2018.
168 f. : il.

Orientador: Eliane Cleide da Silva Czernisz.
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, , 2018.
Inclui bibliografia.

1. Educação. - Tese. 2. Imigração haitiana. - Tese. 3. Trabalho. - Tese. 4. Direitos Humanos. - Tese. I. Czernisz, Eliane Cleide da Silva . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. . III. Título.

NELMA DOS SANTOS ASSUNÇÃO GALLI

IMIGRAÇÃO HAITIANA NO BRASIL:
UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE INSERÇÃO E PERSPECTIVAS
EDUCACIONAIS DE HAITIANOS ADULTOS EM LONDRINA-PR

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Cleide da Silva
Czernisz

Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Maria José Ferreira Ruiz
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Roberto Antonio Deitos
Universidade Estadual do Oeste do Paraná -
UNIOESTE

Londrina, 14 de Dezembro de 2018.

DEDICO

Dedico este trabalho, a todo (a) haitiano (a), sua história, alegria e coragem, bem como, a todos àqueles que trabalham com e para os migrantes no Brasil e no mundo.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade concedida e por colocar em meu caminho pessoas abençoadas, que estiveram presentes nesse momento, me incentivando e possibilitando vivenciar os aprendizados da pós graduação.

Assim, os agradecimentos aqui expostos retratam uma singela forma de homenageá-los e demonstrar a minha gratidão, por àqueles que sonharam e caminharam ao meu lado nesses anos de aprendizagem e dedicação.

Primeiramente gostaria de agradecer a Cáritas, a princípio nas pessoas de Rodrigo Zambon e Valquíria Caprioli, que cruzaram a minha vida em 2010 e permecem até hoje, como colegas de trabalho e principalmente amigos de vida.

Ainda, na Cáritas a Márcia Ponce e Fabrícia Pigaiani, pois juntas sofremos as incertezas e as dificuldades do atendimentos aos imigrantes, rimos pelas situações insusitadas e vivemos as alegrias da convivência e a amizade que nos une até hoje.

Foi na Cáritas também que fui desafiada profissionalmente a intervir junto a demanda emergente de um público que nunca sonhei representar, vindos de diversos países, com várias histórias e carregados de sonhos, os imigrantes que aqui não consigo nominar, partilharam comigo seus desejos e anseios, cabendo a mim o dever de lhes retribuir essa confiança.

Capturada por esse desejo me propus a deixá-los para percorrer um outro caminho, meu grande desafio, a academia e o mestrado, que de certa forma sempre permeou meu sonho. E o desafio foi lançado.

Para minha satisfação encontrei uma grande mestra que se propôs a caminhar ao meu lado, pegando para si essa expectativa, e a quem não tenho palavras para agradecer por tanta generosidade. Professora orientadora Eliane Cleide da Silva Czernisz, obrigado pela confiança, por compartilhar toda sua sabedoria, calma e afeto. Aquele voo cego encontrou o seu destino.

Agradeço também a todos os professores do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Londrina, em especial atenção a Profa. Dra. Maria José, pelas imensas contribuições nessa pesquisa.

Amplio os agradecimentos às garotas mais preciosas que eu poderia conhecer e juntas percorrermos o desafio do mestrado: Aline, Rafaela, Lucy, Renata e Ariane, partilhar com vocês desse momento deixou tudo mais leve e feliz.

Não poderia deixar de agradecer as amigas da graduação e da vida: Ana Paula Henschel, Elaine, Vanessa Baggio, Paula Teté e Glaucia, pelos momentos de “terapia”, vocês são essenciais em minha vida.

Agradeço aos amigos do trabalho: Ana Carolina, Adriana, Claudia, Rosy, Lais, Luciana e tantos outros, pela compreensão por minha ausência durante essa trajetória.

Aos meus pais, que mesmo sem entender o motivo de tantas idas à UEL e tantos finais de semana ausentes, estiveram ao meu lado nesse momento.

E por fim, aquele que é a razão de tudo, meu porto seguro, meu companheiro, meu amor, minha inspiração: Luiz Paulo Galli. Vencemos!

GALLI, Nelma dos Santos Assunção. **Imigração haitiana no Brasil**: uma análise das políticas de inserção e perspectivas educacionais de haitianos adultos em Londrina. 2018. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

RESUMO

Esta pesquisa tem por finalidade analisar a inserção educacional de imigrantes haitianos adultos residentes no Brasil. A pesquisa foi motivada frente ao intenso fluxo migratório de haitianos para a região do município de Londrina a partir de 2011 e à experiência profissional desta pesquisadora no atendimento e encaminhamento desse contingente populacional às políticas sociais ofertadas, identificando os desafios enfrentados pelos imigrantes para acessarem as políticas educacionais que lhes são de direito. A luz do método materialista histórico, que indica ao pesquisador transcender ao aparente, procurando chegar à essência do fenômeno, é que buscamos nos condicionantes históricos refletir esses movimentos sociais contemporâneos. O objetivo geral desse estudo é analisar a inserção dos imigrantes haitianos adultos residentes no município de Londrina nos processos educativos e as perspectivas educacionais desse público frente aos serviços educativos, formal e não-formal ofertados, os objetivos específicos perpassam pela necessidade de discutir as motivações da imigração internacional, pautados na análise da categoria trabalho; retomar a imigração histórica no Brasil; caracterizar e contextualizar a imigração haitiana ao Brasil, sua motivação, percurso e organização; resgatar o arcabouço legal de proteção aos imigrantes no Brasil, identificando as normativas legais e mapear os serviços educativos ofertados no Município de Londrina, bem como identificar junto aos imigrantes haitianos e os responsáveis legais pela oferta do serviço as perspectivas educacionais no atual país de residência. Utilizamos como metodologia a pesquisa documental, voltada à análise da abordagem do ciclo de políticas, utilizando dos contextos do método para a leitura das legislações, resolução, normativas, orientações governamentais entre outros, que sugerem um arcabouço de informações para a análise posterior da realidade empírica identificada, a pesquisa bibliográfica com o intuito de realizar o levantamento de estudos e autores que vem discutindo a questão objeto desse trabalho e pesquisa de campo enquanto abordagem qualitativa, pautada pela entrevista semi-estruturada, utilizando perguntas previamente estabelecidas e conversas abertas direcionadas a seis imigrantes haitianos e a dois representantes dos serviços educativos ofertados. Em resposta às questões que permearam essa discussão, identificamos que a ideologia neoliberal naturalizou na classe trabalhadora a responsabilidade pela sua sobrevivência, reforçando a ilusão migratória, gerada pela globalização e pela divisão internacional do trabalho, intensificando a vulnerabilidade dessas pessoas. Ao Estado coube a oferta de mínimos sociais, sobretudo aos mais desfavorecidos, com políticas compensatórias que lhes garantam a mínima dignidade humana. Concluímos que ao Estado, enquanto provedor de políticas públicas, cabe responder às demandas emergentes com ampliação da oferta de políticas educacionais que atendam as especificidades da pessoa migrante e a sociedade civil organizada o papel de debater e articular entre os organismos institucionais a garantia dos direitos humanos fundamentais.

Palavras-chave: Educação. Imigração haitiana. Trabalho. Direitos Humanos.

GALLI, Nelma dos Santos Assunção. **Haitian immigration in Brazil: a insertion policies analysis and educational perspectives of adult Haitians in Londrina.** 2018. 168 p. Dissertation (Master in Education) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

ABSTRACT

This research aims to analyze the educational insertion of adult Haitian immigrants living in Brazil. The research was motivated by the intense Haitians immigration flow to the Londrina region from 2011 and the professional experience of this researcher in the assistance and forwarding of this population contingent to the social policies offered, identifying the challenges faced by immigrants to access policies educational that are rightfully theirs. In the light of the historical materialist method, which indicates to the researcher to transcend the perceptible, seeking to reach the phenomenon essence, is that we seek in the historical determinants to reflect these contemporary social movements. The general objective of this study is to analyze the insertion of adult Haitian immigrants residing in the city of Londrina in the educational processes and the educational perspectives of this public in front of the educational services, formal and non-formal offered, the specific objectives go through the need to discuss the motivations of international immigration, based on the work category analysis; resume historical immigration in Brazil; characterize and contextualize Haitian immigration to Brazil, its motivation, route and organization; to rescue the legal outline of protection for immigrants in Brazil, identifying legal regulations and mapping the educational services offered in the city of Londrina, as well as identifying with Haitian immigrants and those legal responsible for providing the service the educational prospects in the current country of residence. We used as a methodology documentary research, focused on the analysis of the policy cycle approach, using the contexts of the method for the reading of laws, resolution, regulations, governmental guidelines among others, which suggest a information outline for the later analysis of the empirical reality identified, the bibliographical research with the intention of carrying out a studies and authors survey that has been discussing the subject matter of this work and field research as a qualitative approach, guided by the semi-structured interview, using previously established questions and open conversations directed to six immigrants Haitians and two educational services representatives offered. In answer to the questions that permeated this discussion, we identified that the neoliberal ideology naturalized the working class the responsibility for its survival, reinforcing the migratory illusion generated by globalization and the international labor division, intensifying the vulnerability of these people. The state has the offer of social minimums, especially the most disadvantaged, with compensatory policies that guarantee them the minimum human dignity. We conclude that the State, as provider of public policies, responds to the emerging demands with broader offer of educational policies that answer the specificities of the immigrant person, and the organized civil society has the role of discussing and articulating among the institutional bodies the guarantee of human rights fundamental.

Keywords: Education. Haitian immigration. Work. Human Rights.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Rota percorrida por haitianos até chegar ao sul do Brasil.....	85
Figura 2 -	Localização da Região Metropolitana de Londrina	111
Figura 3 -	Concentração populacional de imigrantes haitianos na região metropolina de Londrina	112

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo a idade, Brasil 2011-2014	91
Gráfico 2 -	Taxa de desemprego no Brasil de 2012 a 2017	92
Gráfico 3 -	Haitianos que se registraram na Polícia Federal entre 2012 a 2016.....	97
Gráfico 4 -	Estados da Federação nos quais os Haitianos se registraram.....	97
Gráfico 5 -	Ocupação declarada pelos Imigrantes Haitianos ao se registrarem no Brasil.....	98
Gráfico 6 -	Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo a escolaridade, Brasil 2011-2014.....	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Arsenal legal de Proteção ao Refugiado.....	93
Tabela 2 -	Plano Estadual de Políticas Públicas para a Promoção e Defesa dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas - Metas Educação.	120
Tabela 3 -	Perfil educativo dos entrevistados	127

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAIC	Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPs	Caixa de Aposentaria e Pensões
CEPE	Comissões de Extensão dos Centros de Estudos
CES	Câmara de Educação Superior
CF	Constituição Federal
CIME	Comissão Intergovernamental para Migrações Europeias
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNIG	Conselho Nacional de Imigração
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CSS	Cooperação Sul-Sul
CTPD	Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DPF	Departamento da Polícia Federal
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNABEM	Fundação Nacional para o bem estar do menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índices de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior

IMDH	Instituto de Migração e Direitos Humanos
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MINUSTAH	Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NRE	Núcleo Regional de Ensino
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROPE	Programa de Apoio ao Acesso e Permanência para a Formação do estudante da UEL
RAIS	Relatório de Informações Socioeconômicas
SESC	Serviço Social do Comércio
SINCRE	Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros
SME	Secretaria Municipal de Educação
SPM	Serviço Pastoral do Migrante
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	PERCURSO METODOLÓGICO	22
1.2	ANÁLISE DE DOCUMENTOS.....	25
1.3	PESQUISA DE CAMPO	30
2	TRABALHO, MIGRAÇÕES E DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO NA CONSTRUÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	36
2.1	TRABALHO E CAPITAL: INTERFERÊNCIA NOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS.....	37
2.2	TRABALHADORES E OS MODOS DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	41
2.3	ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL E A OFENSIVA NEOLIBERAL.....	44
2.4	CONSEQUÊNCIAS DO NEOLIBERALISMO PARA AS POLÍTICAS DE BEM ESTAR SOCIAL	51
2.4.1	O capitalismo no Brasil e suas experiências de políticas sociais	54
3	A IMIGRAÇÃO NO CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO E HAITIANO: SUAS INFLUÊNCIAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DAS NAÇÕES	61
3.1	CARACTERÍSTICAS IMIGRATÓRIAS NO BRASIL: PERÍODO DA “MIGRAÇÃO EM MASSA” – ENTRE OS ANOS DE 1890 A 1930.....	62
3.1.1	Contexto político e econômico do Brasil de 1930 a 1990: ditadura, industrialização e capitalismo.....	67
3.2	COLONIZAÇÃO, TRABALHO E EMIGRAÇÃO NO HAITI.....	70
4	QUANDO AS HISTÓRIAS SE CRUZAM: O BRASIL NA MINUSTAH, O TERREMOTO E A CHEGADA E PERMANÊNCIA DOS HAITIANOS NO BRASIL	80

4.1	IMIGRAÇÕES HAITIANAS AO BRASIL, PROCESSO DE ACOLHIDA, TRABALHO E ARCABOUÇO LEGAL DE PROTEÇÃO.....	83
4.2	A INTERIORIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO	96
5	A INSERÇÃO EDUCACIONAL DOS IMIGRANTES NO MUNICÍPIO DE LONDRINA	100
5.1	A EDUCAÇÃO NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS E A INTERVENÇÃO DO ESTADO.....	100
5.2	A IMIGRAÇÃO HAITIANA NO MUNICÍPIO DE LONDRINA E A REALIDADE EDUCACIONAL NO ESTADO DO PARANÁ VOLTADO À PESSOA IMIGRANTE	111
5.3	SERVIÇOS EDUCATIVOS FORMAIS E NÃO FORMAIS: AS PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS DOS IMIGRANTES HAITIANOS NO MUNICÍPIO DE LONDRINA.....	121
5.3.1	Oferta do curso e motivação para o retorno educativo	122
5.3.2	Características, objetivos, forma de organização e perfil educativo.....	130
5.3.3	Política educacional e perspectivas educacionais	134
5.3.4	Trabalho.....	139
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
	REFERÊNCIAS	151
	APÊNDICES	159
APÊNDICE A –	Balanço da produção.....	159
APÊNDICE B –	Roteiro de entrevista com o responsável legal pela oferta do serviço educativo	162
APÊNDICE C –	Roteiro de entrevista com o estudante de nacionalidade haitiana participante do serviço educativo	163
APÊNDICE D –	Parecer consubstanciado do Comitê de ética em pesquisa envolvendo seres humanos da Universidade Estadual de Londrina.....	164

1. INTRODUÇÃO

Recentemente há no Brasil um retorno às discussões sobre o tema das migrações, sendo este compreendido como um processo de movimento, de transitoriedade de um espaço geográfico a outro, movido por diversas questões.

Partimos do entendimento de que o Brasil se constituiu social e economicamente por imigrantes, motivado em cada período histórico por um objetivo, sejam eles voltados à colonização, ao trabalho, a miscigenação, entre outros.

Essa característica perduraria até a década de 50, sendo alterada nas décadas de 80-90 quando o país vislumbrou um período de emigração, ou seja, a intensa saída de brasileiros do país com destino a América, Ásia, Europa em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida, diante do cenário da crise e recessão econômica brasileira. Verifica-se que:

Em termos gerais, em 2002 o Itamaraty calculava a presença de 1.964.498 brasileiros e brasileiras no exterior. Segundo estimativas de 2007 esse número passou para 3.044.762. Na prática, em cinco anos, ocorreu à saída de mais de um milhão de brasileiros, podendo chegar, a partir de uma estimativa mais elevada, a cerca de 1,8 milhões. (MARINUCCI, 2008, p. 2).

Nesse sentido, identificamos nos fatores econômicos a influência para a tomada de decisão em deixar seu país de origem em busca de trabalho e renda. Segundo Patarra (2005, p.25), “tal emigração seria movida pela crise financeira, o estancamento do processo de desenvolvimento, o excedente de mão-de-obra crescente, a pobreza, a ausência de perspectiva de mobilidade social, entre outras causas, que estariam na raiz da nova questão social.” Assim, censos demográficos indicam o direcionamento da população ativa para países, que constituem o centro do capitalismo e, portanto tradicionalmente escolhidos para a imigração.

No que diz respeito aos países de destino e levando em conta a estimativa dos postos consulares, que estabelece uma estimativa em base a cálculos demográficos dos respectivos países onde se encontram os postos consulares, a meta prioritária dos brasileiros é a América do Norte (1.278.650), seguida pela Europa (766.629), a América do Sul (611.708), a Ásia (318.285), o Oriente Médio (30.306), a Oceania (17.250), a África (15.323) e a América Central (6.611). (MARINUCCI, 2008, p. 2).

Após duas décadas esse cenário novamente é alterado e mudanças econômicas recolocaram o Brasil como um lugar promissor, compondo o ideário da imigração. Sua condição de país em pleno desenvolvimento, vivenciando uma política economicamente estável aliada a constante mídia devido a Copa do Mundo do Brasil de 2014 e a integração brasileira nos mercados estrangeiros, geraria um novo cenário no país no que tange a imigração internacional.

Contudo, a política imigratória brasileira ainda pautada no até então vigente Estatuto do Estrangeiro - Lei nº 6.815/1980¹, formulada em plena ditadura militar e sancionada pelo então presidente João Figueiredo, previa um caráter de segurança nacional em defesa do trabalhador nacional, desfavorável a tal fenômeno imigratório.

É nessa dicotomia entre fragilidade legal, que coloca o imigrante em uma condição de vulnerabilidade e uma política governamental economicamente estável, demandando por força de trabalho para frentes em expansão, que motivou a necessidade de nos aprofundarmos no que tange à análise das imigrações contemporâneas e as políticas sociais de atenção e garantia de direitos a esse público, com destaque às políticas educacionais.

Nesta pesquisa analisaremos especificamente a conjuntura da imigração haitiana ao Brasil a partir de 2010, tendo como pano de fundo na mídia nacional o terremoto que atingiu o Haiti, mas que conforme veremos a justificativa para o fenômeno imigratório haitiano transcende a explicação pautada na catástrofe ambiental, visto as fortes influências da expansão do desenvolvimento do capital.

Após todo o percurso imigratório e a chegada ao Brasil, outras necessidades são requeridas por essa população. Assim, questionamos quais possibilidades educativas têm sido ofertadas a esse público no Município de Londrina, Estado do Paraná. Essa indagação surge mediante a dificuldade de acesso a política de educação, que nos discursos sempre foi muito valorizada e reforçada como mecanismo de superação das dificuldades, sendo sinônimo de sucesso e melhor colocação no mercado de trabalho.

Temos como objetivo geral: analisar a inserção dos imigrantes haitianos adultos residentes no município de Londrina, nos processos educativos e as

¹ A expressiva imigração haitiana pressionou quanto a necessidade de revisão da legislação ainda em vigor, o que resultou em 2013 na elaboração do projeto de Lei nº 288/2013 e em sua aprovação, através da publicação da Lei n.º 13.445/2017, conhecida como Lei da Migração, que substituiu o estatuto e a antiga legislação.

perspectivas educacionais desse público frente aos serviços educativos, formal e não-formal ofertados.

Para o alcance do objetivo dessa pesquisa nos propomos a percorrer um caminho que perpassa pelos seguintes objetivos específicos: (A). Discutir as motivações da imigração internacional, pautados na análise da categoria trabalho. (B) Retomar a imigração histórica no Brasil; (C) Caracterizar e contextualizar a imigração haitiana ao Brasil, sua motivação, percurso e organização. (D) Resgatar o arcabouço legal de proteção aos imigrantes no Brasil, identificando as normativas legais. (E) Mapear os serviços educativos ofertados no Município de Londrina, bem como identificar junto aos imigrantes haitianos e os responsáveis legais pela oferta do serviço as perspectivas educacionais no atual país de residência.

A imigração com destino ao Brasil na atualidade é marcada pelas ocupações de espaços laborais que exigem pouca ou nenhuma qualificação, o que sugere ao imigrante a possibilidade de superação dessa condição por meio do retorno educacional. Lembramos, de acordo com Baeninger (2015, p. 17), que:

A história da imigração se vincula à expansão do capitalismo (Braudel, 1987), com circulação de capital, mercadorias e pessoas, constituindo um excedente populacional. [...] esse excedente populacional corresponde às necessidades geradas tanto na área de origem como na área de destino, compondo um movimento transnacional, que acompanha o capital e a inserção das localidades na divisão social e territorial do trabalho em âmbito nacional e internacional.

Os haitianos que adentraram o Brasil, por meio da fronteira do Acre e Amazonas, em meados de 2010, foram orientados pelas autoridades brasileiras a se registrarem como refugiados, mesmo não se enquadrando nessa categoria, mas sendo essa a única alternativa de permanência e acesso a documentos pessoais como CPF – Cadastro de Pessoas Físicas e CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, que os daria a possibilidade de trabalhar regularmente, por tempo determinado, ou seja, enquanto durasse a análise da solicitação, o que atendia aos anseios desse primeiro grupo, ou seja, sua sobrevivência material e da família que permaneceu no Haiti.

Somente em janeiro de 2012, com a publicação da Resolução nº 97/2012 que aos haitianos é concedido o visto permanente por razões humanitárias, o que será aprofundado adiante na pesquisa.

A escolha desse tema foi motivada pela experiência e atuação enquanto assistente social da instituição não governamental Cáritas Arquidiocesana de Londrina², membro da Cáritas Brasileira, organismo da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a qual possui em sua missão a de acolher, apoiar e orientar imigrantes, refugiados e apátridas no país. Destacamos que no Brasil o atendimento de referência para o acolhimento de imigrantes se dá por organizações da sociedade civil, como a rede Cáritas e a Pastoral do Migrante, ambas ligadas à igreja Católica.

Em meados de 2012 a Cáritas, com sede no município de Londrina, estado do Paraná, passou a receber diariamente um contingente de imigrantes haitianos em busca de atendimento e acolhimento.

Formado basicamente por homens em idade laboral, trazidos à cidade por empresas do ramo alimentício, construção civil e empresas varejistas de supermercados, os mesmos se direcionavam a instituição em busca de orientações para a regularização de seus documentos no Brasil, orientações trabalhistas e solicitação de auxílio moradia e alimentação.

A instituição, vislumbrando essa realidade, se propôs a ampliar a discussão da temática das imigrações com a sociedade, demandando às instâncias governamentais, que se mantinham inertes, um posicionamento quanto ao atendimento a esse público por meio da oferta de políticas sociais de direito, sejam elas: saúde, educação, assistência social, habitação, cultura e lazer, entre outras, entendendo que esse movimento propiciaria a maior integração dos haitianos com a sociedade.

Defendemos aqui a posição de incumbência do poder público no que tange ao papel prioritário em acolher e atender essa população vulnerável que chega ao país em busca de segurança, trabalho e melhores condições de vida.

² A Cáritas é um organismo ligado à Igreja Católica e integra a rede Cáritas Brasileira e por sua vez a Cáritas Internacional (Caritas Internationalis), uma confederação de 162 organizações humanitárias que atua em mais de duzentos países. Coletiva e individualmente a sua missão é trabalhar para construir um mundo melhor, especialmente para os pobres e oprimidos. A Cáritas de Londrina foi fundada em outubro de 1996 e atua com destaque no trabalho conjunto voltado para as situações de migração em parceria com entidades como o Instituto de Migrações e Direitos Humanos e o Serviço Pastoral do Migrante (SPM). Disponível em: <http://www.caritaslondrina.com.br/quemsomos>.

Enquanto profissional da entidade, era possível observar a dificuldade de acesso a algumas das políticas já mencionadas, por parte desses imigrantes, com destaque a educação.

A educação desempenha o precípua papel de socialização do conhecimento para o desenvolvimento das capacidades humanas e sociais, contudo, observamos que para o imigrante adulto diversas barreiras impedem o acesso às políticas educacionais, como por exemplo: burocracia para a validação de documentos, regulamentação normativa mais específica para a inserção escolar e principalmente o desafio e os limites que o idioma impõe.

O acesso às políticas sociais que possibilitem o retorno às atividades produtivas e ao mesmo tempo a superação da situação em que os imigrantes se encontram são preocupações presentes hoje. Assim, no intuito de desvelar as possibilidades de contribuições para a transformação social do indivíduo e da coletividade por meio da educação, buscaremos apresentar os contextos migratórios da atualidade frente aos direitos sociais, especificamente as políticas educacionais.

Esse cenário nos trouxe inquietações, visto que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, reafirma que “todas as pessoas nascem iguais em dignidade e direitos e tem capacidade de exercer tais direitos sem distinção de qualquer espécie”. E ainda no Art. 26 da referida declaração consta que:

Artigo 26º Toda a pessoa tem direito à educação.

1. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.

2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

Tendo como parâmetro essa valorização ao retorno escolar, como alternativa de transformação social, pois congrega a inserção na sociedade, integração cultural, melhores condições de vida e trabalho no atual país de residência, questionamos:

- Há oferta de serviços educativos para imigrantes no município de Londrina?
- De que forma se dá a inserção dos haitianos adultos nos serviços educativos no município de Londrina?
- Quais as perspectivas educacionais dos imigrantes haitianos?
- Qual o intuito da oferta desses serviços?

Entendemos por serviços educativos os espaços institucionais de educação formal e não formal, que ofertam uma metodologia de ensino que propicie um primeiro contato do imigrante com o currículo nacional, que fortaleça o caráter de cidadania, transmita saberes e a integração na sociedade brasileira. Segundo Gohn,

A educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados e a educação não-formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas. (GOHN, 2006, p. 28).

Pautado nesses pressupostos, buscaremos identificar os serviços educativos e as perspectivas educacionais daqueles que ofertam o serviço, bem como daqueles que procuraram ser inseridos nesses serviços, ou seja, os imigrantes.

1.1 Percurso teórico-metodológico:

Antes de procedermos à exposição da estrutura da pesquisa, é necessário explicitar a perspectiva teórica que sustenta e direciona nossa análise.

A vertente teórica desenvolvida terá aporte no método dialético, pois conforme Frigotto (1989, p. 75): “A dialética situa-se, então, no plano de realidade, no plano histórico, sob a forma da trama de relações contraditórias, conflitantes, de leis de construção, desenvolvimento e transformações dos fatos.” Entendemos que a contribuição da dialética materialista como bem observou Frigotto (1989, p. 79) está no movimento “de crítica, de construção de conhecimento ‘novo’, e da nova síntese no plano do conhecimento e da ação”. Por isso há a necessidade de partir dos dados que estão na realidade superando o aparente e desvendando a essência do fenômeno.

A investigação pautada no enfoque do método dialético materialista, proposto por Marx para a análise da economia política, ocupa a posição de transcender aos fenômenos sociais de produção e reprodução social no contexto da sociedade burguesa.

Conforme Behring e Boschetti (2011, p. 39): “A investigação marxista caracteriza-se, assim, por não deixar enganar por aspectos e semelhanças superficiais presentes nos “fatos”, procurando chegar à essência do fenômeno.”

O traçado metodológico materialista histórico pautará as categorias, entendidas como históricas e transitórias, de totalidade, contradição, mediação e alienação, pois segundo Frigotto (1989, p.81), a “apreensão do caráter histórico do objeto de conhecimento” se faz necessária, o que procuraremos resgatar ao longo da pesquisa como elementos da totalidade.

A dialética materialista, ao mesmo tempo uma postura, um método de investigação e uma práxis, um movimento de superação e de transformação. Há, pois um tríplice movimento: de crítica, de construção do conhecimento “novo”, e da nova síntese no plano do conhecimento e da ação. (FRIGOTTO, 1989, p. 79).

A concepção de realidade ora apresentada demanda do pesquisador o cuidado com retomada da conjuntura histórica o que explica a realidade social, evitando a análise superficial e de senso comum, nesse sentido o método tende a expor a estrutura, o desenvolvimento e as transformações dos fenômenos sociais, aqui especificamente a imigração.

A pesquisa terá como pano de fundo a análise do momento histórico que eleva o Brasil da condição de país subdesenvolvido à emergente, tornando-o atrativo à imigração, com enfoque a uma imigração laboral. Tal preceito é ratificado por Frigotto (1989 p. 79), pois “o ponto de partida para uma pesquisa são os fatos empíricos que nos são dados na realidade.” Portanto, partindo desse pressuposto cabe ao pesquisador,

[...] superar as impressões primeiras, as representações fenomênicas destes fatos empíricos e ascender a seu âmago, às suas leis fundamentais. O ponto de chegada será não mais as representações primeiras do empírico ponto de partida, mas o concreto pensado. (FRIGOTTO, 1989, p.79).

A apreensão do caráter histórico do objeto, ou seja, desvendar à história, o aparente, aquilo que nos está posto como natural, exige desse pesquisador o olhar sobre os fatores econômicos, políticos e sociais que refletem o movimento da sociedade burguesa e o problema desta pesquisa.

Para realizar esse percurso metodológico fugindo a definições e buscando determinações, é preciso apreender que o fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde, pois a essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo parcial, ou sob certos ângulos e aspectos. [...] as políticas sociais não podem ser analisadas somente a partir de sua expressão imediata como fato social isolado. Ao contrário, devem ser situadas como expressão contraditória da realidade, que é a unidade dialética do fenômeno e da essência. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 39).

No que tange o enfoque da política educacional, pautamo-nos no método dialético materialista de Marx, analisado por Gamboa (1989, p. 101) o qual refere que “a própria ciência, como produto da ação do homem, é tida como uma categoria histórica, um fenômeno em contínua evolução inserido no movimento das formações sociais.”

A imigração contemporânea com destino ao Brasil foi marcada pelas ocupações de espaços laborais que exigem pouca ou nenhuma qualificação, o que sugere ao imigrante a possibilidade de superação dessa condição por meio do retorno educacional.

Nas pesquisas dialéticas, o homem é tido como ser social e histórico; embora determinado por contextos econômicos, políticos e culturais, é o criador da realidade social e o transformador desses contextos. A educação é vista como uma prática nas formações sociais e resulta de suas determinações econômicas, sociais e políticas; (...) a educação também é espaço de reprodução das contradições que dinamizam as mudanças e possibilitam a gestação de novas formações sociais. (GAMBOA 1989, p. 103-104).

Nesse sentido, sob uma abordagem dialética materialista, a educação, enquanto um direito humano fundamental exerce o precípua papel de transformar o contexto econômico, político, cultural e, portanto a realidade social no qual homens estão inseridos.

Ainda, utilizamos da pesquisa e análise de documentos como subsídio a pesquisa com enfoque à legislação vigente. Sendo assim, cada documento

analisado não pode ser tratado como se fosse algo autônomo sem qualquer relação com as relações sociais em vigência. Os documentos analisados são, concomitantemente, produto e produtores de orientações políticas no campo da educação. (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005).

Parafraseando Evangelista (2009) todo documento é história, não sendo possível realizar um processo investigativo sem atentar-se aos projetos históricos vinculados aos mesmos. Trabalhar com análise de documentos supõe, portanto, considerá-los resultado de práticas sociais e expressão da consciência humana possível em um dado momento histórico.

1.2 Análise de documentos:

Utilizaremos a pesquisa documental, voltada à análise de legislações, resolução, normativas, orientações governamentais entre outros, que sugerem um arcabouço de informações para a análise posterior da realidade empírica identificada.

Para a análise dos documentos, nos apropriaremos das contribuições do método denominado de abordagem de ciclo de políticas, formulado por Stephen Ball³ e Richard Bowe (1992), os quais estruturaram uma maneira de pesquisar e teorizar as políticas públicas, sociais e educacionais em cinco contextos, trazendo assim mais elementos para nossa pesquisa.

Segundo os autores, a abordagem de ciclo de políticas, podem ser divididas em cinco contextos sendo eles: a) contexto de influência, b) contexto da produção de texto, c) contexto da prática, d) contexto dos resultados e por fim e) contexto das estratégias políticas. (MAINARDES, 2006).

Segundo Mainardes (2006, p. 48-49), discutir as contribuições da *policy cycle approach* ou “abordagem do ciclo de políticas” para a análise de políticas educacionais, propicia o cuidado na análise de documentos, visto que “[...] há uma variedade de intenções e disputas que influenciam o processo político.”

Assim, utilizaremos destas denominações e orientações para a análise dos documentos de política imigratória e políticas educacionais, relacionando-os com os momentos históricos que culminaram na publicação desses documentos,

³ Embora Ball se auto intitule “pluralista”, suas contribuições são importantes para o estudo, que pauta-se na perspectiva marxista.

direcionados aos imigrantes, entendendo que as políticas não são implementadas de maneira linear, mas sofrem influências do contexto para sua operacionalização. (MAINARDES, 2006, p. 50).

Quanto aos contextos, segundo o autor,

O primeiro contexto é o contexto de influência onde normalmente as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos. [...]. Atuam nesse contexto as redes sociais dentro e em torno de partidos políticos, do governo e do processo legislativo. É também nesse contexto que os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso de base para a política. O discurso em formação algumas vezes recebe apoio e outras vezes é desafiado por princípios e argumentos mais amplos que estão exercendo influência nas arenas públicas de ação, particularmente pelos meios de comunicação social. Além disso, há um conjunto de arenas públicas mais formais, tais como comissões e grupos representativos, que podem ser lugares de articulação de influência. (MAINARDES, 2006, p. 51).

No contexto de influência devemos olhar para as políticas, resoluções, portarias, entre outros, analisando o contexto em que elas são propostas e os condicionantes externos que pressionaram ou se beneficiaram das mesmas. Referente ao contexto de produção de texto, o autor refere que,

[...] os textos políticos normalmente estão articulados com a linguagem do interesse público mais geral. Os textos políticos, portanto, representam a política. Essas representações podem tomar várias formas: textos legais oficiais e textos políticos, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais, pronunciamentos oficiais, vídeos etc. Tais textos não são, necessariamente, internamente coerentes e claros, e podem também ser contraditórios. (MAINARDES, 2006, p. 52).

As articulações entre os contextos macro e micro denotam o conteúdo a ser apresentado nos textos políticos que carregam as intenções por trás das propostas. No contexto da prática ocorre a aplicação e interpretação dada por àqueles que irão operacionalizar a política. Desta forma, compreende-se que “o contexto da prática é onde a política está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original” e, ainda segundo o autor, “o ponto-chave é que as políticas não são simplesmente “implementadas” dentro desta arena, mas estão sujeitas à interpretação e, então, a serem “recriadas”.” (MAINARDES, 2006, p. 53).

O quarto contexto do ciclo de políticas – o contexto dos resultados ou efeitos – preocupa-se com questões de justiça, igualdade e liberdade individual. A ideia de que as políticas têm efeitos, em vez de simplesmente resultados, é considerada mais apropriada. Nesse contexto, as políticas deveriam ser analisadas em termos do seu impacto e das interações com desigualdades existentes. (MAINARDES, 2006, p. 54).

Nesse contexto devem ser analisados os impactos e as mudanças com a implementação da política frente às questões que sugerem justiça, igualdade e liberdade.

O último contexto do ciclo de políticas é o contexto de estratégia política, ou seja, a identificação da situação problema, das demandas que precisam ser focalizadas.

Esse contexto envolve a identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas que seriam necessárias para lidar com as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política investigada. Segundo Ball (1994a), este é um componente essencial da pesquisa social crítica e do trabalho daqueles que Foucault chama de “intelectuais específicos”, o qual é produzido para uso estratégico em embates e situações sociais específicas. (MAINARDES, 2006, p. 55).

Ressaltamos novamente que a análise de políticas seguindo esse método, não deve ser aplicada como se um contexto fosse complementar ao outro de maneira sequencial ou nas palavras de Mainardes (2006, p. 55), “o processo político é entendido como multifacetado e dialético, necessitando articular as perspectivas macro e micro.”

Para a identificação das perspectivas educacionais relativas ao público determinado nesta pesquisa frente aos serviços educativos ofertados, devemos levar em consideração,

[...] que a realidade não se revela de forma imediata, não basta a simples leitura para a apreensão dos conteúdos e para a atribuição de significados aos documentos de políticas educacionais. Aparência e essência, elementos de um mesmo fenômeno, não são coincidentes e, para desvendá-los, torna-se necessário utilizar instrumentos que possibilitem o desvelamento da essência dos fenômenos. (NOMA; KOEPEL; CHILANTE, 2010, p. 67).

Além da proposta de análise de documentos, utilizamos da pesquisa bibliográfica com o intuito de realizar o levantamento de estudos e autores que vem discutindo a questão objeto desse trabalho no cenário nacional.

Em consulta ao banco de dissertações e teses da CAPES, utilizando como descritores: imigração, educação e Haiti, localizamos 239 produções entre 2010 e 2017.

Pautamo-nos na análise das produções concentradas na área de ciências humanas, reduzindo a busca para 37 teses e dissertações, das quais foram selecionadas aquelas que poderiam contribuir de fato para o foco da pesquisa. Após análise das produções, com o intuito de identificar o objetivo da pesquisa, o método utilizado e suas contribuições, selecionamos dezessete pesquisas, sendo quatorze dissertações e três teses. A tabela das dissertações e teses consultadas segue no apêndice do trabalho.

Concebemos que, para a interlocução entre o pesquisador e os documentos analisados – as fontes –, são necessárias não só a definição de uma forma de abordagem adequada ao objeto de estudo, mas, também, o exercício da teorização, uma vez que a análise e a interpretação das informações, dos dados obtidos dependem do referencial teórico e metodológico adotado pelo pesquisador. (NOMA; KOEPEL; CHILANTE, 2010, p. 66).

Considerando as autoras supracitadas, buscamos interpretar como os dados obtidos na análise das dissertações e teses poderiam contribuir para o objeto de estudo, assim, somente as pesquisas abaixo relatadas foram de fato incorporadas na pesquisa.

Na dissertação intitulada “A diáspora haitiana para o Brasil: o novo fluxo migratório (2010-2012)”, defendida por Andressa Virgínia de Faria (2012), seu objetivo foi o de sistematizar as informações sobre o fluxo migratório de haitianos para o Brasil, enfocando aspectos como o perfil do imigrante, a rota migratória, o processo de entrada e a acolhida no território brasileiro, à inserção no mercado de trabalho e a política migratória aplicada pelo governo brasileiro mediante o pedido de refúgio e os deslocados ambientais. A pesquisadora utilizou-se do materialismo histórico dialético na construção da pesquisa.

Para nossa pesquisa, as contribuições vislumbradas perpassam pelo conhecimento do processo migratório, com ênfase na diáspora haitiana,

possibilitando um aprofundamento sobre este fluxo. Além disso, a autora apresenta os conceitos teóricos do fenômeno migratório como: os fatores *Push-pull*; A Teoria Neoclássica; Teoria da Nova Economia da Migração do Trabalho; A Teoria do Mercado Dual de Trabalho; A Teoria das Redes Sociais; Teoria do Sistema Mundial.

Na dissertação defendida por Geraldo Castro Cotinguiba (2014) e intitulada “Imigração haitiana para o Brasil – a relação entre trabalho e processos migratórios”, possibilita ao leitor entender o recente fluxo migratório de haitianos para o Brasil e sua relação com o processo de acumulação capitalista. Optando por trabalhar com o conceito de acumulação capitalista a partir de Karl Marx, enfocando a influência do capital sobre os processos migratórios na categoria trabalho, sendo essa a categoria também escolhida para o direcionamento da pesquisa aqui proposta.

Cristiane Feldmann Dutra (2015) em sua dissertação “Refugiado Ambiental: Uma análise da migração haitiana para o Brasil” analisou se a legislação internacional e interna existente são suficientes para assegurar a proteção dos direitos humanos para aquelas populações que, diante das catástrofes naturais, realizam as migrações forçadas para outros países, em busca de condições para a sua sobrevivência, ou seja, os refugiados ambientais. O método escolhido foi o histórico-dedutivo, porque não parte de simples pressupostos, mas da observação de uma realidade complexa e em mudança, partindo de sequências observadas de fatos e mantendo-se próximas a eles durante o processo dedutivo.

Na tese de doutorado de Patrícia Villen (2015), denominada de “Imigração na modernização dependente: “braços civilizatórios” e a atual configuração polarizada”, a autora propôs um quadro interpretativo do conjunto das diferentes modalidades de imigração a partir do denominador comum que as une: o trabalho. Utilizamos da tese no estudo da categoria trabalho, defendido pela autora, como um norteador explicativo para a discussão dos fenômenos migratórios contemporâneos.

A pesquisa de Luiz Felipe Aires Magalhães (2017), que defendeu a tese denominada de “Imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti”, objetivou analisar a presença haitiana no Estado de Santa Catarina a partir do contexto histórico, buscando identificar as especificidades deste processo migratório em relação aos demais que compõem a tradição migratória haitiana. Pudemos nos apropriar da estrutura teórico metodológica pautada na categoria trabalho, para compreender em uma perspectiva crítica, a presença de tropas militares brasileiras

no Haiti, identificada na missão paz, desvelando o interesse econômico por traz do caráter humanitário, que resultou a imigração de haitianos ao Brasil a partir de 2010.

Demais pesquisas indicaram referencial teórico a partir de autores que subsidiaram esse estudo. Esse é o caso das dissertações de Tatiana Chang Waldman (2012), com o tema “O acesso à educação escolar de imigrantes em São Paulo: a trajetória de um direito.” e de Sandra de Ávila Farias Bordignon (2016), “Inserção dos imigrantes haitianos nos contextos educativos escolares e não escolares no Oeste Catarinense”.

Importante observar nesse balanço de produção que foram encontradas poucas dissertações que tratam especificamente do direito ao retorno educacional de imigrantes no contexto nacional, o que justifica a relevância da contribuição dessa pesquisa para estudos futuros.

1.3 Pesquisa de Campo:

Para a pesquisa de campo, utilizaremos os instrumentais metodológicos indicados por Minayo (2002, p. 13), a qual refere que “o objeto das ciências sociais é o histórico, ou seja, as sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configuração são específicas.”

Ainda, nas palavras de Minayo (2002, p. 15), “o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo”, cabendo à pesquisadora aplicar dessa técnica no levantamento de informações sobre as políticas educacionais, enquanto ciência humana, pois a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados.

Para o alcance do objetivo proposto nesta pesquisa, identificamos a necessidade de uma pesquisa de campo, que contemple o contato com o público alvo do estudo e a proximidade com a realidade social.

Segundo Neto (2002 p. 51), “o trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo”. Concebemos, de acordo com esse autor, o campo de pesquisa como o recorte que o pesquisador faz em termo de espaço.

[...] em se tratando de pesquisa social, o lugar primordial é o ocupado pelas pessoas e grupos convivendo numa dinâmica de

interação social. Essas pessoas e esses grupos são sujeitos de uma determinada história a ser investigada, sendo necessária uma construção teórica para transformá-los em objetos de estudo. Partindo da construção teórica do objeto de estudo, o campo torna-se um palco de manifestações de intersubjetividades e interações entre pesquisador e grupos estudados, propiciando a criação de novos conhecimentos. (NETO, 2002, p. 54).

Com base nos autores mencionados, compreendemos a importância do recorte espacial para a realização da pesquisa de campo. Propomos originalmente que a pesquisa seja realizada no município de Londrina, cidade sede da instituição Cáritas Arquidiocesana de Londrina, referência no atendimento aos imigrantes no norte do Paraná.

Identificamos no município de Londrina a oferta de três serviços educativos direcionados especificamente aos imigrantes adultos. O primeiro, ofertado pelo Serviço Pastoral do Migrante – SPM da Arquidiocese de Londrina, o qual trabalha em conjunto com a Cáritas Arquidiocesana de Londrina no atendimento e acolhimento da pessoa migrante. Todavia, a oferta do que denominam “curso de português para imigrantes” é de responsabilidade desta Pastoral, de cunho filantrópico, exercido pelas religiosas da Congregação Scalabriniana.

De acordo com informações do site⁴ da Conferência Nacional de Bispos do Brasil,

O Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM) teve por inspiração inicial a Campanha da Fraternidade de 1980, cujo lema constituía uma interrogação aos migrantes: “Para onde vais?”. Surgido em 1984, o SPM é criado oficialmente em 1986. [...]. Criado como organismo ligado à linha 06, Pastoral Social da CNBB, o SPM tem por objetivo central articular e organizar os migrantes e imigrantes em geral, em âmbito local e nacional. Visa a organização e promoção dos grupos que vivem o drama da migração forçada e todas as suas consequências. Pela própria complexidade do fenômeno migratório, o SPM atinge não só os migrantes específicos como também os filhos dos migrantes e mulheres que não migraram, mas que igualmente são vítimas da migração.

O segundo serviço educativo identificado é ofertado pela Secretaria Municipal de Educação (SME) – Educação de Jovens e Adultos - EJA, sendo desenvolvido na Escola Municipal Mari Carrera Bueno / CAIC Zona Oeste. De acordo com

⁴ Mais informações podem ser consultadas na página da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, disponível em: <https://www.cnbbo2.org.br/pastorais/pastoral-do-migrante> acesso em 01/12/2017.

informações dos técnicos responsáveis pela EJA, os professores são remunerados e seguem as diretrizes da Educação de Jovens e Adultos. Pautado no regulatório que normatiza a Educação de Jovens e Adultos, esse serviço não atende exclusivamente haitianos ou estrangeiros, mas sim toda a comunidade ao entorno.

O terceiro e último serviço educativo e ofertado no Município de Londrina pelo Serviço Social do Comércio – SESC, através do departamento de Educação de Jovens e Adultos, denominado “Curso de Alfabetização para Estrangeiros” conforme consta no site⁵ da instituição.

O Sesc é uma instituição de caráter privado, sem fins lucrativos, mantida e administrada por empresários do comércio. Seus recursos provêm da contribuição compulsória dos empregadores, no valor de 1,5% calculado sobre a folha de pagamento dos empregados de estabelecimentos comerciais enquadrados nas Entidades Sindicais subordinadas à CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

Todas as instituições acima descritas atendem em seus serviços haitianos adultos, contudo pressupomos empiricamente, com objetivos distintos, visto a diversidade dos serviços ofertados com cunho público, religioso/filantrópico e privado/sem fins lucrativos.

Neto (2002, p. 56), refere que “a opção pelo trabalho de campo pressupõe um cuidado teórico-metodológico com a temática a ser explorada, considerando que o mesmo não se explica por si só”. Portanto, enquanto abordagem técnica do trabalho de campo utilizaremos a entrevista semi-estruturada, utilizando perguntas previamente estabelecidas e conversas abertas.

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva. (NETO, 2002, p.57).

Sabendo que a pesquisa se dará em campo, realizamos contato com os três serviços mencionados, no intuito de apresentarmos a proposta de projeto, e

⁵ As informações foram extraídas do site institucional, disponível em <https://www.sescpr.com.br/sesc-parana/quem-somos/> acesso em 01/12/2017.

com base em seu aceite, tramitamos junto ao Comitê de Ética em Pesquisa⁶ com seres humanos da Universidade Estadual de Londrina o pedido de autorização para a realização da pesquisa.

Dentre os três serviços, apenas dois concordaram em participar, sendo eles o Serviço Pastoral do Migrante, o qual oferta o curso de português para imigrante no espaço do salão paroquial da Igreja Santuário Apostólico São Judas Tadeu localizado na Av. Vicente Bocuti, 440 - Santa Rita I, Londrina – PR e na Catedral Metropolitana de Londrina, localizada no centro da cidade. Nesse serviço foram entrevistados três imigrantes e o responsável pela oferta do serviço.

A segunda instituição é a Secretaria Municipal de Educação de Londrina, que oferta uma turma EJA – Educação de Jovens e Adultos, na Escola Municipal Mari Carrera Bueno - CAIC Santiago, localizada na Rua José Borali, 325 - Jardim Santa Rita, Londrina – PR, atendendo em sua turma, imigrantes de nacionalidade haitiana. Neste local também foram entrevistados três imigrantes e o responsável pela ofertado do serviço.

A pesquisa ocorreu com o responsável pela oferta do serviço de cada uma das instituições acima citadas e com alunos haitianos adultos, priorizando preferencialmente os imigrantes do sexo feminino e do sexo masculino.

Para a análise de dados, utilizamos de quatro categorias de análise que dialogam entre si, sendo elas: oferta do curso e motivação para o retorno educativo; características, objetivo, forma de organização e perfil educativo; política educacional e perspectivas educacionais e por último trabalho, possibilitando assim a leitura e interpretação dos relatos contidos nas entrevistas.

A palavra categoria, em geral, se refere a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si. Essa palavra está ligada à ideia de classe ou série. As categorias são empregadas para se estabelecer classificações. Nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso. Esse tipo de procedimento, de um modo geral, pode ser utilizado em qualquer tipo de análise em pesquisa qualitativa. (GOMES, 2002, p. 70).

⁶ A pesquisa em campo foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Londrina, sob parecer de número: 2.610.242, em reunião de 19/04/2018.

O roteiro da entrevista indica os caminhos a serem percorridos e auxiliou na identificação das categorias de análise.

Pautados no ponto de vista histórico, econômico e político, no intuito de reconhecer e identificar as tomadas de decisões pelas forças políticas e considerando que os sujeitos, aqui denominados de imigrantes, são portadores de valores e do *ethos* de seu tempo, optamos pela construção teórica da pesquisa, dividida em cinco capítulos, incluindo a introdução como um primeiro capítulo.

No segundo capítulo: Trabalho, migrações e divisão social do trabalho na construção do modo de produção capitalista, abordamos a motivação das migrações internacionais com ênfase ao trabalho pós revolução industrial, fomentada pelos modos de produção capitalista, subtraindo do homem a especialidade do seu trabalho e induzindo-o à venda de sua força de trabalho. Nesse contexto, a força de trabalho imigrante aparece como resposta à necessidade do mercado em gerar trabalho e lucro.

Em um terceiro capítulo abordamos: A imigração no contexto histórico brasileiro e haitiano: suas influências para o desenvolvimento econômico e social das nações. Esse capítulo retoma as migrações históricas nos dois países, pois no desenvolvimento dessa pesquisa, deparamo-nos com duas histórias similares no que tange à exploração do território, ao trabalho escravo, às imigrações, aos poucos investimentos sociais e à abertura aos mercados internacionais e suas políticas neoliberais que precarizam e empobrecem a população e que conseqüentemente explicam os movimentos históricos na contemporaneidade.

No quarto capítulo intitulado: Quando as histórias se cruzam: o Brasil na MINUSTAH, o terremoto e a chegada e permanência dos haitianos no Brasil, daremos enfoque nas imigrações haitianas para o Brasil, contextualizando sua motivação, percurso, organização e o arcabouço legal de proteção a esse imigrante, até a chegada ao estado do Paraná, especificamente no município de Londrina.

No quinto e último capítulo, denominado: A inserção educacional dos imigrantes no município de Londrina, trataremos a discussão sobre os aspectos históricos da educação voltada para o imigrante até o contexto da Constituição Federal e seu caráter universalizador. Abordamos a influência dos acordos internacionais sobre a educação com ênfase as minorias sociais e analisamos as políticas educacionais nos três âmbitos – federal, estadual e municipal, direcionadas para os estrangeiros.

Posteriormente apresentamos a análise da pesquisa realizada em campo, no intuito de identificar as perspectivas educacionais dos imigrantes haitianos e dos serviços educativos ofertados no município de Londrina. Como síntese dos elementos dessa pesquisa, traremos nas considerações finais subsídios para futuros estudos e pesquisas, pois a temática aqui proposta está sempre em movimento.

2. TRABALHO, MIGRAÇÕES E DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO NA CONSTRUÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.

No intuito de problematizar o caráter das migrações, aqui entendido como um processo de deslocamento, ou seja, o trânsito de indivíduos dentro de um espaço geográfico, de maneira temporária ou permanente, é que iniciamos essa discussão em uma perspectiva sócio histórica, pautada nas categorias contradição, totalidade e trabalho, cientes que as categorias norteadoras sozinhas não respondem ao fenômeno como um todo, mas refletem a interferência clara da divisão internacional do trabalho, da globalização e da mundialização da ordem do capital no processo de transição populacional.

Esse capítulo buscará a luz do objeto de pesquisa, discutir as motivações da imigração internacional, pautados na análise da categoria trabalho e desvelar as influências migratórias ocasionadas pela lógica do capital no seu modo de produção capitalista, no que se refere à exploração da terra e da mão de obra para o trabalho, da divisão de classes e a incessante busca pelo lucro.

A princípio nos dedicamos a identificar na categoria trabalho ou mais especificamente na relação entre compra e venda da força de trabalho livre a intensidade dos fluxos migratórios após a Revolução Industrial, no intuito de responder as demandas do capital, bem como, para a manutenção da sobrevivência humana com a venda de sua força de trabalho enquanto mercadoria.

Na sequência, transitamos pelos modelos de produção capitalista, e suas interferências na constituição de um novo modelo de trabalhador, adequado e adaptado às necessidades da produção e geração de lucros. Com a crise de produção capitalista, as ideias keynesianas de Estado de Bem Estar social reformulam o modo de intervenção do Estado na econômica até meados de 1970 com a ofensiva neoliberal. A análise da interferência neoliberal nas políticas sociais demanda desse pesquisador percorrer o caminho histórico até a análise dos impactos da interferência da economia global no Brasil.

A constituição do homem trabalhador, que atenda aos requisitos do mercado de trabalho é um processo que persiste até os dias atuais, revestido em uma roupagem diferenciada, que nos dias de hoje responsabiliza o sujeito pelo seu sucesso ou fracasso enquanto trabalhador, dependendo somente de sua especialização e capacitação para o trabalho.

Esse novo trabalhador, disponível ao mercado, é capaz de abandonar sua terra, sua família e seus costumes em busca de sobrevivência, e se dispor a ocupar posições no mercado de trabalho muito aquém de sua formação e capacitação.

Especificamente aos trabalhadores imigrantes, dos quais muitos são capacitados, formados, com proficiência em línguas, em sua busca por sobrevivência acabam ocupando uma condição marginalizada no mercado de trabalho, seja pelo contexto do país de origem, por sua raça, credo, pela vulnerabilidade documental, pelo preconceito encontrado no país de destino, na apreensão em que ocupe a posição do trabalhador nacional no mercado de trabalho. Portanto, entender a interferência do capital na intensificação dos fluxos migratórios se faz necessária.

2.1 Trabalho e Capital: interferência nos processos migratórios.

Quando propomos a discutir os fatores que interferem na mobilidade urbana, não ignoramos os fatos que perpassam por questões políticas, ambientais, sociais, religiosas, guerras, entre tantas, mas que isoladamente não respondem a real complexidade desses movimentos, contudo visualizamos que a interferência econômica, movida pela busca incessante do poder, do lucro e da acumulação, tem expulsado parte da população de seu território de origem em busca de sobrevivência.

[...] ao identificar as causas desses imponentes movimentos migratórios, os documentos da ONU elencam de modo confuso e desordenado a pobreza, os desastres ecológicos, os conflitos armados, o racismo, as perseguições políticas ou religiosas, quase como se fossem *causas sem causa*, sem nenhuma ligação, entre elas, e com o sistema da economia mundial. Por esse motivo, é importante precisar que as guerras e as ações de guerra empreendidas por países dominantes contra certos países dominados [...]; as catástrofes ecológicas provocadas pelo homem vale dizer pela caça ao lucro [...]; e as chamadas “guerras inter-étnicas”, nas quais é fácil entrever as mãos das velhas (e novas) potências coloniais e dos velhos (e novos) abusos coloniais [...] não são fenômenos que existem em si, em um universo ecológico, político e militar totalmente separado e independente da mundialização. Ao contrário, retratam de forma crescente as dramáticas implicações ecológicas, políticas e militares da mundialização das relações sociais capitalistas, que está ocorrendo sob a égide dos mercados financeiros. (BASSO, 2003 apud VILEN, 2015, p. 16).

Com base nesse prisma analítico verificamos que o modelo econômico vigente e suas relações capitalistas interferem diretamente nos contextos migratórios, reforçando a perspectiva metodológica ora apresentada.

Superamos a explicação neoclássica da migração, defendida por Ernest George Ravenstein (1885) em sua obra “As Leis de Migração”, o qual identificava no desejo individual a opção pela imigração, ou seja, a perspectiva micro da decisão pela migração por parte do indivíduo, frente à probabilidade dos determinantes estruturais, que resultam da distribuição espacial do capital e do trabalho, pois identificamos que os condicionantes externos pressionam a essa tomada de decisão.

Paul Singer (1983, p. 52), no livro “Economia política da urbanização”, distingue o caráter individual da migração das causas estruturais, e em suas palavras “[...] os motivos, embora subjetivos em parte, correspondem a características do indivíduo, pois jovens podem ser mais propensos a migrar que os velhos, alfabetizados mais que os analfabetos, solteiros que os casados e assim por diante.”

O autor sugere que fatores de expulsão e atração definem o processo migratório, ou seja, os fatores de expulsão estão aliados às características subjetivas dos sujeitos que migram e a atração está condicionada ao local atrativo que responda a seus objetivos, como aos grandes centros industriais, que concentravam um modelo de produção centralizado na indústria e que, portanto, o caráter histórico das migrações retratavam seus condicionantes de classe.

Ressaltamos que sua análise possui como pano de fundo as características econômicas brasileiras da década de 1960-1970, quando a primeira edição do citado livro de Singer foi publicada, mas temos que destacar ainda que segundo o autor (1983, p.54) “a importância de se considerar o fluxo migratório como um todo que explica, mas não é explicado pelos movimentos que o compõem”, refere às ambiguidades do tema migrações e as complexas determinações no sentido de explicá-las.

Como um rearranjo espacial das atividades econômicas e um condicionante de classe, as pessoas migram com o ideário da busca de melhores condições de vida, para ele ou para sua família, que se dá mediante a venda da sua força de trabalho, sujeitando-se a toda forma de exploração.

Autores clássicos como Friedrich Engels (1844) ao longo de sua obra “A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”, aborda a questão migratória Irlandesa direcionada para Londres após a Revolução Industrial para atender as demandas por mão de obra nas fábricas.

Ao imigrante irlandês, considerado segundo o autor um trabalhador de segunda categoria quando comparado ao trabalhador inglês, foi destinado às condições mais insalubres e sub-humanas de trabalho e sobrevivência como: falta de alimentação, habitação adequada, higiene, saúde, educação, entre outros. Frente à pauperização em que esses trabalhadores são expostos, segundo o autor, criam-se adversidades entre a classe trabalhadora e a burguesa.

São perfeitamente justificados os temores do nosso burguês. Se por um lado a concentração populacional é favorável e estimulante para as classes proprietárias, por outro lado torna ainda mais rápido o desenvolvimento dos operários. Os trabalhadores começam a sentir-se, em sua totalidade, como uma classe. (ENGELS, 2008, p. 160).

Nesse sentido, entra em pauta a discussão sobre o trabalho e divisão de classes, o trabalhador possuidor da força de trabalho, vende esta como uma mercadoria para produzir dinheiro para sua sobrevivência, “o trabalhador faz o contrato de trabalho porque as condições sociais não lhe dão outra alternativa para ganhar a vida.” (BRAVERMAN, 1981, p.55).

Demais autores clássicos como Max Weber no texto O Estado nacional e a política econômica (2003) e Émile Durkeim na obra Da divisão do trabalho social (1978) e o próprio Marx não discutem especificamente a temática da migração, mas identificam na migração do campo para a formação dos grandes centros urbanos, a constituição da classe trabalhadora e de um excedente populacional que atende a necessidade do capital.

Marx, em sua obra O Capital - volume um, define o trabalho como uma relação orgânica entre o homem e a natureza, como condição de sobrevivência do homem. Assim, trabalho e força de trabalho possuem significados distintos, ou seja:

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie. (MARX, 1985, p. 139).

Para Marx o trabalho é uma condição natural do homem e a força de trabalho é a sua capacidade humana de executar trabalho. A deformação do trabalho está situada na divisão técnica ou pormenorizada do trabalho, ou seja, na apropriação privada das fontes de produção e na divisão de classes. Segundo Braverman (1981, p. 72):

A divisão social do trabalho divide a sociedade entre ocupações, cada qual apropriada a certo ramo de produção; a divisão pormenorizada do trabalho destrói ocupações consideradas nesse sentido, e torna o trabalhador inapto a acompanhar qualquer processo completo de produção.

A apropriação da força de trabalho humana pela propriedade privada e a divisão ou fragmentação do processo de trabalho, através do aumento da produtividade e da hierarquização, gera a alienação, pois o trabalhador não mais reconhece o seu trabalho em sua criação, ou seja, o trabalhador livre deixa de ser o dono dos meios de produção.

Braverman (1981, p.59), reafirma esse contexto, pois “tendo sido obrigado a vender sua força de trabalho a outro, os trabalhadores também entregam seu interesse no trabalho, que foi agora ‘alienado’.”

Segundo Vázquez (1977, p. 438), parafraseando Marx, o “trabalhador alienado não produz só mercadorias, mas produz o operário como mercadoria. O processo de trabalho tornou-se responsabilidade do capitalista.” Logo, para Marx,

[...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação capitalista ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. (MARX, 1985, p. 735).

Nesse cenário, as relações de venda da força trabalho, da mobilidade do campo para os centros urbanos e na formação de uma classe trabalhadora desprovida de seus meios de produção e instrumentais de trabalho, empobrecida e privada de suas liberdades, o ato de migrar e trocar sua força de trabalho pelo salário passa a ser seu único meio de continuar a produção e a reprodução da vida.

Discutir as relações de venda da força de trabalho remete à análise dos modelos de produção capitalista que perpassam ao longo da história e moldam as

características de trabalhadores que atendem aos ideários do capital em seus determinados ciclos, aliados as suas competências e atribuições profissionais.

2.2 Trabalhadores e os modos de produção capitalista.

Com a nova remodelagem do modo de produção capitalista após a Revolução Industrial, o homem foi expropriado dos seus saberes de ofício, de sua identidade, destituído de seus conhecimentos e habilidades e inserido em uma linha de produção em grande escala.

Esse modelo de organização do trabalho, instituído em 1914 por Henry Ford, inspirados nos estudos de Taylor, apresentou ao mundo um novo modo de produção, denominado de Fordista, que também constituiu um novo modelo de sociedade urbana-industrial e de um novo trabalhador para o Capital, introduzindo nestes um controle ideológico, de forma que possibilitou o controle de seus comportamentos no trabalho e principalmente suas relações familiares.

Harvey (2007, p. 121), analisando a obra de Gramsci, especificamente seus *Cadernos do Cárcere*⁷, definiu o modelo de produção fordista como o “maior esforço coletivo até para criar, com velocidade sem precedentes, e com uma consciência de propósito sem igual na história, um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem”. Para Gramsci, segundo Harvey (2007, p. 122), o método de trabalho pautado no modelo fordista não separa o “modo de viver, de pensar e de sentir a vida” pelo trabalhador.

Para Henry Ford, criar uma rotina de trabalho repetitiva, focada na alta produtividade e remunerar os trabalhadores suficientemente para o convívio com sua família bastaria para o controle, para a ordem e para as necessidades da corporação. Segundo Dias (1997), o objetivo central era o de adaptar e adequar o trabalhador para a rotina da fábrica e para o convívio social, criar o “operário-massa”.

No entanto, com a grande depressão de 1929, o posicionamento de Ford quanto à regulamentação do trabalho, não foi suficiente para evitar demissões e

⁷ Antonio Gramsci (1891 – 1937) foi membro fundador do Partido Comunista na Itália e defendia uma educação política para os trabalhadores das fábricas. Aliou-se em 1921 ao contexto da Revolução Comunista na Rússia, sendo perseguido e preso pelo Governo fascista de Mussolini na Itália. Preso em 1926, escreveu os *Cadernos do Cárcere*.

corde de salários, gerando o fortalecimento dos sindicatos e a organização dos trabalhadores. Quanto à retração do fordismo, Harvey (2007, p.123) assinala que,

[...] o estado das relações de classe no mundo capitalista dificilmente era propício à fácil aceitação de um sistema de produção que se apoiava tanto na familiarização do trabalhador com longas horas de trabalho puramente rotinizados, exigindo poucas habilidades manuais tradicionais e concedendo um controle quase inexistente ao trabalhador sobre o projeto, o ritmo e a organização do processo produtivo.

Além disso, conforme Harvey (2007), o fordismo muito se utilizou, nos Estados Unidos, de mão de obra imigrante que em determinados centros urbanos era disponibilizada, visto que os trabalhadores americanos eram hostis ao modelo de produção desprovido de conhecimentos e “puramente rotinizados”.

Ressaltamos nesse cenário de concentração de produção nos grandes centros industriais que a necessidade premente por mão de obra para o trabalho em contraponto a baixa densidade demográfica, com ênfase aos países europeus, em virtude do pós-guerra, foi favorecido com a força de trabalho migrante advinda dos países periféricos da Europa e das colônias africanas incorporadas ao contexto de produção.

A característica desses trabalhadores imigrantes era de uma condição de adaptação ao modelo proposto, diferentemente dos trabalhadores americanos que eram avessos ao modelo de produção vigente, ocasionando a alta rotatividade da força de trabalho, a articulação e o fortalecimento dos sindicatos e as greves.

Buscando apaziguar a mobilização dos sindicatos para as possíveis greves e paralizações por parte dos trabalhadores, descontentes com o modo de produção em larga escala, Henry Ford se utiliza do sistema de trabalho criado por Frederick Winslow Taylor, engenheiro cientista, em 1911, com o objetivo de desqualificar o trabalhador “fazendo dele o gorila domesticado que Taylor desejava” (Dias, 1997, p. 90), complexificando o sistema de produção. Pois quanto mais desqualificado mais desnecessária e intercambiável se tornaria a mão de obra do trabalhador, nesse sentido, o taylorismo adquiriu um status de “ciência no trabalho”.

Esse novo reordenamento comportamental para o trabalho foi utilizado por Ford, que implanta a esteira mecânica visando a “produção em massa para o

consumo em massa”, o Taylorismo⁸ objetivou intervir na regulação da produtividade do trabalho, ou seja, “os trabalhadores deveriam abrir mão do controle que ainda possuíam sobre a produção e passar a executar o trabalho a partir da objetividade do capital.” (DIAS, 1997, p. 88).

O taylorismo, segundo Katz, Braga e Coggiola (1995, p.15): “Converteu-se na essência da gerência moderna ao desenvolver a tendência capitalista e ao apropriar-se do controle no processo de trabalho.” A gerência científica do trabalho, implantada pelo taylorismo, cria a subdivisão do trabalho, fixa os ritmos de produção e desqualifica o trabalhador, em uma ação repetitiva e fragmentada.

Katz, Braga e Coggiola, (1995) argumentam que o taylorismo leva ao limite o caráter mercantil da força de trabalho ao pretender que, em troca do salário, o operário se transforme na prolongação da máquina.

Inserido nesse processo de destituição intelectual do trabalho e de exploração intensiva do trabalhador, ao Estado, enquanto superestrutura do capital coube o controle e a manutenção ideológica, legitimando as relações de desigualdade entre classes.

O Estado, como “educador”, varia sua forma e seus métodos tendendo “precisamente a criar um novo tipo de civilização e de cidadão”. Ou, pelo contrário, a assumir a conservação do *status quo*. Mesmo quando aparentemente ele se mantém “afastado” da luta. Educa mesmo por ausência. (DIAS, 1997, p. 44-45 - grifo do autor).

O controle ideológico do Estado inseriu na classe trabalhadora a naturalidade da exploração do seu trabalho, criando nele responsabilidades, culpabilização e integração ao ordenamento dos aparelhos ideológicos.

Conforme Dias (1997, p.99): “Os processos fordista e taylorista nada mais fizeram do que ampliar o processo de desqualificação do trabalho já anteriormente iniciado.”

Veremos na próxima seção que a crise do modelo de produção capitalista, então vigente, ocorrido pela redução do rendimento do trabalho e pela acumulação e concentração da produção, exigiu do capital o desafio da reestruturação e valorização da ordem do capital aliada à garantia de direitos sociais mínimos ofertados pelo Estado, na garantia da tomada do crescimento econômico.

⁸ O Taylorismo surge no intuito de confiscar o conhecimento do trabalhador sobre o produto, ou seja, desqualificar o trabalhador e transferir o processo artesanal para o domínio do fabril.

2.3 Estado de Bem Estar Social e a ofensiva Neoliberal.

O modelo de produção fordista/taylorista, voltado para a produção e consumo em massa, sofreria uma profunda mudança com a crise 1929-1932, crise conhecida como a grande depressão, sendo essa a maior crise econômica do capitalismo mundial até aquele momento.

Além da crise econômica nesse período, o mundo capitalista vivia a sombra do avanço do socialismo marcada pela vitória do movimento socialista de 1917 na Rússia, bem como, pelo fortalecimento do movimento operário e sindical, (BEHRING; BOSCHETTI, 2011) propiciados pelo modelo de produção fordista, que concentrava os trabalhadores em grandes fábricas, possibilitando sua organização.

Nesse contexto, impõem-se a queda tendencial da taxa de juros em relação ao conjunto do capital social. A concorrência é acirrada, bem como a especulação. Há uma estagnação do emprego e da produtividade, o que gera uma forte capacidade ociosa na indústria. Com isso, configura-se uma superabundância de capitais e uma escassez de lucros, produzindo o desemprego generalizado e a queda do consumo, inviabilizando o processo de realização da mais-valia. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.70).

Nesse sentido, é posto em xeque o ideário do liberalismo ortodoxo do mercado, pois a resposta para a crise estava na intervenção do Estado na economia, com enfoque na redução do desemprego e novamente ao estímulo ao consumo, por meio da renda e de altos salários.

O Estado, aliado ao modelo de acumulação capitalista, cria estratégias de neutralizar e amenizar as lutas e pressões dos trabalhadores, representados pelos sindicatos, consolidando um modelo de Estado de Bem Estar Social – *New Deal* – incorporando ao ideário dos trabalhadores à ordem do capital.

O Estado do Bem Estar nada mais foi do que um grande pacto social, despolitizado e despolitizante, estratégia assumida pelos capitalistas e pelo seu Estado, em alguns países, para, através de políticas sociais compensatórias buscar a “fidelidade das massas”, legitimando assim a ordem burguesa. (DIAS, 1997, p. 101).

Com a crise norte-americana e a recessão econômica, o Estado absorve a responsabilidade em controlar as atividades econômicas e aplicar uma política de

direitos sociais compensatórios à classe trabalhadora, no intuito de apaziguar as massas e retomar o crescimento econômico.

O modelo *New-Deal* de bem estar norte-americano legitima o estado a intervir por meio de um conjunto de medidas que injetou recursos públicos na economia, no desenvolvimento urbano, gerando empregos e estimulando o crescimento empresarial. O controle do estado estaria assim alicerçado em dois pilares, sendo:

[...] pleno emprego e maior igualdade social, o que poderia ser alcançado por duas vias a partir da ação estatal:

1. Gerar emprego dos fatores de produção via produção de serviços públicos, além da produção privada;
2. Aumentar a renda e promover maior igualdade, por meio da instituição de serviços públicos, dentre eles as políticas sociais. (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 86).

Tal forma de inserir o estado na regulamentação da ordem do capital inspirou no pós-segunda guerra às proposições de John Maynard Keynes (1883-1946), em encontrar formas de reativar a economia com a participação do Estado. Tanto o New Deal americano, como a proposta Keynesiana, de Estado de Bem Estar Social Europeu, possuíam em comum segundo Behring e Boschetti (2011), um conjunto de medidas “anticrise ou anticíclicas”, dando sustentação pública as “crises cíclicas de superprodução, superacumulação e subconsumo, ensejadas a partir da lógica do capital.” Segundo a análise Keynesiana,

[...] a operação da *mão invisível* do mercado não necessariamente produziria a harmonia entre o interesse egoísta dos agentes econômicos e o bem-estar global, como o demonstraram a grande depressão e a guerra. As escolhas individuais entre investir ou entesourar, por parte do empresariado, ou entre comprar ou poupar, por parte dos consumidores e assalariados poderiam gerar situações de crise, em que haveria insuficiência de demanda efetiva e ociosidade de homens e máquinas (desemprego). (BEHRING; BOSCHETTI, 2011 p. 85, grifo do autor).

Como vimos anteriormente, o modelo capitalista de produção e acumulação chegou a seu ápice, enfrentando uma intensa crise a sombra do avanço do socialismo do pós-segunda guerra e o enfraquecimento das grandes potências mundiais. Como resposta à crise, buscou-se a parceria por meio da intervenção direta do Estado no intuito de reestruturar a ordem do capital.

Nas palavras de Dias (1997), emergiu o “pacto social em escala mundial” ou segundo Moraes (2001), o "consenso keynesiano", com o objetivo de integrar capitalistas e trabalhadores, ou seja, trabalhadores em troca de seus empregos acabariam aceitando a condição de exploração do trabalho em detrimento dos lucros dos capitalistas.

Ainda, segundo Moraes (2001), o crescimento e fortalecimento do Estado por meio de instrumentos regulatórios frente à política monetária, o controle da taxa de juros e gastos públicos, somados a oferta de pleno emprego e benefícios sociais, consolidava o poder político.

Parecia disseminado e solidamente implantado um amplo acordo sobre o papel positivo do Estado: na criação de pleno emprego; na moderação de desequilíbrios sociais excessivos e politicamente perigosos; no socorro a países e áreas economicamente deprimidos; na manutenção de uma estrutura de serviços de bem-estar (habitação, saúde, previdência, transporte urbano, etc.); na gradual implantação de políticas sociais que atenuassem desigualdades materiais acentuadas pelo funcionamento não monitorado do mercado, etc. (MORAES, 2001, p 15).

O modelo de Estado de Bem Estar Social perdurou por aproximadamente trinta anos na Europa Ocidental, convivendo harmoniosamente com o modelo de produção fordista, que retomou o desenvolvimento do capitalismo no pós-segunda guerra.

Nesse período, de acordo com Behring e Boschetti (2011, p. 89) materializava-se “uma melhoria efetiva das condições de vida dos trabalhadores fora da fábrica, com acessos ao consumo e ao lazer que não existiam no período anterior, bem como a sensação de estabilidade no emprego.”

Contudo com a crise de 1970 e 1980, marcada por uma estagflação - um misto de inflação alta e estagnação (DIAS, 1997), a qual afetou diretamente o conjunto dos países capitalistas desenvolvidos, ocorre o rompimento com o modelo de Estado de Bem Estar Social, transferindo a ele a culpa pela crise, buscando livrar-se das conquistas sociais e defendendo novamente a ideia de liberdade de mercado com regras ainda mais rígidas. Nas palavras de Dias (1997), um estado mínimo para um mercado máximo.

No ideário liberal pós-crise, a regulação estatal só faz sentido quando gera um aumento da taxa de lucros, intervindo como um pressuposto do capital em geral.

Diante disso é que se torna aceitável certa distribuição horizontal e limitada na forma de salários indiretos, assegurados pelas políticas sociais. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

O rearranjo do modo de produção, movido pelas crises cíclicas do capital, ganha força após a crise do pós-guerra de 1973, pela denominada ofensiva neoliberal.

[...] as raízes da crise estavam na influência nos sindicatos, do movimento operário que reivindicava maiores salários e mais gastos sociais, reduzindo os lucros das empresas. [...]. O remédio então era claro: manter um Estado forte sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. (ANDERSON, 2005, p.11).

Para os neoliberais que defendiam o livre mercado e a redução intervencionista do Estado, o Keynesianismo foi identificado como o entrave para o crescimento e liberdade comercial, mediante o poder e intervenção do Estado, conforme Moraes (2001), um inimigo do progresso para o qual os neoliberais se voltaram.

Um desses inimigos era o conjunto institucional composto pelo Estado de bem-estar social, pela planificação e pela intervenção estatal na economia, tudo isso identificado com a doutrina keynesiana. O outro inimigo era localizado nas modernas corporações - os sindicatos e centrais sindicais, que, nas democracias de massas do século XX, também foram paulatinamente integrados nesse conjunto institucional. Além de sabotar as bases da acumulação privada por meio de reivindicações salariais, os sindicatos teriam empurrado o Estado a um crescimento parasitário, impondo despesas sociais e investimentos que não o tinham perspectiva de retorno. (MORAES, 2001, p. 13)

Segundo Moraes (2001), o neoliberalismo se constituiu e se fortaleceu enquanto uma ideologia, uma maneira de ver o mundo social, uma corrente de pensamento. Ainda para o autor o objetivo central dos neoliberalistas que defendiam um modelo de regulamentação para a saída da crise encontrou na “privatização de empresas estatais e serviços públicos, por um lado; por outro, ‘desregulamentar’, ou antes, criar novas regulamentações, um novo quadro legal que diminua a

interferência dos poderes públicos sobre os empreendimentos privados” (MORAES, 2001, p.18).

Assim, o neoliberalismo nasce no sentido de intervir não somente na regulamentação do campo econômico, mas sim em um âmbito global que envolva as decisões político-institucional, as relações sociais e a ofensiva contra o modelo de Estado de Bem Estar Social, preparando para um tipo de capitalismo mais duro e livre para o futuro.

Soares (2003) analisa que o neoliberalismo caracteriza-se por um conjunto de regras padronizadas que incorporam da mesma maneira diversos países do mundo, no intuito de aplicar reformas de cunho estrutural, “centradas na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na privatização do setor público e na redução do Estado. [...] trata-se de uma política macroeconômica de estabilização acompanhada de reformas estruturais”. (SOARES, 2003, p. 19).

Para os neoliberais, o Estado deveria transferir ao setor privado as atividades produtivas em que indevidamente se metera e deixar a cargo do mercado as atividades regulatórias que por um tempo tentou controlar.

A intensificação do ideário neoliberal foi assumida fervorosamente pelos governos de Margareth Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos, que ao longo dos anos induziram novos países, que se intitulavam de esquerda ou social democratas, a aderirem ao modelo neoliberal, o qual ganhou força em todo o mundo.

Segundo Behring e Boschetti (2011), o modelo neoliberal obteve êxito em frentes defendidas com o controle da inflação, controle das greves, contenção dos salários, aumento no nível de desemprego e de desigualdade social, contribuindo assim para a reanimação do capitalismo, restaurando taxas de crescimento e lucros.

Por outro lado, demonstrou sinais de crise com o endividamento dos países e a perda de lucros ocasionado pelas transações financeiras/monetárias.

A mundialização financeira, já absolutamente firmada no final dos anos 70, determinaria a ofensiva neoliberal dos anos 80, que após a crise de 1975, segundo Harvey (2007, p.137), as grandes corporações entraram em um período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho.

A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produtos e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de

controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação. (HARVEY, 2007, p.137 e 140).

Para combater a crise financeira, o sistema capitalista passa por um processo de reestruturação e ajustes com o intuito de gerar mais competitividade, mais lucro e menos gastos, principalmente com mão de obra, o que é confirmado por Dias (1997, p. 14):

A reestruturação produtiva e resposta do Capital e suas crises – subsunção real do trabalho ao capital – conhecido ideologicamente como a III Revolução Industrial – exige uma modificação das regras da sociabilidade capitalista, modificação essa necessária para fazer frente à tendência decrescente da taxa de lucro.

Essa nova tendência convida o trabalhador a se associar ao capital, fazendo-o crer que se todos trabalharem juntos a crise será superada e haverá garantia de trabalho e ganhos para todos, ou seja, requer-se um trabalhador polivalente e que incorpore em seu ideário o caráter da meritocracia para justificar garantia de seu emprego e seu salário, a máxima de que o trabalhador vista a camisa da empresa.

Tudo isto aparece como uma “revolução” científico-tecnológica o que legitimaria o capitalismo e negaria a necessidade dos antagonismos classistas, decretando a superfluidade das classes trabalhadoras. Ao mesmo tempo em que leva a desqualificação do trabalhador ao máximo e caracteriza a sua dispensabilidade, esse processo tem a aparência de recuperação e reintegração do saber operário. (DIAS, 1997, p. 114).

Nesse cenário, a concentração das populações nos grandes centros urbanos, favorece o Capital, pelo acúmulo de trabalhadores disponíveis para ocupar cargos mal remunerados, de pouca qualificação, enfraquecendo as lutas de classes e a conquista de direitos, já denominado e tratado na obra Crítica da Economia Política de Karl Marx (1985), como “exército de reserva” e posteriormente adjetivado como desempregados.

A reestruturação econômica expressa implicações diretas que contribuem para os novos fluxos imigratórios. Se durante a segunda Revolução Industrial, a intensificação da mobilidade urbana foi facilitada pelo progresso técnico nos transportes, recentemente outro fenômeno tem-se tornado decisivo.

Estas transformações estão ligadas à dinâmica recente do capitalismo, caracterizado pela globalização da produção, que se apoia na flexibilização dos processos de trabalho, nos mercados de trabalho, nos produtos e nos padrões de consumo. (HARVEY, 1996, p. 11).

O novo caráter das formas de produção, pautado em uma dispersão geográfica da produção, na fragmentação dos processos produtivos, na divisão internacional do trabalho e nas especializações das funções, coloca a população em movimento. Os fluxos de capital que migram pelo mundo provocam um remanejamento na organização da mão de obra.

O capitalismo, por isso, produz uma determinada paisagem geográfica (em termos de relações de espaço, de organização territorial e de sistemas de lugares correlatos em uma divisão “global” do trabalho e das funções) apta a sua dinâmica de acumulação de um dado momento da sua histórica, para depois destruí-la e reconstruí-la para adaptar-se à acumulação em um momento sucessivo. (HARVEY, 1996, p. 11).

Harvey (1996) refere que o capitalismo é levado a eliminar as barreiras espaciais, assim, essa característica de diversidade cultural e alta concentração populacional dificulta a organização e luta de classes.

De acordo com Harvey, o termo globalização vem a significar a desregulamentação financeira, demandando a unificação política e econômica, facilitada pelo sistema de comunicação em massa (revolução da informática), reorganizando a forma de produção e consumo, reduzindo os custos e tempo de transporte de mercadorias. Essa mudança instituída pelo processo de globalização vem acompanhada de outras mudanças, segundo o mesmo autor;

Aliada à globalização da economia emerge uma verdadeira “sociedade global”, onde os processos sociais que antes se limitavam às fronteiras de cada Estado-nação tendem, hoje, a se internacionalizar. (HARVEY, 1996, p.14).

A globalização instala-se na ordem econômica mundial, deslocando fluxos financeiros para regiões cuja produção representa maiores possibilidades de lucros, nesse sentido, fortalece a interferência do mercado frente às decisões políticas nacionais.

Deste imaginário, fruto da internacionalização de processos sociais, é que cada migrante internacional potencial cria a sua “ilusão migratória”, sem a qual ninguém migra longas distâncias, principalmente entre países. A liberdade de mercado gerada pela globalização unificou os modos de produção, facilitou a transposição de recursos, mercadorias e também estimulou a movimentação de pessoas em busca de trabalho, cruzando barreiras continentais.

2.4 Consequências do neoliberalismo para as Políticas de Bem Estar Social.

Como vimos na seção anterior, a regulação estatal e o estabelecimento de políticas keynesianas possibilitaram, por um período, uma condição de pleno emprego, crescimento econômico e consumo, além de políticas sociais universais.

Tal realidade foi concretizada especificamente nos países Europeus, por meio de um consenso entre capital e trabalho. Nesse período, diversas políticas de proteção foram efetivadas, como por exemplo: “cobertura de acidentes de trabalho, seguida pelo seguro-doença e invalidez, pensões a idosos, seguro-desemprego e, por último, auxílio – maternidade”. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011 p. 92).

O Welfare State, com ênfase ao modelo inglês no período pós-guerra, foi um marco no que tange aos princípios de proteção social e por isso ficou conhecido como os anos de ouro, nos quais conforme Behring e Boschetti (2011, p. 94), destacam:

1. Introdução e ampliação de serviços sociais em que se incluem a seguridade social, o serviço nacional de saúde, os serviços de educação, habitação, emprego e assistência aos idosos, a pessoas com deficiência e as crianças;
2. A manutenção do pleno emprego;
3. Um programa de nacionalização.

Entendemos esse aparato de proteção social frente à fragilidade em que se encontrava a sociedade no pós-guerra, com destaque ao programa de nacionalização, voltado àqueles que por segurança buscaram proteção em outro país.

O sinal de esgotamento do modelo de regulação keynesiano desponta-se com a crise do capital nos anos de 1970, justificado pela ampliação do poder do Estado, frente à redução da taxa de lucros das grandes corporações.

[...] a situação Keynesiana de “pleno emprego” dos fatores de produção, incorporando grandes contingentes da força de trabalho – diminuindo, em consequência, o exército industrial de reserva -, dificultou o aumento da extração da mais-valia, com a ampliação do poder político dos trabalhadores e maior resistência à exploração; e a generalização da revolução tecnológica diminuiu o diferencial de produtividade. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 117-118).

Críticos do modelo de Bem Estar Social vigente viam na política de pleno emprego o impedimento na extração de mais-valia pela exploração da força de trabalho. Sem um exército de reserva e com políticas sociais que garantiam renda e serviços universais, a acumulação do capital se via comprometida. Com a entrada em um período de estagnação, questiona-se o real papel assumido pelo estado, como interventor da economia e das políticas sociais.

O Estado de Bem Estar passa ser questionado, com todas as suas transferências de pagamentos generosos desligados de critérios, de esforços ou de méritos, destrói a moralidade básica do trabalho e o sentido de responsabilidade individual. (ANDERSON, 2005, p.19).

As grandes referências para a defesa do modelo Neoliberal, como já tratado, foram Margareth Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos, esse modelo avançou posteriormente em todo o mundo, inclusive a países em desenvolvimento. A ascensão do modelo neoliberal, com o objetivo de restaurar o lucro entra em pauta nos anos de 1980 nos Estados Unidos e na Inglaterra, sendo nesse último considerado o “berço do neoliberalismo”⁹. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). A política neoliberal de Thatcher buscou:

[...] elevar as taxas de juros, baixar os impostos sobre os altos rendimentos, abolir o controle sobre os fluxos financeiros, criar níveis de desemprego maciço, enfraquecer as greves, aprovar legislações anti-sindicais, realizar cortes nos gastos sociais e instituir um amplo programa de privatização. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 126).

Do mesmo modo, os Estados Unidos que não vivenciaram de fato um modelo de Welfare State, seguiram os pressupostos ingleses e reduziram impostos em favor

⁹ Segundo Anderson (1995, p. 9) “O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo”, sendo que a América do Norte recentemente experimentou o modelo neoliberal, contudo, segundo o autor, o Chile, sob o comando da ditadura de Pinochet, apresentou ao mundo a primeira experiência neoliberal, com características mais severas, tratando-se de uma ditadura militar, mas que interessou os estudiosos e defensores do neoliberalismo.

dos ricos, elevaram as taxas de juros, enfraqueceram as greves, entre outros ajustes. Esses direcionamentos efetivamente não auxiliaram na superação da crise do capitalismo, mas em contrapartida foram competentes para o desmantelamento das políticas sociais conquistadas no pós-guerra.

As medidas implantadas, contudo, tiveram efeitos destrutivos para as condições de vida da classe trabalhadora, pois provocaram aumento do desemprego, destruição dos postos de trabalho não qualificados, redução dos salários devido ao aumento da oferta de mão de obra e redução de gastos sociais com as políticas sociais. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 127).

Responsabiliza-se o trabalhador, como não merecedor de uma intervenção do Estado por políticas de direito, conquistadas ao longo da história, reforçando o caráter meritocrático e a individualização do sujeito. De acordo com a Soares (2003), as consequências do neoliberalismo para as políticas sociais foram o surgimento dos “desajustes sociais” os quais,

[...] não apenas agravou as condições sociais preexistentes de desigualdade estrutural em nosso continente como também provocou o surgimento de “novas” condições de exclusão social e generalização da precariedade e da insegurança em vastos setores sociais antes “incluídos”, a partir de sua inserção no mercado de trabalho e dos mecanismos de proteção social construídos ao longo de décadas. (SOARES, 2003, p.22).

Segundo Dias (1997, p. 119), a reestruturação produtiva, no intuito de responder à crise capitalista, entende cada vez mais a necessidade fundamental de limitar os direitos sociais e os gastos estatais com programas sociais.

A nova pobreza é gerada pelo maciço desemprego e pela ausência de mecanismos de proteção social, denominados conforme Soares (2003), de “desestabilização dos estáveis” e a “redescoberta dos sobrantes”, pois o modelo de Estado de Bem Estar social que antes interviu diretamente na manutenção do pleno emprego, dos altos salários e da estabilização econômica, perdurando por aproximadamente 30 anos, passa a ser responsabilizado pela recessão e crise nos anos 70-80. O desemprego e a falta de seguridade social passaram a integrar a vida da sociedade.

Desta maneira, no entendimento do capital tudo deveria ser transformado em produto mercantil, inclusive as políticas sociais: previdência, saúde, educação, devem ser mercantilizadas.

A questão social passa a ser objeto de ações filantrópicas e caritativas de benemerência deixando de ser responsabilidade do Estado, pois esse novo modelo de sociedade passa a culpabilizar o cidadão pela sua condição de vulnerabilidade e pobreza. Entretanto, segundo Soares (2003, p. 27), “quando o desajuste social assume proporções preocupantes, caberia então ao Estado intervir com programas sociais focalizados nos pobres, tratando de reinseri-los no “mercado”.”

A internacionalização econômica gera o que Soares (2003) denominou como globalização da pobreza, visto que as políticas neoliberais impactaram inclusive os países que não apresentavam uma condição de pobreza estrutural, pois se manifestou diretamente no mundo do trabalho.

O processo de reestruturação produtiva promoveu alterações nos vínculos e na relação do trabalho para os contratos flexíveis e desregulamentados, ou seja, interferindo diretamente na segurança de sobrevivência da classe trabalhadora, que se dá mediante o salário e sem o qual gera a exclusão daqueles antes incluídos. Veremos a seguir especificamente o caso brasileiro, o avanço do capitalismo, do ideário neoliberal e o desenvolvimento das políticas sociais no país.

2.4.1 O capitalismo no Brasil e suas experiências de políticas sociais.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil em muito se difere do percurso vivenciado pelos países berço do liberalismo, pois as relações capitalistas no país ocorrem tardiamente sem as marcas históricas dos países de capitalismo central.

Essa característica seu deu pelo modo de colonização marcada por uma independência tardia, ocorrida apenas em 1822 e que não congrega qualquer compromisso com sua população por parte da elite monárquica da época. Segundo Behring e Boschetti (2011, p. 17): “O Estado brasileiro nasceu sob o signo de forte ambiguidade entre um liberalismo formal com fundamento e o patrimonialismo como prática no sentido da garantia dos privilégios das classes dominantes”.

Vale ressaltar a herança histórica deixada pelo trabalho escravo no país, o qual será abordado no próximo capítulo, e que carregamos até os dias de hoje como um peso na sociedade brasileira.

Economicamente, define-se o Brasil como a “periferia do mundo capitalista” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011) que em seus períodos áureos reforçou o poderio de uma aristocracia agrária, focada na monocultura do café, direcionado a exportação. As mesmas autoras sintetizam muito bem esse papel assumido na economia do país quando aludem que a formação brasileira se resume:

[a] uma sociedade e uma economia que se organizam para fora e vivem ao sabor das flutuações de interesses e mercados longínquos. [...] marcada por uma política controlada de dentro para dentro e uma economia produzindo para fora e consumindo de fora. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011 p. 75-76).

As políticas sociais carregaram um viés de favor e ajuda característica essa de uma política populista ligada ao seu precursor Presidente Getúlio Vargas - 1930, conhecido como pai dos pobres. Com o início da industrialização brasileira no século XX, os trabalhadores, por meio dos partidos políticos e sindicatos começaram a se organizar, reivindicando direitos e proteções.

A questão social já existente num país de natureza capitalista, com manifestações objetivas de pauperismo e iniquidade, em especial após o fim da escravidão e com a imensa dificuldade de incorporação dos escravos libertos no mundo do trabalho, só se colocou como questão política a partir da primeira década do século XX, com as primeiras lutas de trabalhadores e as primeiras iniciativas de legislação voltada ao mundo do trabalho. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 78).

Identificamos que a organização das lutas dos trabalhadores se deu sob “forte influência dos imigrantes que traziam os ares dos movimentos anarquistas e socialistas europeus para o país” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.80), o que foi possível pela abertura das fronteiras brasileiras para o trabalhador europeu, o qual carrega em si o anseio por igualdade vislumbrado nos movimentos de trabalhadores na Europa.

O modelo fordista de produção só é identificado no Brasil no contexto da ditadura militar de 64, no período denominado de milagre econômico, com a transferência da produção automobilística para o Brasil, principalmente no Estado de São Paulo.

Enquanto políticas sociais, identificamos a partir das primeiras décadas do século XX¹⁰ o aporte de políticas ainda de cunho repressor, voltados a amenizar as lutas e conflitos de classe e culpabilizar o pobre por sua condição marginalizada. Na década de 70, no período da ditadura foi criado o BNH – Banco Nacional de Habitação, vinculado a uma política habitacional que conforme reitera Behring e Boschetti (2011, p. 137), “tratava-se de uma estratégia tipicamente keynesiana de impulsionar a economia por meio do incremento da construção civil na construção de moradias populares”.

O conceito de estratégia keynesiana adequa-se apenas no quesito de interferência do Estado na economia, frente ao financiamento habitacional, com o intuito de aportar recursos públicos em empresas privadas, gerando emprego e impulsionando a economia. Não identificamos no Brasil uma política de Bem Estar Social, nos moldes europeus, mas sim guiados pelo modelo americano.

Os anos de ditadura no Brasil e a relação direta com os ditames norte americanos, influenciaram a abertura de espaços para as políticas privadas, no mesmo modelo de proteção social americano, direcionado inicialmente para a saúde, previdência e educação “configurando um sistema dual de acesso as políticas sociais: para quem pode e para quem não pode pagar”. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 137).

Com o fim da ditadura militar no início da década 80, ressurgem com mais força os movimentos populares, os partidos de esquerda, as conferências e fóruns para debater a transição da redemocratização do país, que culminou no processo constituinte e aprovação da Constituição Federal de 1988, um marco democrático no país, a qual previa dentre outros o acesso universal a educação, saúde e assistência social.

Contudo, os anos de ditadura militar deixaram a marca do endividamento do país com os órgãos internacionais, como o FMI – Fundo Monetário Internacional, e mesmo com a retomada da democracia no país com as “Diretas Já” e as eleições

¹⁰ Dentre as políticas sociais regulamentadas nesse período temos a Lei Eloy Chaves que institui a Caixa de Aposentaria e Pensões – CAPs, organizada pelo movimento dos ferroviários e o Código de Menores - Decreto nº 17.943/27, com um conceito mais punitivo e higienista. No período da ditadura militar destacamos a unificação e centralização da previdência social no INPS – Instituto Nacional de Previdência Social, que incorporou a LBA – Legião Brasileira de Assistência e a FUNABEM - Fundação Nacional para o Bem Estar do Menor, sendo a primeira criada para atender as famílias dos soldados enviados para a segunda guerra mundial e a última para acolher as crianças de famílias pobres, com o objetivo de prepará-las para o trabalho.

presidenciais no final da década de 80, não propiciaram uma retomada das diretrizes político-democráticas nacional.

Logo após a aprovação da Constituição Federal do Brasil de 1988, entrava em pauta a proposta de reforma do Estado brasileiro, proposto pelo então presidente da república Fernando Henrique Cardoso, em seu primeiro mandato (1995-1998), como alternativa para a superação da crise, que segundo seus argumentos só eram possíveis como a redução da intervenção do Estado.

O governo de FHC, o qual participou ativamente das “Cúpulas da Governança Progressistas” ou a denominada doutrina da Terceira Via¹¹, com o apoio do Ministro da Administração e Reforma do Estado, Bresser Pereira, propôs a reforma do Estado pautado em um ideário centrado em três eixos básicos: a privatização, a publicização e a terceirização.

A política da Terceira Via propôs mudanças na política e na economia por meio da reestruturação da máquina estatal, para que a mesma seja mais dinâmica e menos burocrática, com o apoio direto da sociedade civil. Segundo Silva, o ministro Bresser Pereira,

afirmou ser contrário à proposta neoliberal de Estado mínimo, pois seu “objetivo não é enfraquecer o Estado, mas fortalecê-lo”, permitindo uma combinação e complementaridade entre o mercado e o Estado como pressuposto básico ao bom funcionamento do sistema econômico e do regime democrático. (SILVA, 2001, p. 4).

Ressalta-se a importância de um Estado gestor de políticas, dinâmico na tomada de decisões, flexível e aberto às interferências da sociedade civil, aqui entendida como empresas e organizações não governamentais a serviço do estado.

Frente a um cenário de confiança por parte da sociedade, demonstrado nas eleições presidenciais de 1994 e fortalecido com a implantação do Plano Real, o então presidente possuía condições favoráveis para aplicar o Plano de Reforma do Estado brasileiro, em “adaptação passiva à lógica do capital”. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 151).

Tal proposta encontrava justificativa no discurso de que o problema estaria localizado no Estado, o que foi amplamente divulgado como uma proposta de

¹¹ Criado por Anthony Giddens, sociólogo que defende a flexibilização de alguns dogmas neoliberais no que alude à intervenção do Estado, na Terceira Via são defendidas propostas que busquem contrabalançar, mas nunca combater o poder do mercado, pela atuação positiva do estado e da sociedade civil.

planejamento para reduzir o “custo Brasil” (SILVA, 2001), assim, seriam necessárias reformas para reduzir custos. Nas palavras de Behring e Boschetti,

Reformando-se o Estado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, e, acima de tudo desprezando as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social [...] estaria aberto o caminho para o novo “projeto de modernidade”. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.148).

Assim, após o contexto de luta para garantia de acesso as políticas universais que culminaria na aprovação da Constituição Federal de 1988, ocorre à sequência de desmonte e precarização do sistema de proteção social e conseqüentemente o empobrecimento da população brasileira, sob o argumento da necessidade premente de corte de custos, culpabilizando a intervenção do Estado, com ênfase em seu papel fundamental de promover políticas sociais, o que fica claro de acordo com Silva:

[...] o modelo de Estado vigente nas últimas décadas, devido a sua forte intervenção na economia e consideráveis gastos sociais, é o agente responsável pela emergência da crise econômica mundial. [...] O Estado entrou em crise e se transformou na principal causa da redução de taxas de crescimento econômico, da elevação das taxas de desemprego e do aumento da taxa de inflação, que desde então, ocorrem em todo o mundo. (SILVA, 2001, p. 4).

Promovida sob a influência da ofensiva neoliberal, que identificava no Brasil potencial para a continuidade de uma política exploratória que sempre esteve no centro das relações internacionais brasileiras, a reforma do Estado brasileiro centrada nos três eixos: privatização, publicização e terceirização resume a abertura governamental para as parcerias público/privadas no enfretamento das questões sociais via parceria com entidades da “sociedade civil”. Conforme Behring e Boschetti,

Outro aspecto de destaque na “reforma” do Estado foi o Programa de Publicização, que se expressou na criação de agências executivas e das organizações sociais, bem como da regulamentação do terceiro setor para a execução de políticas públicas. Esta última estabeleceu um Termo de Parceria com ONGs e Instituições Filantrópicas para a implementação de políticas. A essa nova arquitetura institucional na área social – sempre ignorando o conceito constitucional de seguridade – se combinou o serviço voluntário, o qual

desprofissionalizava a intervenção nessas áreas, remetendo-as ao mundo da solidariedade, da realização do bem comum pelos indivíduos, através de um trabalho voluntário não-remunerado. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.154).

No eixo da publicização, a reforma do Estado propõe criar organizações sociais que passam a executar e gerenciar serviços de cunho público, com recursos públicos. Valorizam ações de caráter caritativo, organizando a sociedade civil para promover ações voluntárias, para o “bem da sociedade”. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Com a eleição presidencial de 2002, o então eleito presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), desponta no cenário político nacional envolto na esperança da alteração do atual projeto societário, já que se tratava de uma liderança de via ideológica de esquerda. No entanto, a opção foi por um modelo de governo desenvolvimentista e conciliador, dando continuidade à política de influência neoliberal. Nas palavras de Singer (2009) significa que:

A conciliação dá-se, por um lado, na continuidade da política macroeconômica, fiel aos interesses da classe detentora do capital e, por outro, no investimento na melhoria de vida de “uma fração de classe (trabalhadora) que, embora majoritária, não consegue construir desde baixo as suas próprias formas de organização”. (SINGER, 2009, p.84).

É perceptível que o então governo Lula não rompe com o modelo de política econômica liberal em curso, pelo contrário, nas palavras de Frigotto (2011, p. 238), a opção pelo desenvolvimentismo “não altera nem o tecido estrutural de uma das sociedades mais desiguais do mundo, nem a prepotência das forças que historicamente o definem e o mantêm”.

O continuísmo da política macroeconômica adotado pelo atual governo de Lula, associado à confiabilidade e aprovação da sociedade permite ao mesmo assinar uma carta-compromisso com garantias ao capital e ao empresariado e retomar polêmicas reformas do Estado com destaque à reforma da previdência, a qual o governo FHC tentou alterar sem sucesso, afetando diretamente o funcionalismo público.

A sombra de políticas compensatórias, mas necessárias, como os programas de transferência de renda, de acesso a crédito para a casa própria e para bens de

consumo, o governo Lula reforça as parcerias com os agentes externos como o Banco Mundial, dando continuidade ao projeto iniciado na década de 90.

Especificamente para as políticas educacionais, sobressai à opção pelas parcerias público com o privado e a mercantilização da educação, como veremos no último capítulo dessa pesquisa, sob o marco dos documentos internacionais, na condução das políticas educacionais.

3. A IMIGRAÇÃO NO CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO E HAITIANO: SUAS INFLUÊNCIAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DAS NAÇÕES.

O objetivo desse capítulo é de retomar a imigração histórica no Brasil, por meio da categoria trabalho, identificada como braço imigrante para a produção de riquezas. Assim, não poderíamos deixar de abordar na constituição do Brasil e do Haiti a importância desempenhada pelos trabalhadores imigrantes que construíram as raízes sociais e históricas de cada um desses países.

Durante os estudos, identificamos semelhanças entre as duas nações, iniciada pelo processo de colonização e exploração por países Europeus na busca incessante por territórios e riquezas, afirmando dessa maneira seu poder.

Como veremos abaixo, tanto o Brasil colonizado e explorado por portugueses quanto o Haiti por Franceses, utilizaram da mão de obra indígena para o trabalho escravo, contudo, identificando a necessidade da incorporação de novos trabalhadores, encontrou nos braços escravos, negros, africanos a consolidação de suas colônias.

No Brasil, diferentemente do Haiti, ocorre uma política de miscigenação, enquanto no outro sobrepõe a soberania do negro. Nesse sentido, nesse capítulo refletiremos a construção histórica e social brasileira focada na imigração e a posição destinada ao trabalho para o imigrante negro traficado e ao imigrante europeu subsidiado, bem como na história social haitiana, igualmente marcada pela submissão aos mercados internacionais e a exploração da classe trabalhadora, também dividida entre classes raciais.

Florestan Fernandes (1995) evidencia em seus estudos a diferenciação do braço imigrante para o trabalho entre a mão de obra negra escrava e a mão de obra especializada e europeia, deixando claro o papel assumido pelo negro escravo voltado para o trabalho braçal subjugado a mercadoria, em contraponto ao trabalhador imigrante europeu livre convidado a miscigenar e aculturar o país.

Exemplo disso, “é a condição de trabalho nas relações sociais e no ambiente cultural brasileiro, carregados até hoje de desqualificação, a qual é definidora da relação entre capital e trabalho no país.” (IANNI, 1989, p. 69-70).

Na atualidade e foco dessa pesquisa, a imigração a qual nos deparamos advém de países sub-desenvolvidos, localizados em grande parte nos continentes

Africanos, da América Central e América do Sul, marcados por uma população pouco qualificada e em maior número formada por pardos e negros.

Trataremos de retomar a formação econômica do Brasil, com destaque a organização do mercado de trabalho e a interferência do modelo de produção capitalista nas relações produtivas. Na sequência apresentaremos o Haiti, país marcado por explorações econômicas, governos autoritários e as saídas constantes de seu povo em busca de melhores condições de vida. Tal abordagem objetiva analisar e desvendar as influências econômicas e políticas que interferem diretamente na análise da imigração haitiana ao Brasil no século XX.

3.1 Características imigratórias no Brasil – Período da “migração em massa” – entre os anos de 1890 e 1930.

Para contextualizar o fenômeno imigratório recente, cabe nessa pesquisa retomar a formação social, econômica e política do Brasil, pautada em uma colonização de exploração, marcada posteriormente por um processo de industrialização tardia, emergindo como país em desenvolvimento somente no século XX.

Os processos imigratórios foram recorrentes na formação histórica brasileira, sendo que o primeiro momento, tido como o mais longo, entre os séculos XV à XIX foi marcado pelo processo de colonização portuguesa e pelo tráfico de escravos na exploração das riquezas naturais e na produção de bens primários e de subsistência.

Segundo Caio Prado Jr. (2008), na obra “História econômica do Brasil” de 1945, os acontecimentos históricos que marcaram a construção econômica do país, sendo o divisor de águas, que separa o Brasil colônia, subordinado ao reinado Português, do Brasil império, ocorre a partir de 1807 com a fuga de D. João e sua corte para o Brasil e a transferência da coroa para o país.

Nesse contexto, o primeiro decreto publicado, com a chegada do reinado, trata-se da abertura dos portos para o livre comércio internacional. Nesse ponto a indústria começa a ganhar corpo, com destaque às metalúrgicas, sendo que esse singelo processo industrial foi liderado por estrangeiros alemães, ingleses e franceses.

Prado (2008, p. 143), destaca que “[...] a escravidão constituía ainda a mola mestra da vida do país”. Esse primeiro processo imigratório, intensamente marcado pelo tráfico negreiro e o trabalho escravo¹², caracterizado como uma imigração forçada seguiu o modelo dos países colonizadores para a exploração das riquezas dos países colonizados, via mão de obra escrava.

Segundo Fernandes (1955, p.33), “[...] a expansão da grande lavoura refletiu-se diretamente na composição da população escrava, provocando, de modo bem nítido a partir do primeiro decênio do século, uma elevação progressiva na importação de escravos negros.”

Dependente sobremaneira do trabalho escravo nas lavouras, mesmo com a proibição internacional do tráfico de escravos, o Brasil manteve a escravidão, pois o crescimento da lavoura do café demandava demasiadamente de mão de obra para o trabalho. De acordo com Fernandes,

A renovação ilimitada do “braço negro” tornara-se praticamente impossível desde a cessação do tráfico. As correntes de população escrava que se estabeleceram do norte para o sul e, posteriormente, provocaram deslocamentos da população escrava dentro da própria província de São Paulo puderam manter transitoriamente o equilíbrio na organização do trabalho servil. O trabalho escravo se revelava cada vez mais dispendioso e de aquisição mais difícil. (FERNANDES, 1955, p. 41).

Conforme Prado (2008), após 1850 por iniciativas particulares, nominadas por Fernandes (1955) de “fazendeiros mais empreendedores”, que encontram no imigrante europeu a resposta para a necessidade de braços para o trabalho. Assim, intensifica-se uma imigração europeia para as lavouras de café, coexistindo em um mesmo local, trabalhadores livres e trabalhadores escravos. Segundo Vainer,

A escassez relativa e o aumento do preço do escravo, decorrente da proibição do tráfico negreiro, a partir e 1850 suscitam, num primeiro momento, uma transferência de “braços” em benefício das zonas mais prósperas (tráfico interprovincial e deslocamento de escravos urbanos para o campo). (VAINER, 1995, p. 41-42).

¹² Segundo Patarra e Baeninger (1995) por volta de 1550, com a necessidade de braços para a lavoura canavieira, iniciou-se o tráfego de escravos; estima-se que cerca de 3 milhões de africanos tenham entrado no País, de 1550 a 1850.

A crescente demanda por mão de obra, a proibição internacional do trânsito de trabalhadores escravos e o desequilíbrio demográfico no que tange ao povoamento do país pressionaram para a necessidade de uma política de povoamento, imigração e colonização.

O povoamento brasileiro se realizara até então a mercê do afluxo espontâneo de colonos brancos portugueses, da importação de escravos africanos e finalmente pela incorporação de indígenas. A corrente demográfica que ora nos interessa será constituída de trabalhadores braçais de origem europeia, cujo afluxo e fixação no país serão provados e estimulados por uma política oficial e deliberada de povoamento, ou na iniciativa de particulares interessados na obtenção de mão de obra. (PRADO, 2008, p 183).

De acordo com Patarra e Baeninger (1995, p.79), “a passagem de um sistema econômico escravocrata para um sistema capitalista exigiu a presença de contingentes migratórios que fossem capazes de suprir a necessidade de mão de obra para a lavoura.” Além disso, a tímida industrialização brasileira, demanda de braços livres para o trabalho.

Outra necessidade premente por mão de obra se dá na indústria manufatureira no país. “Nela não se empregarão trabalhadores servis, a não ser para tarefas secundárias e acessórias; [...] se contar a vantagem financeira maior que representa a indústria o pagamento de salários em vez do preço de escravos”. (PRADO, 2008, p 175).

A partir de 1889, o Brasil deixa de ser um império monárquico, sendo decretado como República, lhe concedendo autonomia decisória. De acordo com Prado (2008) a “república burguesa 1889 a 1930” foi marcada pela larga expansão produtiva, pelo liberalismo comercial, e favorecido pelo superpovoamento de várias regiões da Europa, que canalizaram uma forte e regular corrente de trabalhadores para o desenvolvimento econômico do país, por meio da política de subsídios¹³.

A opção governamental em favorecer e subsidiar a imigração para o Brasil, visando à substituição de mão de obra escrava, o povoamento do país e o seu desenvolvimento, adotou o exemplo dos Estados Unidos que segundo Kreutz (2007,

¹³ A política de subsídios teve início na Província de São Paulo, com a lei de março de 1884, que previa o transporte gratuito para famílias que se instalassem nas fazendas. O Decreto 528 de junho de 1890, assegurou transporte gratuito, não só as famílias de agricultores, mas também a lavradores solteiros ou viúvos entre 18 a 50 anos, assim como a operários e artesãos do mesmo grupo etário. Estes, no entanto, não poderiam se constituir em mais que 50% de famílias agrícolas e os outros não poderiam exceder 33% das primeiras. Os subsídios duraram até 1927. (BASSANEZI, 1995, p.4)

p. 349), “[...] em publicações e em debates políticos falava-se do progresso atribuído à imigração, da rápida expansão do povoamento, do incentivo a pequena propriedade e do crescimento das cidades.”

Além do enfoque ao progresso da nação, ao desenvolvimento e povoamento do país, o autor aponta motivos de ordem racial à opção pela imigração europeia. Conforme Kreutz (2007, p. 349): “Houve um ideal de branqueamento que se aglutinara ao liberalismo político econômico dos representantes da elite cultural brasileira.”

A abertura, pelo governo republicano, das fronteiras do país à imigração, atendeu ao ideário liberal que via a necessidade nacional em formar um país com características europeias e com doses crescentes de sangue branco para a construção de um povo nacionalmente unificado e integrado sob padrões culturais homogêneos. Segundo os decretos publicados em 1890:

Artigo 1º - É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos a ação criminal no seu país, excetuados dos indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional, poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem estipuladas. (BRASIL, 1890).

A política de subsídios visava facilitar a vinda de trabalhadores brancos e europeus ao Brasil, com o intuito de inseri-los no trabalho das fazendas cafeeiras, além de equilibrar a miscigenação, após a vinda de um número extraordinário de escravos africanos.

Já nas perspectivas do imigrante, segundo Bassanezi (1995, p. 4), “[...] foram os subsídios e as possibilidades de poupar e de ter acesso a terra (veiculadas com muita força pela propaganda e pelos agentes recrutadores) que tornaram o mercado de trabalho brasileiro atraente.”

A imigração italiana foi a que mais se adaptou ao clima e as condições do Brasil, por serem considerados, segundo Prado (2008), mais rústicos e menos exigentes. Promovida pela política de subsídios, milhares de famílias italianas mais empobrecidas foram mobilizadas para a vinda ao Brasil atraída pela promessa de trabalho na agricultura cafeeira e acesso a terra.

A partir de 1902, com a proibição da emigração subsidiada por parte da Itália, mas principalmente pelas condições favoráveis à emigração para os Estados Unidos, os italianos deixaram de ser o principal grupo de imigrantes no Brasil. (BASSANEZI, 1995, p. 22).

O governo italiano se posicionou contrário à imigração subsidiada direcionada ao Brasil, fundamentado pelas más condições de recepção desse contingente, precários alojamentos, trabalhos exaustivos e pelo não cumprimento da promessa do governo brasileiro em subsidiar o acesso a terra. Ainda assim, a Itália representou um dos maiores grupos de imigrantes que adentraram o Brasil.

Em relação à imigração japonesa, Bassanezi (1995), ressalta que o asiático era considerado inferior por importantes segmentos da sociedade brasileira, chegando, para muitos, a ser inferior aos próprios escravos, mas, dada a necessidade por mão de obra na cafeicultura, agravada pela proibição pelo governo Italiano da imigração subsidiada para o Brasil, devido à denúncias de más condições de recebimento dessa imigração no país, a imigração japonesa foi liberada no Brasil e o imigrante japonês considerado o mais resiliente pela sua capacidade de adequação ao local de trabalho.

Inicialmente o Governo japonês era contrário à emigração para o Brasil, devido à distância territorial, a falta de comunicação, a ausência de recursos financeiros das companhias brasileiras para auxiliar nesse processo de travessia, entre outros. A motivação para essa imigração se deve aos problemas enfrentados no Japão, relacionados à superpopulação das cidades, condicionada a migração rural-urbano, desemprego e baixa produtividade agrícola e industrial.

Do lado japonês, contavam: a maior estabilidade da situação econômico-financeira do Brasil, delineada pelo Convênio de Taubaté (1906), e o grande êxodo rural-urbano do Japão (uma indústria ainda não suficientemente desenvolvida não podia absorver todos aqueles desempregados nos centros urbanos). (BASSANEZI, 1995, p. 27).

Assim, viam as possibilidades de sucesso na vinda ao Brasil, incentivado pela retomada da valorização do café com o Convênio de Taubaté¹⁴, que possibilitou também uma expressiva imigração de portugueses e italianos. Essa onda migratória

¹⁴ O Convênio de Taubaté de 1906 foi uma ação bem sucedida de recuperação dos preços internacionais do café, por meio de um convênio celebrado entre as quatro unidades da Federação (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo), com a instauração e fixação da taxa nominal de câmbio para a comercialização e exportação do produto. (RIBEIRO, 2011).

foi interrompida pela Primeira Guerra Mundial. O Brasil, contando com a presença de um maior número de trabalhadores livres, destinou ao ex-escravo liberto, segundo Fernandes (1955, p. 51):

[...] aos escravos foi concedida uma “liberdade teórica”, sem qualquer garantia de segurança econômica ou de assistência compulsória; aos senhores e ao Estado não foi atribuída nenhuma obrigação como referência às pessoas dos libertos, abandonados à própria sorte daí em diante.

Nesse momento histórico de industrialização e inserção de trabalhadores livres nos espaços de trabalho, o ex-escravo não estava em condições de competir no mercado de trabalho com os imigrantes europeus.

Ao imigrante negro escravo restou o trabalho na lavoura e o trabalho doméstico, ou seja, ocupações mais humildes e mal remuneradas, que se perpetua ao longo da história no Brasil.

3.1.1 Contexto político e econômico do Brasil de 1930 a 1990: ditadura, industrialização e capitalismo.

O recorte temporal aqui proposto está fundamentalmente ligado aos acontecimentos políticos no pós 1930 no Brasil, que refletiram a intensa crise mundial de 1929. Recordemos que a economia do Brasil estava centrada na exportação do café e essa hegemonia foi fortemente abalada com a crise mundial e a baixa importação desse produto pelos países consumidores.

A crise da economia mundial em 1929, e a conseqüente crise do café, exigiu a passagem para outro tipo de desenvolvimento econômico. A acumulação cafeeira permitiu que o excedente gerado passasse a ser aplicado em investimentos urbanos e industriais. (PATARRA; BAENINGER, 1995, p. 80).

Nesse processo, outras oligarquias, ainda sem expressividade no meio político e econômico, dentre eles os produtores de carne do sul, tendo como sua principal liderança Getúlio Vargas, com o apoio de militares, promoveu uma “Revolução”, com o incremento de uma agenda modernizadora.

O movimento de 1930 não foi a revolução burguesa no Brasil, com o incremento da indústria, como interpretaram muito intelectuais e historiadores, mas foi sem dúvida um momento de inflexão no longo processo de constituição de relações sociais tipicamente capitalistas no Brasil. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 105).

Essas mudanças no cenário econômico com a diversificação da produção, a modernização e a industrialização, as organizações políticas/partidárias e sindicais são fortalecidas, refletindo diretamente na alteração do mundo do trabalho.

No que tange aos processos imigratórios, os mesmos ocorreram pelas companhias de colonização de terras, marcada por indivíduos mais qualificados para frentes de trabalho que demandavam especificações técnicas, seja na indústria, nas obras de infraestrutura e comunicação.

Nesse período, Florestan Fernandes (1955) e Caio Prado Jr. (2008) são uníssomos em afirmar que o trabalhador brasileiro, não era suficientemente capacitado para assumir os postos de trabalho mais qualificados, incentivando assim, pelo governo, o trabalho do imigrante europeu.

Contudo com término da Política de Subsídios e o protecionismo advindo do Governo de Getúlio Vargas, em 1937, foram estabelecidas as cotas para estrangeiros.

Segundo Prado (2008, p. 292): “Apesar da crise e das dificuldades de toda ordem neste momento de subversão econômica internacional, veremos crescer a produção brasileira de consumo interno, tanto agrícola como industrial.”

Nesse sentido, emerge a necessidade de capacitar os trabalhadores brasileiros para assumir a demanda das fábricas e empresas, aliadas as pressões do movimento das classes trabalhadoras, representadas pelos sindicatos, que exigiam a regulamentação das relações de trabalho no país.

Com a finalidade de apaziguar a luta de classes e regulamentar as relações de trabalho no país, o governo de Getúlio Vargas criou em 1930, o Ministério do Trabalho e em 1932, a Carteira de Trabalho, a qual passa a ser o documento de cidadania no Brasil, e que garante àqueles que possuem emprego registrado seus direitos sociais.

Segundo Behring e Boschetti (2011, p. 108), o “período de introdução da política social brasileira teve seu desfecho com a Constituição de 1937 [...] e com a Consolidação das Leis Trabalhistas, a CLT, promulgada em 1943.”

Quanto à necessidade da presença do trabalhador imigrante, um novo decreto dispõe sobre a colonização e a imigração e determina características e cotas para a imigração ao Brasil. Segundo o decreto,

Artigo 1º. – Todo estrangeiro poderá entrar no Brasil desde que satisfaça as condições estabelecidas por lei.

Artigo 2º. – Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia, assim como a defesa do trabalhador nacional.

Art. 3º A corrente imigratória espontânea de cada país não ultrapassará, anualmente a cota de dois por cento sobre o número dos respectivos nacionais que entraram no Brasil desde 1 de janeiro de 1884 até 31 de dezembro de 1933. O órgão competente poderá elevar a três mil pessoas a cota de uma nacionalidade e promover o aproveitamento dos saldos anteriores. (BRASIL, 1945).

Os últimos registros sobre as correntes imigratórias ao Brasil datam da pós-segunda guerra mundial e já no governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que segundo Bassanezi, denominou essa imigração de “dirigida”, pois visava a inserção no setor industrial, ainda focalizada nas características europeias do trabalhador imigrante.

[...] a chamada imigração dirigida, isto é, a orientada por organismos internacionais (CIME – Comissão Intergovernamental para Migrações Europeias – e Comissão Internacional Católica de Migrações), em convênio com autoridades brasileiras, predominantes a partir de 1952. Através do CIME chegaram ao Brasil 112 mil europeus, especialmente trabalhadores industriais. (BASSANEZI, 1995, p. 7).

Nessa etapa predominaram as imigrações espanholas e gregas. A partir de 1960 vemos o declínio da imigração direcionada ao Brasil, pois de acordo com Sales (1995, p. 93).

O Brasil, que tinha se beneficiado da grande onda de migração internacionais do período de passagem do século, tem um dinâmica de desenvolvimento no período do pós – guerra inteiramente circunscrita ao interior de seu território, em termos de mobilização de mão-de-obra para o mercado de trabalho em expansão.

O Brasil passa a utilizar-se da mão de obra de migrantes internos com destaque as migrações rural-urbana e inter-regional, destacando-se os nordestinos e nortistas.

Ainda, a recessão econômica que marcou o país entre as décadas de 80-90, conhecida como a “década perdida”, condicionou os fluxos emigratórios internacionais brasileiros.

Os países mais pobres, como o Brasil, tiveram a década de 80 marcada por tentativas, mal-sucedidas, de ajuste econômico e financeiro, visando a nova realidade do capitalismo internacional e as necessidades de quitação dos compromissos de pagamento da dívida externa. O resultado foi uma década de crise econômica, de profunda dimensão social, onde as taxas de desemprego se aproximaram dos 15% e a miséria se generalizou para 20% da população. (BRITO, 1995, p. 61-62).

Essa realidade de recessão e crise econômica, baixos salários motivaram o processo emigratório intensificado nas décadas de 80 e 90, quando de acordo com Teresa Sales (1995, p. 89), “calcula-se entre as décadas de 80-90 em torno de 150 mil brasileiros no Japão, 100 mil em Nova York, 150 mil na Grande Boston e que 1,25 milhão teriam deixado o país, uma evasão de quase 1% da população brasileira.”

A década de 90 foi marcada pela política de reforma do Estado, como já abordado no capítulo anterior, conduzida pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, que durante seus dois mandatos, promoveram uma precarização das políticas sociais o que intensificou a condição de miserabilidade da população.

Tal cenário é alterado com as eleições presidenciais de 2002, que como já vimos, despontou como uma alternativa de retomada da condução política do país, com ênfase nas políticas sociais.

Nos dois mandatos do governo Lula (2003-2011), identificamos o empenho na expansão da política econômica brasileira, com a presença constante do Brasil nos mercados externos, com o intuito de expor um país em via de expansão e capaz de participar de missões de estabilização em outros países visando relações de comércio internacional, como é o caso da relação Brasil e Haiti.

3.2 Colonizações, Trabalho e Emigração no Haiti.

Como no Brasil, a condição histórica, política e social do povo haitiano, em muitos aspectos se assemelha a histórica formação brasileira.

Em ambos os casos a produção mercantil e o comércio entre a colônia e sua metrópole, durante o período colonial, foi pautada na utilização da força de trabalho escrava, iniciado com a exploração do trabalho indígena e na sequência a transferência da produção para os trabalhadores escravos trazidos do continente africano.

Para compreender o fenômeno imigratório de haitianos ao Brasil, é necessário traçar essa caminhada na construção da história do Haiti, pautada nas influências sociais, políticas e econômicas que as intervenções externas trouxeram. Não iremos nos aprofundar em pontos históricos específicos, contudo o método dialético materialista nos induz a revelar, nas entrelinhas da história, a estrutura social e política desse país, considerados como o mais pobre do hemisfério ocidental. (DUTRA, 2015, p. 125).

Colonizada por Cristóvão Colombo em 1492, a ilha caribenha *Hispaniola*¹⁵, foi inicialmente explorada por espanhóis em busca de minerais preciosos, como o ouro, utilizando a mão de obra escrava dos indígenas nativos.

Com a ocupação da ilha pela França no final do século XVI, ocorre a divisão do território, passando parte oriental do território de Santo Domingo para o domínio Espanhol e a parte ocidental para o domínio Frances, em 1697, mediante o Tratado de Ryswick¹⁶, denominando esse território de Saint-Domingue.

Como colônia promissora da França na produção de café, algodão e principalmente o açúcar, utilizando mão de obra escrava¹⁷, ficou conhecida como a “pérola das antilhas”. Conforme Magalhães (2017), a economia haitiana estava pautada em sistema colonial triangular, ou seja, “uma figura geométrica que encerra em si a captura de africanos, sua conversão em escravos, a produção mercantil com força de trabalho escrava e o comércio entre a colônia e sua metrópole”. (MAGALHÃES, 2017, p. 61).

Inserido nesse modelo de produção colonial e de exploração, destacamos a polarização de classes no Haiti, que ainda perdura e interfere historicamente nas lutas sociais por igualdade e direito. Devido ao modelo de colonização somado ao

¹⁵ Hispaniola corresponde à ilha em que estão o Haiti e a República Dominicana.

¹⁶ O Tratado de Ryswick foi o acordo de paz celebrado entre os países europeus após a Guerra da Liga de Augsburg (1688-1697).

¹⁷ A escassez de mão-de-obra indígena entre os anos de 1517 e 1540, fez com que trinta mil homens fossem trazidos do continente africano para trabalharem compulsoriamente nas lavouras de cana (FARMER, 2006, p.54, apud MATISJACIC, 2010, p.3)

fluxo de trabalhadores negros africanos, a característica populacional do Haiti dividiu-se por grupos, que segundo Farmer:

No topo da hierarquia estavam os “grandes brancos” que eram os proprietários e comerciantes de monoculturas. No segundo grupo estavam os funcionários da monarquia francesa. O terceiro era constituído pelos “brancos pobres” que eram homens de ofício de baixa remuneração, como professores e artesãos. Esses três primeiros grupos somavam um total aproximado de 40 mil pessoas. Em seguida, a sociedade colonial se dividia entre mulatos e negros. Os mulatos totalizavam 28 mil pessoas. Eram cidadãos livres que não tinham o mesmo status social e direitos políticos desfrutados pelos brancos. Por último, a mais ampla camada social reunia mais de 452 mil escravos (FARMER, 2006, p. 58 apud FARIA, 2012, p. 54).

Destacamos que a maioria da população, composta por negros escravos, não possuíam direito a voz, ao trabalho livre e a nenhum mecanismo de proteção. Diante dessa conjuntura de classes e frente à fragilidade da França após a Revolução Francesa, em 1791, um grupo de mulatos, liderados por Toussaint L'Overture, incitaram a rebelião, exigindo o trabalho escravo livre e remunerado, a liberdade comercial e a expulsão de autoridades francesas.

Em 1801, com fortalecimento político francês, Napoleão Bonaparte envia ao território de Saint-Domingue nova tropa militar para retomar o controle da colônia, cientes da importância de mantê-la sob o comando francês. O objetivo era o de conter as revoltas e retirar o líder Toussaint L'Overture do papel que exercia, capturando e o enviado ao cárcere na França, onde faleceria. Contudo, conforme Matijascic,

[...] integrantes das tropas francesas e mercenárias morreram na guerra e muitos sucumbiram a doenças tropicais, como a febre amarela [...]. Naquele momento, a França não dispunha de número suficiente de soldados para enviar outra missão a Saint-Domingue, porque estava em guerra na Europa (guerras napoleônicas). Assim, o intento francês para conter a rebelião na colônia fracassou e Saint Domingue declarou independência em 1804. (MATIJASCIC, 2009, p.4).

Em 1804, o território de Saint Domingue, liderado por Jean-Jacques Dessalines, declarou sua independência e passou a ser chamada de Haiti sendo à primeira colônia a decretar a independência de seu povo. Porém, essa

independência formal não pôde ser considerada uma independência real, pois para a França esse movimento foi uma afronta ao contexto de colonização das grandes potências mundiais, o que motivou a imposição de um embargo econômico sobre o Haiti. Segundo Magalhães (2017),

Ademais, o embargo perpetrado pelas economias dominantes possui uma clara finalidade pedagógica: demonstrar, pela imposição de castigos e retaliações coordenadas, aos demais países caribenhos e latino-americanos que cabe às potências centrais a condução não apenas econômica como também política da região, e que rupturas com a divisão internacional do trabalho não seriam toleradas. (MAGALHÃES, 2017, p. 68).

Após sua independência, o embargo econômico e comercial promovido pelos governos franceses, britânicos e o norte americano, castigou o Haiti, reduzindo-o a uma condição de miséria, situada abaixo do nível de subsistência (MAGALHÃES, 2017). Somente após 1824, os países da Europa voltaram a importar produtos como o café, da ex-colônia.

No que tange às relações de classe social, com a independência do país, pouco foram alteradas, sendo que os mulatos assumiram o papel explorador, enquanto classe superior aos negros, os quais foram mantidos como trabalhadores agrícolas ex-escravos. Segundo Faria (2012, p. 56): “A divergência entre os interesses desses dois grupos deu origem às disputas internas pelo poder, que se tornaram uma constante até 1915.”

A localização estratégica do Haiti despertou interesses de grandes potências econômicas, pelas facilidades do controle marítimo, circulação de embarcações com destino aos países americanos e domínio do território marítimo do Caribe e do Pacífico, impedindo o avanço de países europeus, principalmente a Alemanha, durante a segunda guerra.

Esse diferencial aliado às frequências solicitações de intervenções militares para conter e controlar as disputas entre negros e mulatos internamente no território haitiano, propiciaram abertura das fronteiras nacionais aos interesses internacionais, sendo a primeira delas mobilizada pelos Estados Unidos em 1915.

Em 1915, sob o pretexto de estabelecer a democracia no Haiti, os Estados Unidos intervieram militarmente no país. O corpo de fuzileiros navais americanos, conhecidos como Marines, mantiveram os mulatos no comando, mas tinham poder de veto sobre todas as

deliberações governamentais. Com o intuito de dominar as revoltas populares foi criada uma força militar composta por americanos e haitianos, denominada Gendarmerie d'Haïti. (FARIA, 2012, p. 56-57).

A intervenção norte-americana estendeu-se até 1934 e conforme Matisjacic (2009), enquanto ponto negativo destaca-se o fracasso em conseguir solidificar a estabilidade política do Haiti, mesmo não sendo esse o objetivo central dos Estados Unidos que como vimos, visava apenas o controle territorial frente à ofensiva alemã e a liberdade comercial na América Central e América do Sul, via controle marítimo.

Magalhães (2017, p.100), reforça essa tese de que o “imperialismo nascente leva os Estados Unidos a considerarem toda a América Latina como sua zona de expansão natural e o Caribe como seu quintal”.

O descontentamento do povo haitiano, principalmente da elite mulata, com a condução política e militar dos Estados Unidos em território haitiano, refletiu na retirada do presidente então indicado pelos norte-americanos.

Esse caráter de insatisfação aliado aos conflitos internos geraria uma fragilidade nacional, propiciando diversos golpes e deposições.

Em 1957, diante do primeiro processo de voto popular, foi eleito no país o médico sanitarista François Duvalier (1957- 1971). De acordo com Faria (2012, p. 58), com o apoio de militares e da própria Igreja Católica, Duvalier governou com extrema autoridade e repressão, impedindo o avanço de grupos contrários ao seu regime de governança. Segundo Matijascic (2009):

Como ápice das medidas centralizadoras de seu governo, Duvalier dissolveu a Assembleia Nacional em 1961 e reelegeu-se por mais seis anos. Em 1964, aboliu a Constituição e redigiu uma nova na qual constava que o presidente do Haiti teria mandato vitalício. Diante de complicações em seu estado de saúde e sabendo da exigência de idade mínima para que o cargo de presidente pudesse ser assumido, Duvalier forçou o legislativo a aprovar a redução de 40 para 18 anos como critério para o exercício da presidência. Assim, pôde indicar seu filho como sucessor da presidência em 1971. (MATIJASCIC, 2009, p.13).

Em 1984, Jean Claude Duvalier, após assumir o cargo deixado pelo seu pai, após sua morte, deu continuidade ao governo violento e autoritário, entretanto, sob pressão popular e grande onda de violência, abandona o cargo, assumido mais uma vez pela ordem militar.

A tentativa de preparar as eleições durante o ano de 1987 foi duramente reprimida pelos militares. Entretanto, a grave e incontrolável situação interna – dessa vez observada pela comunidade internacional – induziu o governo das Forças Armada do Haiti (FADH) a solicitar às Nações Unidas uma missão especial para auxiliar as eleições no final do ano de 1990. (FARIA, 2012, p. 60).

Em 1990 foi eleito o ex-padre Jean-Bertrand Aristide, mediante eleição popular e acompanhada diretamente pela Organização das Nações Unidas - ONU, no intuito de se manter a democracia. Entretanto, no mesmo ano um violento golpe militar destituiu o presidente eleito.

O contexto de sucessivos golpes militares mobilizaram as organizações internacionais como ONU e a OEA (Organização dos Estados Americanos) a sanções econômicas e o envio de tropas militares para a manutenção da paz no Haiti.

O embargo econômico, que objetivava desestabilizar o governo militar, acabou desestruturando ainda mais a parca e frágil economia do país, com reflexos desastrosos sobre a população. Este instrumento legítimo de pressão internacional parece ter violado ainda mais os direitos humanos fundamentais da população haitiana, ocasionado, por sua vez, reflexos estruturais sobre o país. (FARIA, 2012, p. 61).

Essas sucessivas alterações no direcionamento democrático do país, motivaram novo embargo econômico e a crise se instalou.

Em 2011, Conforme o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Haiti apresentava um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do mundo, de acordo com dados da ONU, ocupando a 146ª posição. Segundo o referido relatório do PNUD, as políticas públicas econômicas neoliberais implementadas no país pelo FMI colocam a economia haitiana no círculo vicioso do subdesenvolvimento. (DUTRA, 2015, p.128).

Cabe destacar que desde 1990 o Haiti foi destino de oito intervenções internacionais, por parte da Organização das Nações Unidas, a fim de manter-se a ordem e a democracia. Os diversos golpes militares que marcaram a história do país, bem como a falta de oportunidade de trabalho, educação, segurança, saúde, entre outros, motivaram ao longo da história a imigração haitiana pelo mundo.

Vários fatores se combinaram para produzir o cenário de instabilidade e pobreza que atravessa séculos e gerações: a) a pesada indenização cobrada pela França para reconhecer a independência do país depois de ter visto seus colonos serem mortos ou expulsos da ilha; b) o forte embate entre mulatos e negros no período de constituição nacional; c) a dificuldade de se instaurar e reconhecer uma classe dirigente que se impusesse legitimamente, e que defendesse os interesses nacionais; d) o legado escravocrata, posto que, mesmo após a independência, conquistada graças ao levante dos escravos, as massas recém-libertas não tiveram acesso à posse dos meios de produção, particularmente a terra, ou ao trabalho assalariado; e) a herança monocultora que se tornou cega à necessidade de diversificar a economia para que o mercado interno fosse sustentável. Diante deste quadro, é plausível que o surgimento e intensificação dos fluxos migratórios internacionais de haitianos estejam diretamente relacionados com as sucessivas crises políticas e com as escassas alternativas de saída da pobreza (BAPTISTE; VIEIRA, 2016, p. 577-578).

Tal afirmativa deve ser analisada traçando-se o percurso civilizatório, marcado pelas interferências econômicas, que resultaram na pobreza, nas crises ambientais e catástrofes e a busca por sobrevivência, por meio da saída do país. Os primeiros “migrantes” deslocaram-se para os países vizinhos, para emigrações de curta distância, e de fácil retorno. Aqui, destacamos as emigrações para a República Dominicana e Cuba.

Diferentemente do Haiti e sua condição de pobreza e marginalidade, a República Dominicana associou-se aos Estados Unidos, na produção açucareira para os mercados norte-americanos e para tanto necessitava de uma mão de obra de baixo custo para suprir sua necessidade de produção, frente essa ocupada por trabalhadores haitianos.

A partir da década de 1960, República Dominicana e Cuba não eram os únicos destinos da imigração haitiana e os Estados Unidos passa a ser um importante destino para milhares destes migrantes haitianos.

Vale lembrar que os Estados Unidos vivenciavam os tempos áureos do modelo de produção fordista e ocupava um papel central na econômica capitalista mundial. Esse desenvolvimento industrial demandava uma vasta busca por mão de obra para o trabalho, encontrando no Haiti a fonte de braços para o trabalho mal remunerado. Nesse contexto, as intervenções comandadas pela Organização das Nações Unidas, visavam o controle social e a manutenção da ordem no Haiti.

Para os Estados Unidos, segundo Magalhães (2017), a imigração atendeu a necessidade por mão de obra no país, ocorre que a partir do atentado terrorista de

11 de setembro de 2001, o imigrante foi visto com mais cautela. Adiciona-se a essa realidade a crise econômica de 2007, nesse sentido, a entrada de imigrantes nos Estados Unidos passa a ser mais controlada.

Entretanto, o Haiti, ainda é visto como um território promissor ao mundo do capital, bem localizado no mar caribenho e com vasta população que oferta uma mão de obra de baixo custo para o mundo globalizado. Assim, as intervenções militares no país, para manter-se a “ordem” são imprescindíveis.

O marco inicial da intervenção militar comandada pelo Brasil ocorre com o novo golpe contra o governo de Jean-Bertrand Aristide¹⁸ e a instabilidade política do país. Frente a mais um golpe contra a democracia haitiana, a ONU novamente intervém com a criação da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH¹⁹), sendo essa a oitava missão internacional no Haiti criada pelo CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas. A MINUSTAH possui o objetivo de pacificar e estabilizar o país, desarmar grupos de oposição e auxiliar no desenvolvimento institucional e econômico por meio da coalizão internacional iniciada em 2004 sob a coordenação das Forças Armadas brasileiras.

Segundo Magalhães (2017), a tese da intervenção militar para se garantir a segurança da nação é uma falácia, pois o objetivo central é a manutenção do poder e controle sobre os atores políticos do país. Segundo o autor,

O Haiti vive desde 1986 um conflito doméstico de baixa intensidade. [...]. Os índices de violência estão entre os menores da região. A única particularidade desta disputa política consiste no fato de que não são respeitadas as regras do jogo democrático. O Haiti tampouco constitui uma ameaça a seus vizinhos. Em 1995 aboliu as forças armadas e dispõe unicamente de uma Polícia Nacional, pobremente equipada e treinada, além de reduzidos efetivos. (SEITENFUS, 2014, p. 20).

Ou seja, não haveria a necessidade de uma intervenção militar no país, segundo Seitenfus (2014), “não é forçoso admitir que a migração internacional de

¹⁸ O então presidente Jean-Bertrand Aristide já havia governado o Haiti por outros mandatos sendo o primeiro de 7 de fevereiro a 30 de setembro de 1991, o segundo de 12 de outubro de 1994 a 07 de fevereiro de 1996 e o último, que culminou com o início da MINUSTAH, de 07 de fevereiro de 2001 a 29 de fevereiro de 2004.

¹⁹ A Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) foi criada pela Resolução 1.542 de 30 de abril de 2004 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e o envio de tropas brasileiras para a missão foi aprovado na Câmara dos Deputados no dia 13 de maio e no Senado dia 19 de maio de 2004 por meio do Decreto Legislativo n. 207.

haitianos aos países centrais do capitalismo mundial esteja no cerne das operações militares e civis empreendidas no país caribenho.” (SEITENFUS, 2014, p. 21).

A migração dos haitianos não é um fenômeno isolado; eles migram há muito tempo. Consta-se que tal situação ocorre em razão dos motivos ambientais (terremotos, furacões, desmatamento, erosão), por questões políticas, pela pobreza, pela falta de estrutura do governo, para tentar melhorar as condições de vida e de seus familiares, para estudar e trabalhar. Isto, pois, o país vive em constante vulnerabilidade social. (DUTRA, 2015, p. 130-131).

Tal preocupação com o movimento migratório haitiano, em um período de crise econômica mundial, e seu entendimento como um problema aos países de destino, direciona a criação da Missão de Estabilização do Haiti, no sentido de manter o controle sobre a mobilidade populacional do povo haitiano. Nesse contexto, Magalhães (2017), revela diversos questionamentos que auxiliam na leitura das interferências econômicas no Haiti.

Qual é a ‘ameaça à paz e a segurança internacional da região’ levantada pelo Conselho de Segurança da ONU para justificar o estabelecimento da Minustah? É o temor dos EUA de receber mais uma onda de refugiados haitianos, fugindo da pobreza e da exclusão em embarcações precárias? É a possibilidade de perder o controle sobre uma zona geopolítica estratégica? A simultaneidade da revolta no Haiti e o aumento das pressões de Washington sobre a Venezuela e a multiplicação das ameaças dos EUA a Cuba é simplesmente uma coincidência? O objetivo mais imediato da Minustah parece ser o controle da população, a busca de uma estabilidade que possa garantir um clima propício para o comércio e os investimentos, um futuro auspicioso para as corporações transnacionais. (REDE JUBILEU BRASIL, 2007, p. 26).

Como pudemos verificar desde sua colonização o Haiti ocupa uma posição estratégica no funcionamento do capital. Sua localização territorial possibilita a expansão de atividades econômicas e o controle marítimo para o traslado de mercadorias, além disso, a extensa oferta de mão de obra para suprir o mercado, credita aos haitianos sua importância no contexto capitalista.

Cientes da riqueza que possuem com a venda de sua força de trabalho, os haitianos historicamente migram em busca de sobrevivência. Todavia, os países comumente escolhidos para a imigração como Estados Unidos, Canadá, França e República Dominicana não possuem mais interesse em receber essa população.

Em busca de informações que revelem a emigração ao Brasil no contexto histórico haitiano, não encontramos relatos ou menções para esse fluxo, fato esse inédito até 2010. O Brasil somente entra no cenário haitiano a partir de 2004, como membro da intervenção da ONU no país.

Assim, indagamos por que o Brasil foi inserido nesse cenário? Em que pese, quais as vantagens obtidas pelo Brasil?

Para isso, cabe a essa pesquisadora adentrar no universo da política externa brasileira a partir de 2004 com o intuito de desvelar os interesses por trás da intervenção militar, o papel desempenhado pelo Brasil e a emigração haitiana para territórios brasileiros.

4. QUANDO AS HISTÓRIAS SE CRUZAM: O BRASIL NA MINUSTAH, O TERREMOTO E A CHEGADA E PERMANÊNCIA DOS HAITIANOS NO BRASIL.

Entender o caráter das imigrações haitianas para o Brasil remete a essa pesquisadora identificar o objetivo do Brasil em assumir, a partir de 2004, o comando da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti denominado de MINUSTAH. Desta forma, nesse capítulo objetivamos caracterizar e contextualizar a imigração haitiana ao Brasil, sua motivação, percurso e organização, bem como, resgatar o contexto político brasileiro, suas ambições em compor o Conselho de Segurança da ONU e reforçar perante o mundo a sua estabilidade política, a fim de atrair novos investidores.

Como abordado anteriormente, os conflitos internos no Haiti se mostravam um entrave para os Estados Unidos, no que tange à exploração do território e à utilização da força de trabalho haitiana²⁰.

Os Estados Unidos mantem desde 1915 a histórica presença no Haiti e uma nova intervenção direta no país não seria bem vista pelos haitianos.

A presença da MINUSTAH no Haiti é, segundo Magalhães (2017, p. 110), “um fator, fundamental, para o controle das lutas sociais no país e a domesticação de sua força de trabalho, utilizando para tal a força de coerção de diversos países, muitos dos quais possuem empresas atuando no país.”

Somado a essa conjuntura, o contexto da crise no sistema capitalista internacional de 2007 dificultou a ofensiva americana nesse território, já que parte do contingente militar estava em missão no Iraque. Em contraponto, o Brasil vivenciava o ápice de uma expansão econômica, com boas relações com os norte-americanos e ambições de crescimento e visibilidade em âmbito internacional, que coaduna com os interesses do mercado.

[...] é com a crise pós 2007 que a condução da política econômica brasileira se distância mais da ortodoxia. Embora a crise tivesse diminuído de imediato o consumo das exportações brasileiras e

²⁰ O objetivo dos EUA, segundo Magalhães (2017, p. 109) era instalar no Haiti zonas francas industriais para a produção de tarefas mais pesadas do ciclo de produção de mercadorias, visto que isenções fiscais do governo haitiano e o baixo nível salarial garantiriam custo de produção reduzido e competitividade no mercado mundial.

pressionasse, com isso, a balança comercial brasileira, a opção pela manutenção da diminuição da taxa de juros representou uma acomodação de autonomia e de incentivo à indústria com efeitos muito claros sobre a expansão da capacidade produtiva e do consumo internos. Ademais, a expansão do crédito também contribuía para manter elevado o nível de consumo. O resultado foi a criação de 14,7 milhões de empregos ao longo dos oito anos do Governo Lula, acompanhado de valorização real do salário mínimo. (MAGALHÃES, 2017, p. 118).

No intuito de apaziguar os conflitos de classe em um território que oferta a mais barata mão de obra, buscando assim agradar o imperialismo estadunidense, o Brasil se coloca na missão do Haiti, fazendo frente à ofensiva neoliberal. Para a política externa brasileira, ocupar um papel de destaque em uma intervenção militar internacional transmitiria ao mercado internacional uma imagem de estabilidade política e confiabilidade para os investimentos internacionais. De acordo com Araújo, (2014, p.112).

[...] o engajamento brasileiro nos organismos multilaterais, com destaque para o CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas reflete o direcionamento da Política Externa Brasileira no objetivo de ampliar a projeção (área de atuação, imagem e relações) do envolvimento brasileiro no meio internacional.

A política de expansão econômica, orquestrada pelo Governo Lula objetivava o fortalecimento do mercado interno por meio da exportação aos países em desenvolvimento, privilegiando o MERCOSUL - Mercado Comum do Sul, os países asiáticos e africanos.

Ademais, havia e há ainda o interesse brasileiro em criar, a seu modo, uma estrutura latino-americana integrada apta a suportar a expansão de suas empresas ao exterior e ainda de mostrar ao mundo, particularmente ao Conselho de Segurança da ONU, a capacidade brasileira de intervir e arbitrar conflitos sociais armados, de modo a candidatar-se a um assento neste Conselho (SEITENFUS, 2014, p. 120).

Para além do objetivo que grosso modo nos é colocado como uma Missão de Paz, no intuito de conter os movimentos populares e a instabilidade política no Haiti, revelam-se interesses de cooperação com o capitalismo mundial, ou seja, a manutenção dos interesses capitalistas na região. Ainda, como mencionado, a política externa brasileira foi conduzida para a aproximação com países em

desenvolvimento, no intuito de acessar fontes de matérias-primas, construir estradas, portos e refinarias e desenvolver projetos na área de comércio, saúde e educação. (MAGALHÃES, 2017).

Nesse cenário de intervenção no Haiti e expansão econômica mundial, o improvável aconteceu e em janeiro de 2010 um terremoto de magnitude 7.0 na escala *Richter* – a que mede a intensidade dos sismos –, deixou um saldo de mais de 200 mil mortos e mais de um milhão de desabrigados. Segundo Cotinguiba (2014, p.86), “esse acontecimento agravou substancialmente as possibilidades de trabalho no país, o sistema formal de educação, a vida política, a segurança alimentar, as condições de higiene e saúde, além de fragilizar ainda mais a economia do país.”

A partir desse momento, entra em pauta a discussão da emigração haitiana ao Brasil, no qual não podemos analisar, segundo Cotinguiba (2014), somente do ponto de vista do terremoto, pois seria um reducionismo frente a diversos fatores de ordem política, histórica, econômica e sociológica, como também não poderíamos explicar a emigração somente pela vertente econômica.

Especificamente ao haitiano, devido sua condição sócio histórica, o ato de migrar é sinônimo de busca por melhores condições de vida. Assim vimos que diversas circunstâncias históricas aliadas à crise humanitária e a condição econômica do país contribuíram para os processos emigratórios.

Segundo Magalhães (2017), a crise capitalista, as transformações na economia mundial, o acirramento das tensões xenófobas nos países tradicionais da emigração haitiana e o fenômeno do “subimperialismo brasileiro” expresso na presença econômica e militar brasileira no Haiti refle a imigração haitiana no Brasil.

[...] há de se destacar também que as obras para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016 na cidade do Rio de Janeiro empregaram muitos trabalhadores estrangeiros e ainda é possível citar também como causa a realização do Jogo da Paz como fator que contribuiu para disseminar a imagem do Brasil naquele país, bem como a ida do ex-Presidente Lula ao Haiti, em fevereiro de 2010, quando ele discursou ao povo haitiano e diz que eles seriam muito bem recebidos no Brasil. Esse discurso teria operado na prática como um convite à imigração haitiana. (FERNANDES, 2014, p. 12).

Na ausência de informações reais e precisas, o Brasil se consolida no imaginário do povo haitiano como um destino emigratório importante, que ofereceria condições laborais lucrativas para seu sustento e de sua família.

Hay una comprensión generalizada de que existen oportunidades laborales em Brasil para trabajadores no calificados, las visas son relativamente fáciles de obtener y la suposición de que Brasil no deporta a los migrantes irregulares. Los migrantes que esperaban radicarse de modo permanente em Brasil eran una minoria. Los que buscaban meramente residir de forma temporal em aquel país, generalmente esperaban de 10.000 a 20.000 dólares por año (la estimación resulta de las discusiones com los grupos focales). Entre los migrantes que buscan residir de manera permanente, sus expectativas incluían la compra de un vehículo y una casa, y disponer de fondos suficientes como para traer a toda su familia a Brasil y cubrir sus necesidades materiales con un único salario. Em cuanto a los migrantes más jóvenes, sus expectativas principalmente estaban asociadas con o acceso a una educación superior. No se detectaron o informaron casos de trata de personas. Sin embargo, hubo señales sobre la existencia de una red profundamente arraigada de traficantes de seres humanos que buscaban lucrar con falsas promesas a través de su asociación con fuentes informales de créditos y de individuos que trataban de comprar áreas de terrenos a precios preferenciales. (METZNER, 2014, p. 16).

Segundo o relatório da OIM - Organização Internacional para as Migrações (2014, p. 17), a atuação brasileira no Haiti, seja econômica, através da Construtora OAS, seja militar, por meio da MINUSTAH, contribui para a propagação de uma imagem equivocada sobre o Brasil, que não corresponde à realidade, mas que é suficiente para impulsionar um fluxo migratório do Haiti ao Brasil.

Com essa expectativa, inicia-se um crescente processo migratório de haitianos ao Brasil em 2010, intensificando-se em 2011 de maneira concentrada no norte do país.

4.1 Imigrações haitianas ao Brasil, processo de acolhida, trabalho e arcabouço legal de proteção.

O Brasil possui uma sólida tradição de país receptor de estrangeiros, os quais foram decisivos na constituição da nação e na conformação da estrutura econômica, social, étnica e cultural do país. Brito (1995) alude que foi pela imigração que o país pôde formar um mercado de trabalho para a economia cafeeira e para as indústrias emergentes.

Assim, a história do Brasil, desde sua colonização portuguesa até meados desse século, está marcada pelas recorrentes ondas imigratórias, que como refere Singer (1983 p. 253) “[...], a migração pode ser vista como uma consequência do processo de desenvolvimento econômico das sociedades, adquirindo características específicas segundo as modalidades desse processo.”

Diversos fatores influenciaram as fases dos processos imigratórios, contudo hoje uma característica é comum a esse movimento, ou seja, o desenvolvimento do capitalismo, entendendo que a população se desloca em busca de sobrevivência e melhores condições de vida.

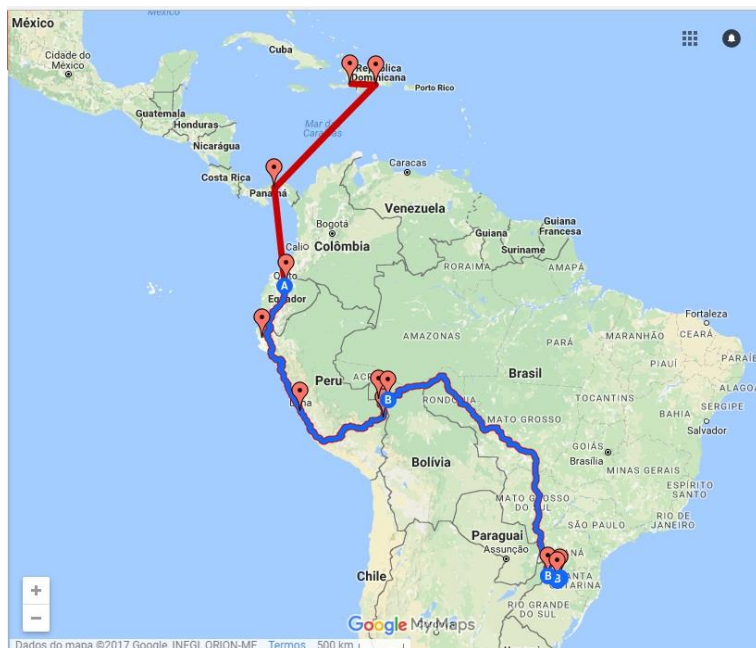
Frente à intensa mobilidade espacial da população, cabe ao pesquisador revelar o novo rosto da imigração na contemporaneidade do Brasil, com enfoque a imigração haitiana, a qual causou um maior impacto, seja pelo número de pessoas, seja pela condição de entrada e resgatar o arcabouço legal de proteção aos imigrantes no Brasil, identificando as normativas legais.

Como vimos, à presença do Brasil na MINUSTAH, associada ao terremoto devastador que atingiu o Haiti, revelou ao povo haitiano uma nova frente de migração, visto que demais países historicamente marcados pela imigração haitiana, haviam fechado suas fronteiras.

Em meados de 2010 e com mais intensidade em 2011, ocorre um fluxo de entrada de haitianos via fronteira do Acre e Amazonas, que de acordo com dados da Polícia Federal²¹ de 2010 a 2012, estima-se que mais de 39.000 haitianos entraram no Brasil.

²¹ Os dados mencionados poderão ser consultados no Relatório da ACNUR - Refúgio no Brasil: uma análise estatística de janeiro de 2010 a outubro de 2014, publicado em file:///C:/Users/User/Downloads/Refugio_no_Brasil_2010_2014%20ACNUR%20-%20NOTA%20DE%20RODAPE.pdf acesso em 16/04/2018.

Figura 1: Rota percorrida por haitianos até chegar ao sul do Brasil.



Fonte: <http://www.ecoacre.net> acesso em 16 de junho 2017.

Na figura acima, destacamos o longo percurso para a chegada ao Brasil, sendo que a linha em vermelha denota o caminho aéreo saindo de Porto Príncipe ou da República Dominicana, até Quito no Equador e a partir desse momento, tracejado em azul denota o trajeto é terrestre, marcado pela presença de atravessadores e coioetes até a entrada via fronteira do Acre e Amazonas no Brasil e a interiorização dessa população no território nacional.

Nesse período, a legislação brasileira em vigor que regulamentava a entrada e permanência no país estava pautada na Lei nº 6.815/1980, conhecida como Estatuto do Estrangeiro, que remonta à época da ditadura e prevê poucas possibilidades para a concessão de visto permanente. Segundo a referida Lei em seu art. 2º:

Art. 2º Na aplicação desta Lei atender-se-á precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional. (BRASIL, 1980).

Observa-se que a norma editada com base na doutrina da segurança nacional contém traços protecionistas e direcionados à preservação do trabalhador nacional, ou seja, incompatível com a defesa dos direitos humanos, da qual a Constituição Federal de 1988 tratou de assegurar.

Enquanto a lei maior busca a garantia e proteção dos direitos humanos, sem distinção, o Estatuto do Estrangeiro de 1980 recomenda que no caso de identificação de imigrantes irregulares no território nacional, ou seja, daqueles que ainda não possuem sua condição reconhecida, que estes deverão ser notificados a deixar o país e, caso desobedeçam, serão passíveis de deportação, como demonstra o art. 57 da lei em questão: “Nos casos de entrada ou estada irregular de estrangeiro, se este não se retirar voluntariamente do território nacional no prazo fixado em Regulamento, será promovida sua deportação.”

A Constituição Federal de 1988 possui um viés democrático que busca a realização material da cidadania para nacionais e estrangeiro residentes, consoante com seu caput do seu art. 5º. “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”, contrariando o Estatuto do Estrangeiro ainda em vigor.

Somente após 30 anos, que a Lei nº 6.815/1980 passou por alterações, propostas pelo projeto de Lei nº 288/2013 e em sua aprovação, através da publicação da Lei n.º 13.445/2017, denominada Lei do Migrante, que pressionada pela mobilização da sociedade civil, buscou aproximar-se aos preceitos da Constituição Federal, visto que:

[...] a Constituição Federal de 1988 estipula a igualdade de direitos entre os brasileiros e os estrangeiros – incluindo-se os solicitantes de refúgio e os refugiados – do que se depreende que, salvo as exceções nele previstas, este documento coloca o ordenamento jurídico nacional, com todas as suas garantias e obrigações, à disposição dos estrangeiros que vêm buscar refúgio no Brasil. (JUBILUT, 2007, p. 182).

Frente a essa contradição normativa, mas, ainda sob a vigência da Lei nº 6.815/1980, no intuito de evitar uma ameaça de deportação, os primeiros haitianos que chegaram ao Brasil e que não possuíam o visto de turismo, que deveria ser obtido no país de origem, nem qualquer outra espécie de documento exigido pela legislação brasileira como necessário à permanência de estrangeiro em território nacional, foram orientados a solicitarem refúgio, pautados na Lei nº 9.474/97, como única alternativa encontrada para que pudessem permanecer no território brasileiro.

Segundo Rodrigues (2012, p. 2) “o refúgio é um instrumento jurídico que protege pessoas que têm um fundado temor de perseguição e que precisam de proteção internacional”. De acordo com a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, em seu art. 1º é definido como refugiado a pessoa que:

Temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele. (ACNUR, 1951).

No Brasil, a legislação que versa sobre a solicitação de refúgio, pautada na Convenção de Genebra de 1951 é a Lei nº 9.474/97, que “define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências”, e prevê, no seu art. 8º que: “O ingresso irregular no território nacional não constitui impedimento para o estrangeiro solicitar refúgio às autoridades competentes”. Desta forma, com o status provisório de refugiado, os haitianos que adentraram o país não mais poderiam ser deportados, isso porque, segundo a Lei 9.474/97:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:
I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. (BRASIL, 1997).

A solicitação de refugio é feita a partir do preenchimento de um formulário e a entrega desse documento no Departamento de Polícia Federal, o qual protocola o recebimento e encaminha ao CONARE - Comitê Nacional para os Refugiados. Essa solicitação gera um número de protocolo, que faculta ao estrangeiro requerer a Carteira de Trabalho e Previdência Social ao Ministério do Trabalho e Emprego, além do Cadastro de Pessoa Física (CPF) à Receita Federal, tornando possível ao

mesmo exercer seus direitos civis, bem como, sua inserção no mercado de trabalho formal.

Feito o requerimento, o CONARE, órgão subordinado ao Ministério da Justiça, analisa o pedido do estrangeiro e poderá declarar o reconhecimento do seu *status* de refugiado ou não. De acordo com a Lei nº 9.474/97,

Art. 12. Compete ao CONARE, em consonância com a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, com o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967 e com as demais fontes de direito internacional dos refugiados:

I - analisar o pedido e declarar o reconhecimento, em primeira instância, da condição de refugiado;

II - decidir a cessação, em primeira instância, *ex officio* ou mediante requerimento das autoridades competentes, da condição de refugiado; [...]. (BRASIL, 1997).

Em caso de negativa, poderá o estrangeiro solicitar recurso diretamente ao Ministério da Justiça, o que lhe dará mais tempo de permanência no país, por meio da renovação do protocolo. Especificamente no caso haitiano, o CONARE indeferiu os pedidos dos haitianos, pois entendeu que não preenchiam os requisitos mínimos previstos na Convenção de 1951.

A negativa, por parte do CONARE à solicitação de refúgio dos Haitianos, pautados na Lei nº 9.474/97, foi incoerente, visto que em seu artigo 1º, inciso III está assegurado que “devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país”, entendemos que a condição social, política e econômica do Haiti, intensificada após o terremoto, exercia uma violação aos direitos humanos, no sentido de priva-los de suas necessidades básicas de sobrevivência.

Observamos, segundo Cotinguiba (2014, p. 96), que: “caso houvesse a concessão da condição de refúgio aos haitianos, o Brasil declararia a incompetência da MINUSTAH e, ao mesmo tempo, o seu papel de líder”. Para evitar a contradição entre seu papel de restaurar a paz no Haiti e a ordem nacional e assim assumir sua incapacidade, pois desde 2004 sob liderança do Brasil a missão tenta reequilibrar a condição social econômica do país, que o acolhimento de haitianos na categoria de refugiados não foi acatado.

Uma vez concedido o refúgio a um estrangeiro, o Estado brasileiro se torna responsável pela sua pessoa, assegurando-lhe segurança, alimentação, abrigo e

condições dignas de vida. Diante da iminência de uma imigração de milhares de haitianos, o Brasil não teria a possibilidade de arcar com as demandas dessas pessoas de acordo com a convenção da ONU para refúgio. Frente a essa situação, conforme Cotinguiba,

Em dezembro de 2011 o governo brasileiro anunciou a possibilidade de fechamento das fronteiras na região das rotas de entrada dos haitianos ou o controle do número de entrada e o resultado disso foi a entrada em massa de centenas de pessoas em poucos dias. O controle foi colocado em prática com a publicação da Resolução nº 97/2012. (COTINGUIBA, 2014, p. 92).

Retomando os dados já mencionados, até 2012, 39 mil haitianos cruzaram a fronteira com o Brasil, instalando-se nos municípios de Tabatinga, no estado do Amazonas ou em Brasileia e Epitaciolândia, no Estado do Acre, desta forma, a crise nesses estados estava posta, seja pela falta de condições mínimas de acolhimento e oferta de serviços básicos, como pela precária condição de alimentação e higiene, motivada pela concentração de imigrantes em um só local.

Somado a esse contexto de crise e o fechamento das fronteiras, a pressão por parte dos governos estaduais por um posicionamento do governo federal, resultou na publicação pelo Conselho Nacional de Imigração - CNIG, órgão esse vinculado ao Ministério do Trabalho, da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a concessão de visto permanente aos nacionais do Haiti, por razões humanitárias, o que lhes permitiria trabalhar e estudar no Brasil. Dispõe essa Resolução:

Art. 1º Ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro.

Parágrafo único. Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010.

Art. 2º O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores, por intermédio da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe.

Parágrafo único. Poderão ser concedidos até 1.200 (mil e duzentos) vistos por ano, correspondendo a uma média de 100 (cem) concessões por mês, sem prejuízo das demais modalidades de vistos previstas nas disposições legais do País.

Art. 3º Antes do término do prazo previsto no *caput* do art. 1º desta Resolução Normativa, o nacional do Haiti deverá comprovar sua situação laboral para fins da convalidação da permanência no Brasil e expedição de nova Cédula de Identidade de Estrangeiro, conforme legislação em vigor.

Art. 4º Esta Resolução Normativa vigorará pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado. (CNIG, 2012).

Cotinguiba (2014, p. 93) afirma que “quando o Brasil decidiu conceder o visto por razões humanitárias para os haitianos, com o argumento de que o faria com base nos problemas advindos do terremoto, possibilitou a muitos deixarem seu país”, acreditando aqui encontrar as mesmas oportunidades e ganhos propiciados nos países mais desenvolvidos.

Entretanto, a Resolução nº 97/2012 limitou a concessão de 100 vistos por mês, emitidos na Embaixada do Brasil no Haiti, criando assim mais um problema no país, ou seja, um contingente de haitianos em busca do visto para imigração, ou mesmo no intuito de reencontrar familiares que já haviam cruzado as fronteiras.

Aqueles que aqui já se encontravam e que haviam solicitado o refúgio junto ao CONARE também foram atendidos pela Resolução nº 97/2012, na qual o CONARE se comprometeu a enviar ao CNIG a relação de haitianos que deveriam se registrar junto a Departamento da Política Federal de todo o território nacional, em um período de 2 anos.

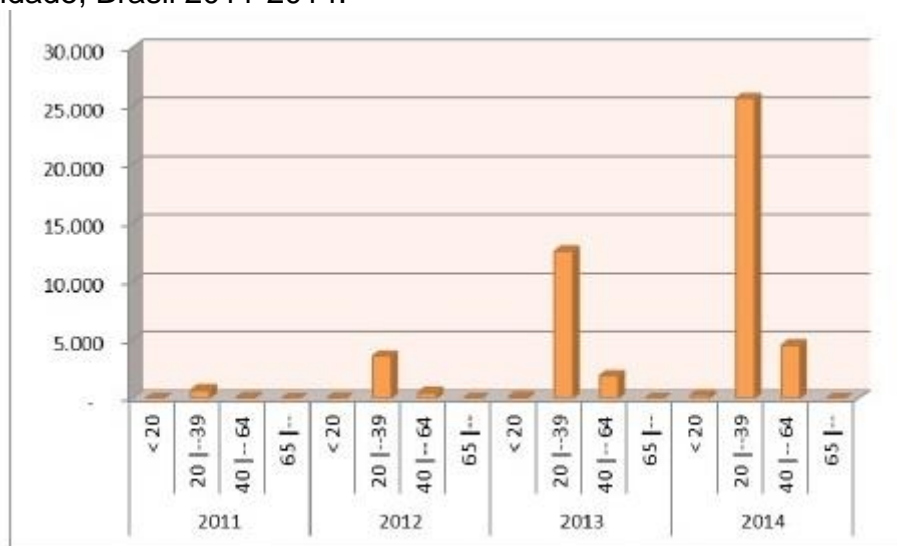
Ainda, sob o caráter humanitário da referida resolução, Cotinguiba (2014) apresenta algumas ressalvas que precisamos retomar, no sentido de refletir a posição do governo federal frente à imigração haitiana. Conforme o autor, se a Resolução normativa nº 97/2012 prevê um refugio por questões humanitárias, por que somente dois anos depois do terremoto – comumente definido como a causa única da imigração haitiana no Brasil – foi concedido essa possibilidade?

O traslado para o destino final, foi marcado por uma extenuante viagem com trajetos aéreos e terrestres, e por situações de roubo, espancamento, violência, estupro, entre tantas atrocidades ao povo Haitiano para que pudessem adentrar e permanecer no Brasil (COTINGUIBA, 2014). Assim, seria apenas o caráter humanitário que interfeririam nas tomadas de decisões por parte do Governo Federal?

Nesse sentido, retomamos mais uma vez o caráter do trabalho, como viés norteador dos fenômenos migratórios. Salientamos que os grupos que inicialmente

marcam a chegada dos imigrantes no Brasil, segundo dados da produção intitulada: “A imigração haitiana no Brasil: características sócio demográficas e laborais na região sul e no Distrito Federal”, que congrega artigos de pesquisadores, que se utilizam da RAIS - relatório de informações socioeconômicas, do Ministério do Trabalho e Emprego para mensurar o perfil da população haitiana imigrante no Brasil e que demonstra uma concentração de haitianos na faixa etária de 20 a 39 anos, ou seja, em uma idade de maior produtividade, no ápice da idade laboral, o que poderá ser verificado no gráfico abaixo, com ênfase ao ano de 2014, chegando a registrar o número de 25 mil haitianos com carteira de trabalho assinada.

Gráfico 1: Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo a idade, Brasil 2011-2014.



Fonte: A imigração haitiana no Brasil: características sócio demográficas na região Sul e no Distrito Federal. 2016, p. 42. Disponível em: <<http://obmigra.mte.gov.br/index.php/publicacoes-obmigra>> Acesso em 08.06.2018.

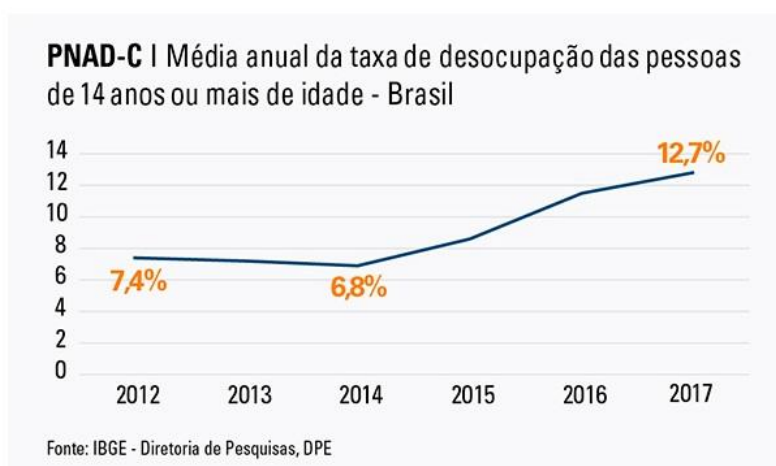
Ainda, aproveitando da pesquisa de campo realizada por Cotinguiba (2014) que em sua dissertação de mestrado, identificou nos estados de Rondônia e Acre, locais escolhidos para a coleta de dados, um número de empresas em busca de trabalhadores. Segundo o autor,

Assistimos, no início, uma mobilização de representantes de empresas que, em geral, era motivada por um imaginário que se criou em torno do mote da — ajuda humanitária a um povo sofrido e, portanto, a sensação de um dever cumprido com a consciência moral. Ao mesmo tempo, entendemos que o que estava em jogo era a certeza de dispor de um — exército industrial de reserva, um estoque de força de trabalho que chegou à cidade em um momento

de escassez de trabalhadores na cidade para produzirem a mais-valia. (COTINGUIBA, 2014, p. 111).

Lembramos que nesse mesmo período, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE mostram que entre os anos de 2012 a 2014 o Brasil vivenciava as menores taxas de desemprego já registradas no país.

Gráfico 2: Taxa de desemprego no Brasil de 2012 a 2017.



Fonte: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/19759-desemprego-recua-em-dezembro-mas-taxa-media-do-ano-e-a-maior-desde-2012.html>> Acesso em 20.02.2018.

Frente a esse cenário de taxas de desemprego em baixa e uma grande oferta de mão de obra para o trabalho, o capital identifica no grupo de imigrantes a possibilidade de atender as suas necessidades, sob o viés da ajuda humanitária. Um dos primeiros indicativos dessa tese, de acordo com Cotinguiba (2014, p.112) “é fato de o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE ter sido, desde o início, um dos Ministérios responsáveis pelo tratamento dessa questão migratória”. Essa presença se fez por meio da intervenção do CNIG – Conselho Nacional de Imigração, concedendo uma permanência no país e a emissão de documentos imprescindíveis para o trabalho.

Desde a consolidação da economia capitalista, o trabalho assalariado se tornou a condição por excelência para obtenção de recursos para sobrevivência para a maior parte do conjunto das sociedades industriais. Ao migrarem para o Brasil, por sua vez, os haitianos não escapam a essa lógica. No início dessa imigração, assistimos em Porto Velho a uma mobilização de empresários e do governo estadual no sentido de inserir no trabalho formal os haitianos

que chegavam e, para isso, deu início a um programa de triagem e cadastramento dessas pessoas. O contexto era propício, marcado pela alta taxa de empregabilidade impulsionada pela construção das Hidrelétricas e a cidade não dispunha, na perspectiva marxista, de um — exército industrial de reserva. (COTINGUIBA, 2014, p. 118).

Essa condução dos imigrantes para as frentes de trabalho em crescimento no país não se deu apenas em Porto Velho, mas foi iniciado nos estados de entrada e expandiu-se aos demais estados brasileiros, com ênfase aos estados do Sul.

Nesse sentido, demais estados e municípios, principalmente os do interior do país, incorporaram a figura do imigrante haitiano entre os demais trabalhadores. Logo, os imigrantes começaram a demandar dos poderes estaduais e municipais por políticas sociais no atendimento de suas necessidades básicas de sobrevivência. Constatamos que há um arsenal legal de proteção à entrada e permanência de imigrantes na categoria refugiados no país, entretanto, no quesito políticas sociais, não identificamos regulamentações específicas que tratam do atendimento a pessoa imigrante.

Apresentamos abaixo alguns dos importantes avanços da legislação no que tange à pessoa migrante na categoria refugiado.

Tabela 1: Arsenal legal de Proteção ao Refugiado.

Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948	Possui o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforcem, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.
Estatuto do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados de 14	Regulamentar as atribuições do ACNUR.

de dezembro de 1950.	
Convenção de 1951, relativa ao Estatuto dos Refugiados.	Define o conceito e a condição de refugiado.
Protocolo de 1967, relativa ao Estatuto dos Refugiados.	Amplia a condição de refugiado para além da Convenção de 1951.
Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980.	Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração.
Declaração de Cartagena sobre os Refugiados, de 1984.	Unifica as três correntes de proteção internacional – direito humanitário, direitos humanos e direitos dos refugiados.
Constituição Federal do Brasil 1988.	Título II - Dos Direitos E Garantias Fundamentais em seu Capítulo I Dos Direitos E Deveres Individuais E Coletivos.
Lei nº 9474 de 22 de julho 1997.	Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.
Resolução Normativa nº 04 do CONARE, de 1º de dezembro de 1998.	Extensão da condição de refugiado a título de reunião familiar. Revogada pela Resolução Normativa nº 16 de 20 de setembro de 2013, que amplia o conceito de família, inserindo as terminologias: companheiro, ascendentes e descendentes e demais integrantes do grupo familiar que dependa economicamente do refugiado.
Resolução Normativa nº 05 do CONARE, de 11 de março de 1999.	Aborda sobre a autorização para viagem de refugiado ao exterior. Revogada pela Resolução Normativa nº 18 de 30 de abril de 2014 que congregou os trâmites de solicitação de refugio e seus procedimentos.

Resolução Normativa nº 09 do CONARE, de 06 de agosto de 2002.	Estabelece o local para preenchimento do questionário de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado nas circunscrições onde não houver sede da Cáritas Arquidiocesana. Revogada pela Resolução Normativa nº 18 de 30 de abril de 2014 que congregou os trâmites de solicitação de refugio e seus procedimentos.
Declaração de Brasília sobre a Proteção de Refugiados e Apátridas no continente Americano, de 11 de novembro de 2010.	Adotada em novembro de 2010, reafirmou a necessidade de buscar soluções duradouras dentro do Plano de Ação do México para enfrentar novos desafios na região.
Resolução Normativa nº 06 do CNIG de 21 de agosto de 1997 e Resolução Normativa nº 91 do CNIG de 12 de outubro de 2010.	Concessão de permanência definitiva a asilados ou refugiados e suas famílias.
Resolução Normativa nº 97 do CNIG, de 12 de janeiro de 2012.	Dispõe sobre a concessão de visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1.980, a nacionais do Haiti.
Resolução Normativa nº 15 do CONARE, de 27 de julho de 2012.	Dispõe sobre a concessão de protocolo ao solicitante de refúgio. Revogada pela Resolução Normativa nº 18 de 30 de abril de 2014 que congregou os trâmites de solicitação de refugio e seus procedimentos.
Resolução Normativa nº 102 do CNIG, de 26 de abril de 2013.	Altera o art. 2º da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012.
Resolução Normativa nº 18 do CONARE de 30 de abril de 2014.	Estabelece os procedimentos aplicáveis aos pedidos e tramitação da solicitação de refúgio e dá outras providências. Trata-se

	de um marco regulatório para o atendimento de estrangeiros na categoria refugiado.
Lei nº 13.445, de 24 de maio 2017.	Institui a Lei de Migração.

Fonte: Elaboração da autora com base na Coletânea de Instrumentos de Proteção Nacional e internacional de Refugiados e Apátridas. (ACNUR, 2010).

Nesse quadro observamos um avanço no que se refere à proteção ao imigrante refugiado, que remete ao compromisso brasileiro com a Convenção Relativa ao Estatuto do Refugiado de 1951.

Contudo, ainda constatamos o limbo de proteção ao qual ficaram relegados os imigrantes quando tratamos de políticas públicas de proteção social e conjecturamos que o Estado não se encontra preparado para a devida e adequada proteção desses imigrantes quando adentram o território nacional.

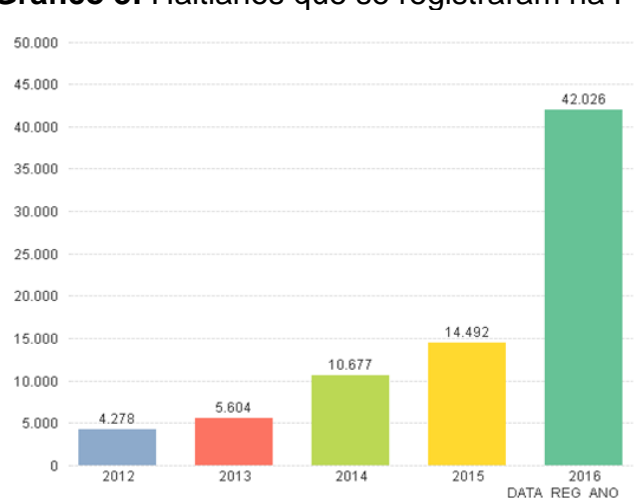
4.2 A interiorização da imigração haitiana.

Como vimos, a imigração haitiana no Brasil inicia seu fluxo pelos estados do Acre e Amazonas, formando uma crescente concentração populacional que aguardavam o acesso ao seu registro de entrada, que até 2012 deu-se por meio do pedido de refúgio.

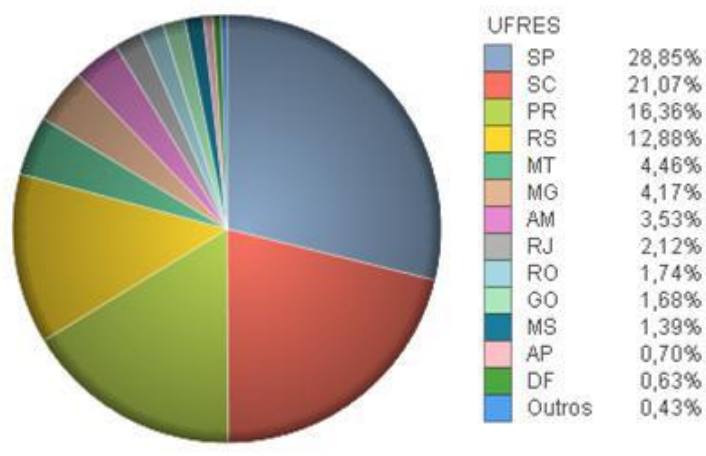
Com o Protocolo, CPTS e CPF em mãos, os imigrantes permaneciam no aguardo da definição do seu destino a partir da distribuição das vagas de emprego para frentes laborais requisitadas pelas empresas que até lá se direcionaram.

Em relação aos lugares de destino, São Paulo é a cidade que mais empregou haitianos em termos absolutos, e o Paraná é o estado que, depois Santa Catarina, teve o maior incremento relativo à admissão dos haitianos no mercado de trabalho.

Após 2012, com a publicação da Resolução Normativa nº 97/2012, os imigrantes haitianos passaram a procurar por uma Delegacia da Polícia Federal para registrar sua permanência no país, a qual utilizou os dados fornecidos pelo CONARE. O Instituto de Migração e Direitos Humanos – IMDH, em posse dos dados fornecidos pelo CONARE, organizou um panorama da realidade haitiana no Brasil no período de 2012 a 2016.

Gráfico 3: Haitianos que se registraram na Polícia Federal entre 2012 a 2016.

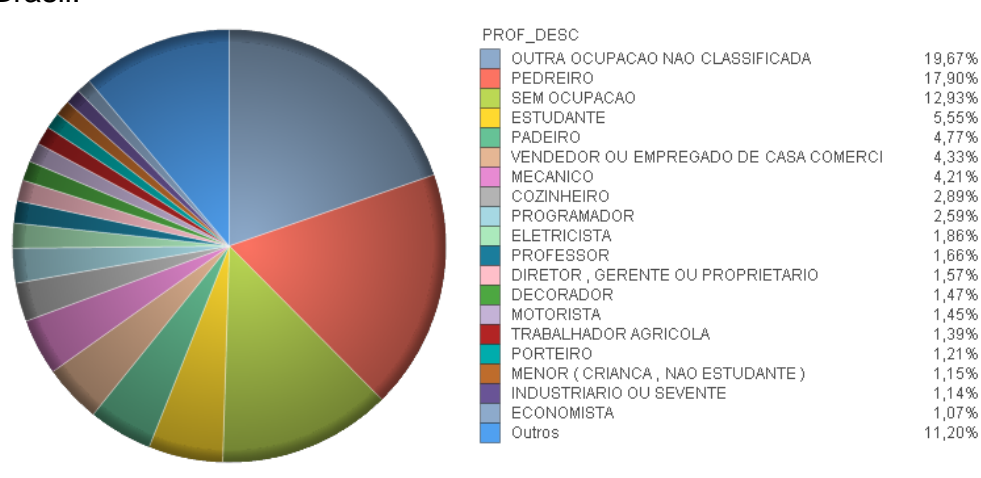
Fonte: <http://www.migrante.org.br/index.php/migracao-haitiana2/373-haitianos-no-brasil-dados-estatisticos-informacoes-e-uma-recomendacao> > Acesso em 20.02.2018.

Gráfico 4: Estados da Federação nos quais os Haitianos se registraram.

Fonte: <http://www.migrante.org.br/index.php/migracao-haitiana2/373-haitianos-no-brasil-dados-estatisticos-informacoes-e-uma-recomendacao> > Acesso em 20.02.2018.

De acordo com o gráfico 3: Haitianos que se registraram na Polícia Federal entre 2012 a 2016 - em torno de 80 mil haitianos se registram ao longo de 04 anos junto ao DPF – Departamento da Polícia Federal, sendo que no gráfico 4: Estados da Federação nos quais os Haitianos se registraram – o terceiro estado mais impactado com essa imigração é o Estado do Paraná com 16,36% o que corresponde a aproximadamente 13 mil haitianos até 2016.

Gráfico 5: Ocupação declarada pelos Imigrantes Haitianos ao se registrarem no Brasil.



Fonte: <http://www.migrante.org.br/index.php/migracao-haitiana2/373-haitianos-no-brasil-dados-estatisticos-informacoes-e-uma-recomendacao> Acesso em 20.02.2018.

No gráfico 5: Ocupação declarada pelos Imigrantes Haitianos ao se registrarem no Brasil – nos é apresentado a ocupação declarada pelos haitianos quando da regularização de sua situação documental junto ao DPF, contudo o gráfico não reflete sua real formação/profissão no país de origem, mas sim, a ocupação por ele desempenhada no Brasil, trazendo portanto duplo entendimento. O que se confirma é à disposição desses trabalhadores em frentes de pouca qualificação profissional, demonstrando a necessidade de políticas sociais de atenção a essa população, em especial para as políticas educacionais.

No que tange à variável sexo, predominam os imigrantes do sexo masculino sobre as do sexo feminino, o que está relacionado com as demandas e características do mercado de trabalho formal brasileiro. No tocante à faixa etária, observou-se que a imigração haitiana no Brasil é marcada, eminentemente, por pessoas em idade produtiva, como vimos na seção anterior. Quanto ao setor empregatício, podemos observar que,

Os dados do SINCRE indicam que na ocupação de pedreiro estavam inseridos cerca de 20% dos imigrantes do Haiti no Brasil e em São Paulo, entre 2010 e 2015. O recrutamento desses/dessas imigrantes pelas empresas de construção civil, pelos frigoríficos, para serviços em restaurantes e de limpeza – quer seja no Acre, quer seja na Missão Paz em São Paulo – denota se tratar de demanda explícita por essa mão de obra imigrante, com formas de recrutamento que revelam o processo civilizatório (ELIAS, 1994) imposto a esses sujeitos migrantes do Haiti. (BAENINGER; PERES, 2017, p. 136).

A atividade econômica que mais empregou haitianos entre os anos de 2011 e 2014 foi à construção de edifícios, seguida por frigoríficos – abate de aves e abate de suínos. Assim o setor da construção civil e o final da cadeia produtiva do agronegócio, foram os principais responsáveis pela contratação dos haitianos no mercado formal de trabalho.

Os trabalhadores imigrantes passam a ocupar os empregos em frentes de maior crescimento, em que os trabalhadores nativos evitam, ou seja, mão de obra estrangeira para ocupar postos de trabalhos mal remunerados em determinados setores produtivos em grande crescimento, sendo também essa a realidade da região norte do Paraná.

Veremos no próximo capítulo a imigração haitiana para a região norte do estado do Paraná, especificamente para o município de Londrina e a busca por informações e encaminhamentos que culminou na problematização sobre a qual questionamos a formas de inserção educacional do imigrante nos serviços educativos ofertados no município, objetivo dessa pesquisa.

5. A INSERÇÃO EDUCACIONAL DOS IMIGRANTES NO MUNICÍPIO DE LONDRINA.

Para esse último capítulo, objetivamos mapear os serviços educativos ofertados no Município de Londrina, bem como identificar junto aos imigrantes haitianos e os responsáveis legais pela oferta do serviço as perspectivas educacionais no atual país de residência, visando o alcance do objetivo geral dessa pesquisa. Realizamos pesquisa de campo qualitativa, a fim de identificar no município as ofertas de serviços educativos, em um formato de educação formal e não formal, que analisaremos a seguir. Além disso, retomaremos o núcleo da pesquisa, ou seja, as perspectivas dos imigrantes haitianos com a educação em Londrina-Pr.

Nesse sentido, para dar início a esse capítulo abordaremos o percurso histórico da educação ofertada ao imigrante na história brasileira, primeiro para aqueles então colonizadores, na sequência como uma política nacional e finalmente como a mesma foi se moldando politicamente para a formação econômica do país, sob as influências dos acordos internacionais, culminando nos tipos de serviços ofertados na atualidade.

Será contextualizado o município de Londrina, alvo dessa pesquisa e os serviços educativos ofertados aos imigrantes.

5.1 A educação no Brasil: aspectos históricos e a intervenção do Estado.

Discutir a educação, enquanto política pública no Brasil nos remete a retomar o processo colonizador e suas influências na construção da educação no país, perpassando pelas organizações dos movimentos populares que culminaram na aprovação da carta magna que nos remete a uma educação universal.

Conforme Cury (2007, p. 569), “o Brasil é ainda um país endividado com sua população. Nossa cidadania educacional está longe de ser um exemplo.” Reiteramos que o Brasil nasce como uma colônia portuguesa, que até a sua independência não usufruiu de soberania nacional, dependendo exclusivamente da coroa portuguesa, o que retardou o fortalecimento de uma democracia.

A noção de educação, em comparação a outros países, ocorre tardiamente movida pelo contexto de colonização, submissão à coroa portuguesa, e ao

conservadorismo entre as raças, que classificavam os negros e índios como a segunda linhagem do ser humano. Segundo Cury (2007, p. 571),

Justifica-se essa educação tardia pelo fato do Brasil ter sido colonizado por uma potência contra reformista para a qual índios eram “bárbaros” e os negros, “propriedade privada” do outro; para eles a educação escolar não era objeto de cogitação. Para controlá-los seria suficiente escutar a palavra dos outros pela doutrinação ou pela catequese.

Esse ideário forma a nação brasileira e reflete no comportamento cultural da sociedade que foi marcada pelo extenso regime escravocrata em contraponto a noção e a prática de direitos civis e políticos. Mesmo após a abolição, negros e índios, além de caboclos e migrantes, não foram considerados cidadãos de primeira grandeza e aos mesmos o direito à educação foi negado.

Cury (2007, p. 570) infere que “desde os tempos imperiais, com o ato adicional de 1834²² descentraliza para as províncias, pobres em recursos e escassas em autonomia, o encargo das primeiras letras.”

A legislação educacional no Brasil como nação independente tem seu início na Constituição Imperial de 1824, que continha um artigo sobre a educação escolar gratuita reservada exclusivamente aos considerados cidadãos. (CURY, 2007, p. 570-571).

O Brasil não possuía uma tradição educacional, além disso, a restrição aos considerados cidadãos limitava o acesso de grande parte da população, atendendo apenas a uma elite concentrada nas cidades mais desenvolvidas. Segundo Cunha, no período imperial-escravocrata e nas primeiras décadas de regime republicano,

[...] a educação escolar se organizava em função de dois polos opostos que definiam dois mundos escolares: de um lado, o ensino superior destinado à formação das elites, em função do qual existia o ensino secundário e, em função deste, um tipo especial de ensino primário; de outro lado, o ensino profissional ministrado nas escolas agrícolas e nas escolas de aprendizes-artífices, destinados à formação da força de trabalho a partir de crianças órfãs, abandonadas ou simplesmente miseráveis. (CUNHA, 1991, p. 32).

²² O ato adicional, Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834 poderá ser consultada em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16.htm

Conforme o autor, esse era o tipo de educação ofertada no país, que destinava aos mais pobres e miseráveis o ensino de um ofício, para que o mesmo se responsabilizasse pelo seu sustento, sem perspectivas de transformação de vida.

Concomitante a esse modelo, destacamos que os imigrantes que chegavam ao Brasil provinham de forte tradição escolar em seu país de origem, principalmente os alemães e japoneses, conscientes da importância da escola, porém, não encontrando escolas públicas nem muitas possibilidades para serem atendidas as suas necessidades.

A consciência da importância da alfabetização, educação e inserção dos filhos na escola, incentivou grupos imigrantes na formação e organização das escolas étnicas.

A tradição escolar entre os imigrantes era bem diferenciada, segundo Kreutz (2007), o grau de alfabetização por grupo étnico, pautado naqueles que adentram o país pelo Porto de Santos no início do século XX, era representada de:

[...] imigrantes alemães 91,1%, imigrantes japoneses: 89,9%, imigrantes italianos: 71,3%, imigrantes portugueses: 51,7%, imigrantes espanhóis: 46,3%. [...] já no Brasil no mesmo período havia um sistema escolar altamente deficitário, com uma população de mais de 80% de analfabetos. (KREUTZ, 2007, p. 347).

Pautada nesse contexto, os imigrantes europeus deram continuidade ao processo de formação e educação escolar, religiosa e cultural, nas escolas étnicas, localizadas nas colônias e/ou regiões de concentração populacional daquela etnia. Nas escolas étnicas não só os imigrantes eram atendidos, mas também os nacionais que residiam naquela área, pois, cabia às províncias a oferta de educação, entretanto, a falta de recursos impossibilitava a garantia desse acesso. As províncias acabaram por utilizar dessa estrutura, que segundo Kreutz (2007 p.354), “as iniciativas quanto ao processo escolar dos imigrantes foram estimuladas inicialmente por diversos estados pelo fato de não terem condições para oferecer escolas públicas.”

Kreutz (2007) reitera que desde o início da imigração, os governantes externavam preocupação quanto às escolas de imigrantes, no que tange a organização cultural, o idioma e a organização para o trabalho. A preocupação estava centrada no fortalecimento daquela etnia e no controle do trabalho, da produção, do comércio e suas influências na política.

Os estados com números expressivos de imigrantes tiveram convivência relativamente pacífica e até estímulo governamental às escolas étnicas até a Primeira Guerra Mundial. Na década de 20, o número de escolas étnicas diminuiu expressivamente no estado de São Paulo, que nesse momento histórico estava sendo o centro para a discussão de referências para a nação brasileira. (KREUTZ, 2007, p. 354).

Em 1918 com o fim da Primeira Guerra Mundial, o governo federal promoveu iniciativas por meio de subvenções financeiras para a nacionalização do ensino. Tal política ocorre inicialmente em São Paulo, com a expansão da escola pública entre imigrantes, interferindo na organização curricular das escolas étnicas.

A partir de 1930, numa tendência política nacionalista, as escolas étnicas já foram vistas com mais restrições, que segundo Kreutz (2007, p. 354), “Entre 1938-1939, momento de nacionalização compulsória, foram fechadas ou transformadas em escolas públicas por meio de uma sequência de decretos de nacionalização, as escolas étnicas”.

Com o decreto 406 de maio de 1938, ordenou que todo o material usado na escola elementar fossem em português, que todos os professores e diretores de escola fossem brasileiros natos, que nenhum livro de texto, revista ou jornal circulasse em língua estrangeira nos distritos rurais e que o currículo escolar tivesse instrução adequada em história e geografia do Brasil. Proibia o ensino da língua estrangeira a menores de 14 anos e ordenava que se desse lugar de destaque à bandeira nacional em dias festivos, rendendo-lhe homenagem. (KREUTZ, 2007, p. 365).

A preocupação com o nacionalismo e o patriotismo foi movida pela preocupação do país com o contexto do crescente fascismo e nazismo que se fortalecia respectivamente na Itália e Alemanha. Nesse sentido, o estado passa a fiscalizar a educação buscando uniformizar as diferenças étnicas. Somente na Constituição Federal de 1934 que o Estado passa a assumir a responsabilidade na oferta da educação enquanto um direito nacional. De acordo com Kreutz (2007, p. 573 – 574), “a Constituição (1934) também dará maior ênfase à educação como direito do cidadão. É a única constituição, antes de 1988, que reconhece ao adulto o acesso à escolarização como direito.”

Contudo, a preocupação com a educação das minorias sociais como pobres e os negros não ficou evidenciado, o que constatamos em Cunha (1991, p. 32) que

para as minorias, “as classes dirigentes preferiam o recurso, até então satisfatório, da religião e da Igreja como conteúdo e meio para suscitar o consentimento dos trabalhadores a sua situação”, ou seja, a construção ideológica reverbera a máxima de “deus quis assim”, na contenção dos trabalhadores, e quando isso falha, utilizam-se outros mecanismos de repressão como a polícia e o exército para garantir a ordem.

Um pouco mais adiante, já na década de 40, vislumbramos uma preocupação para a preparação da população para atender as demandas do mercado de trabalho, tendo em vista a industrialização e o desenvolvimento econômico. Esse período também é marcado pelas migrações internas (das regiões rurais para as zonas urbanas), demandando a preparação dos trabalhadores para o mercado de trabalho. É nesse período que emerge o Serviço Nacional da Indústria, juntamente com as Leis que regulamentam o ensino secundário. Entra em pauta o debate sobre a Reforma de Capanema a qual defendia uma divisão do ensino em dois ciclos, bem como uma formação humanística, que privilegiaria a cultura geral e incorpora o conhecimento de cunho científico, ou seja, atender as necessidades de formação para o trabalho.

Já na década de 60 com o golpe militar, promoveu-se uma reforma da educação brasileira, que segundo Ferretti:

A reforma educacional que se produziu tanto no ensino superior quanto no ensino médio pautou-se pelos ditames e recomendações oriundas da Teoria do Capital Humano, de acordo com os quais caberia encarar a educação como investimento financeiro cujos retornos se expressariam, em ambos os casos, pela formação eficiente e racional de profissionais que contribuíssem para o desenvolvimento econômico e social do país, sob o argumento de que este, para ganhar expressão e peso na economia internacional, necessitaria promover a formação rápida e urgente de trabalhadores qualificados. (FERRETTI, 2016, p. 78).

A ênfase na profissionalização e na preparação para o mercado de trabalho permanece nas pautas de discussão na década de 70 com a expansão industrial e a profissionalização ofertada nas escolas públicas. A educação como direito humano universal emerge somente com a Constituição Federal de 1988, que garante em seus artigos 205 e 206:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade. (BRASIL, 1988).

A regulamentação dos artigos supracitados somente foi regulamentada em 1996, oito anos após a sanção da Constituição Federal, por meio da Lei nº 9394/1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ainda marcado pelas premissas de atender as necessidades do mercado de trabalho.

Ainda, a conjuntura de reforma do estado brasileiro afetaria diretamente as políticas sociais, por meio das parcerias público-privadas, que disseminou o ideário da formação de agentes treinados em habilidades que atendam ao mercado, com ênfase as camadas populacionais mais pobres, preparando cidadãos ativos e propositivos necessários para o capital. Conforme abordado pelas autoras abaixo citadas:

1. O eixo da Reforma Educacional dos anos 1990 está atrelado à Reforma do Estado, que, por sua vez, articula-se à dinâmica e a crise do capitalismo na última metade do século XX;

2. Mediante esse contexto, os instrumentos internacionais de educação, a pedido do grande capital, projetaram uma reforma educacional de largo espectro com base na noção de crise educacional e de sua auto-solução: a educação se redimiria a si própria, solidarizando, de resto, a própria sociedade;

3. Por fim, a crise educacional é entendida como uma defasagem entre as exigências do sistema produtivo globalizado e as possibilidades do sistema educacional, defasagem essa a ser sanada com base na vontade política, na cooperação e na parceria. (RABELO; SEGUNDO; JIMENEZ, 2009, p. 20).

A educação passa a ser tratada como instrumento de reprodução da ordem vigente e de manipulação ideológica no intuito de naturalizar a flexibilização das relações de trabalho, a retirada de direitos da classe trabalhadora e a criação de um desemprego estrutural. Dessa forma, as políticas neoliberais de ajuste macroeconômico, com redefinição do papel do Estado, impactaram diretamente a camadas populacionais mais desfavorecidas no acesso as políticas sociais.

O Brasil, em pleno século XXI ainda apresenta um déficit educacional, principalmente no que tange a alfabetização de pessoas adultas, dados que implicam nas condições básicas para uma vida digna.

O Brasil ocupa a 8ª posição entre as nações com maior número de analfabetos adultos [...]. De fato, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2012, a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais no país foi de 8,7%, correspondendo a 13,2 milhões de analfabetos; em 2000, o índice de analfabetismo era de 13,6%, quando o Censo contabilizou 16,3 milhões de analfabetos. (PIERRO; HADDAD, 2015, p. 203)

Nessa conjuntura, os organismos internacionais por meio de acordos, defendem os esforços coletivos dos países membros a implantarem uma educação básica “para todos”, no sentido de incluírem as populações excluídas educacionalmente, como os adultos analfabetos, refugiados, trabalhadores migrantes, entre outros, ampliando o “direito a educação” entendida como requisito fundamental para o exercício da cidadania, qualificação profissional e satisfação de suas necessidades básicas e em contrapartida preparar essa camada da população para atender as demandas do capital. Segundo Pierro e Haddad,

Mesmo não tendo caráter impositivo, acordos internacionais assinados pelos governos nacionais podem se constituir em instrumentos para que a sociedade civil – em cada país ou nas redes globais – exerça pressão para a garantia de direitos, mudança de leis e comportamentos, acesso a informações ou reivindicação de políticas públicas. (PIERRO; HADDAD, 2015, p. 200).

Sobre os acordos internacionais, traremos para essa discussão àqueles que trazem em seus objetivos a atenção especial às minorias excluídas do contexto educativo. As metas de Educação Para Todos da Conferência de Jomtien (1990), apresenta em seu artigo 3º a preocupação na inserção educacional do que denomina de “grupos excluídos”:

[...] os trabalhadores migrantes; os povos indígenas; as minorias étnicas, raciais e linguísticas; os refugiados; os deslocados pela guerra; e os povos submetidos a um regime de ocupação – não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais. (UNESCO, 1990).

Sob a face humanitária de uma educação como um direito humano fundamental e para todos, sabemos que a conjuntura de mundialização do capital exige a qualificação de trabalhadores para atender aos interesses do mercado, em detrimento a uma concepção de educação como direito humano.

O objetivo do Compromisso Mundial de Educação Para Todos, é a universalização da educação fundamental para os países pobres, que caracteriza a necessidade do capital em avançar para países subdesenvolvidos, com vasta oferta de mão de obra, minimamente capacitada para atender as demandas da divisão social do trabalho, ou seja, “[a] apologia da educação como estratégia fundamental para o desenvolvimento econômico e social dos países capitalistas periféricos, entre eles os da América Latina, faz parte do ideário de orientação neoliberal”. (NOMA, 2008, p.3).

Nesse sentido, a Declaração Mundial de Jomtien, assinada por mais de cem países e organizações não governamentais, reforça que a educação é um direito fundamental de todos e prevê a universalização da educação fundamental num prazo de 10 anos, ou seja, previsto até 2010, em que os países se comprometem a oferta da educação básica, pois “a educação pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, e que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural”. (UNESCO, 1990, p. 1).

Ainda na declaração está previsto em seu artigo 5º a importância de adequar à oferta do ensino básico a faixa etária e necessidades de aprendizagem, conforme segue:

As necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos são diversas, e devem ser atendidas mediante uma variedade de sistemas. Os programas de alfabetização são indispensáveis, dado que saber ler e escrever constitui-se uma capacidade necessária em si mesma, sendo ainda o fundamento de outras habilidades vitais. [...]. Outras necessidades podem ser satisfeitas mediante a capacidade técnica, a aprendizagem de ofícios e os programas de educação formal e não formal em matérias como saúde, nutrição, população, técnicas agrícolas, meio-ambiente, ciência, tecnologia,

vida familiar – incluindo-se aí a questão da natalidade – e outros problemas sociais. (UNESCO, 1990).

Observamos a preocupação direcionada a premissa do saber ler e escrever, ou seja, o foco na alfabetização, como “mínimo social” para participar da vida cotidiana da sociedade, além das orientações, denominadas como educação não formal, que visam o controle ideológico para os “problemas sociais” que poderão ser resolvidos ou apaziguados pela oferta de informação, que em nada reflete a possibilidade de reflexão sobre os condicionantes desses “problemas sociais”, contudo se apresenta como possibilidade de inserção educacional.

Em 2010, sem o devido cumprimento das metas estabelecidas na conferência de Jomtien, ocorreu um novo evento, conhecido como o Fórum de Dakar (2000) que, conforme assinala Rabelo, Segundo e Jimenez;

[...] contou com a participação de 180 países e 150 ONGS que reiteraram o papel da educação não apenas como um direito humano fundamental de todos, mas também, como a chave para o desenvolvimento sustentável, a segurança, a paz e a estabilidade dentro e fora de cada país envolvido. [...] advertindo que todos os países deveriam envidar esforços para atingir as metas de educação primária universal – EPU e alcançar as necessidades básicas da aprendizagem até 2015. (RABELO; SEGUNDO; JIMENEZ, 2009, p. 7- 8).

Na Declaração de Dakar – Educação Para Todos (2000), não é especificado o público prioritário para atendimento, mas sim a exigência de “estratégias claras para superar problemas especiais daqueles que estão atualmente excluídos das oportunidades educacionais.” (UNESCO, 2000).

Fato digno de nota nesse contexto é que cada país-membro que assinaria o acordo definiria a universalidade segundo suas possibilidades econômicas, e ainda que o papel do Estado deve ser suplementado e apoiado por “parcerias ousadas e abrangentes em todos os níveis da sociedade” (UNESCO, 2000), ou seja, reforça aos países membros o ideário das parcerias com o setor privado e com as organizações não governamentais, para a condução das políticas educacionais.

O Marco de Dakar, por sua vez, estimula um apanhando de normas a serem seguidas pelos países-membros, com vistas, no limite, a afastar do Estado a responsabilidade efetiva pelo provimento da educação pública. Dentre estas, destacam-se: “[...] Assegurar fluxo do auxílio externo (gestão/avaliação); Facilitar uma coordenação mais efetiva de doadores; Realizar monitoramento através de

avaliações periódicas” (Declaração de Dakar, 2000). [...] visa assegurar que ajustes e reformas sejam efetivados. (RABELO; SEGUNDO; JIMENEZ, 2009, p. 11).

Fica evidente a participação das organizações não governamentais, que se fizeram presentes nas supracitadas conferências, definindo as novas orientações para a gestão da educação que em ambos os casos estão voltados a um tipo específico de política social, explicitamente marcado pelos ditames neoliberais na oferta de políticas focalizadas e compensatórias voltadas para os países pobres.

Desloca-se a noção de universalização de política como direito, focalizando apenas uma camada específica da sociedade, a qual Ugá (2004, p. 58) denomina de “incapazes”, ou seja, “os pobres dos quais o Estado deve cuidar, por meio de suas políticas residuais e focalizadas”, demonstrando assim a preocupação do Estado com os desvalidos, num ato caritativo e não de garantia de direitos universais. Ainda segundo a autora:

Capacidade humana não pressupõe a existência de um Estado que garanta direitos sociais, mas simplesmente a necessidade de um Estado caridoso, que tem deveres a cumprir apenas para com os pobres. A presença do Estado só seria necessária, portanto, em um primeiro momento, no sentido de aumentar as capacidades dos pobres, para, em um segundo momento, quando esses indivíduos já estivessem capacitados, o Estado já se tornaria desnecessário, passando a deixar que eles, individualmente, procurassem seu desenvolvimento pessoal no mercado. (UGÁ, 2004, p. 60).

Nesse sentido, encontramos nas políticas sociais os critérios de inclusão e exclusão pautados na superação da “condição de vulnerabilidade” previamente determinada pelos documentos internacionais focalizadas no indivíduo.

Não podíamos deixar de mencionar a Declaração de Hamburgo sobre a educação de jovens e adultos, produzida em 1997 na V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, “documentos que exerceram influência intelectual e política sobre a EJA, renovando o conceito que delimita o campo e impulsionando a difusão da perspectiva da educação e aprendizagem ao longo da vida.”(PIERRO; HADDAD, 2015, p. 203).

Essa conferência ficou reconhecida pelo grande engajamento e avanços no reconhecimento da EJA, propondo aos países envolvidos a agenda para o Futuro da Educação de Adultos. Em suas considerações, o documento apresenta a

importância da educação de adultos para uma plena participação na sociedade, como consequência para o exercício da cidadania, diminuição da pobreza, respeito aos direitos humanos, entre outros. (UNESCO, 1999).

Em 2015 a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, convoca os países membros a assinarem um plano global denominado de Agenda 2030 atualizando os objetivos do milênio. De acordo com o Relatório de monitoramento global da educação 2017/8 a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, documento-base para os ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, reconhece que:

[...] todas as pessoas, independentemente de sexo, idade, raça ou etnia, assim como as pessoas com deficiência, os migrantes, os povos indígenas, as crianças e os jovens, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, devem ter acesso a oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. (UNESCO, 2016).

A UNESCO considera a educação como a chave mestra do desenvolvimento, com o objetivo de “combater o problema do subdesenvolvimento em sua origem” e “propiciar educação para todos os membros da sociedade, sem distinção de sua condição individual, social, geográfica ou cultural”. (UNESCO, 2016, p. 33).

Ancorado nessas recomendações, o Brasil, como país membro da ONU sempre esteve presente, coadunando os objetivos e metas traçadas nas declarações e agendas para a educação.

Tal cenário não é modificado com as eleições de 2002, quando um partido nascido de uma ideologia de frente esquerda é democraticamente eleito, contudo dá continuidade a construção de uma educação mercantilizada, atendendo as recomendações dos movimentos de empresários em torno do “Compromisso Todos pela Educação”.

Ainda assim, há diferenças visíveis em comparação a governos anteriores que precisam ser ressaltadas, principalmente no que tange a políticas voltadas a grupos sociais minoritários, conforme destaca Frigotto (2011, p. 244), “[...] houve ênfase nas políticas voltadas para a educação de jovens e adultos e para a educação da população indígena e afrodescendente”.

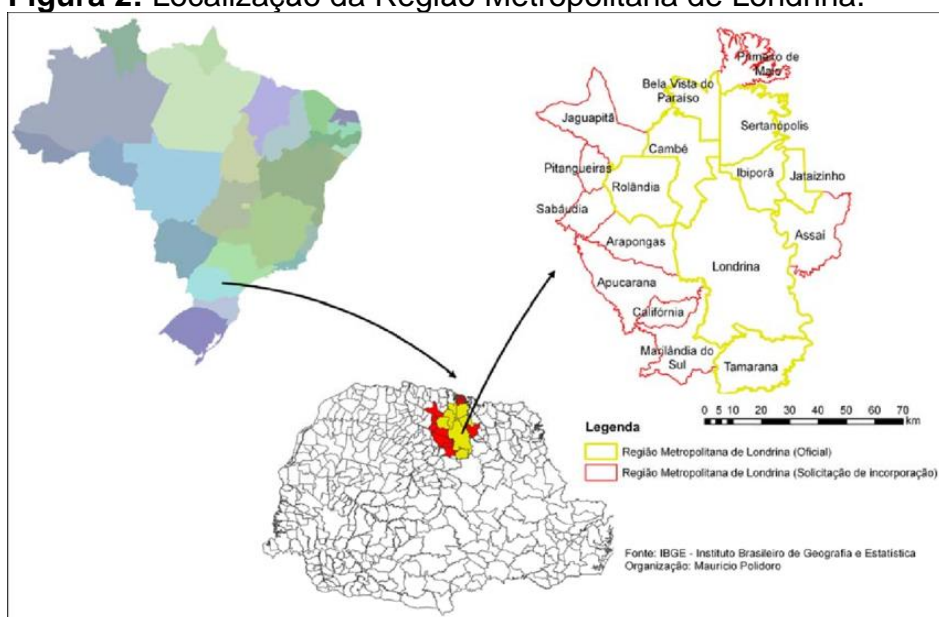
Não identificamos durante esse estudo a oferta de políticas educacionais que contemple as especificidades e características das pessoas imigrantes e/ou

refugiadas, desta forma, traremos a seguir um apanhado legal sobre a condução da política educacional direcionado a pessoa migrante.

5.2 A imigração haitiana no município de Londrina e a realidade educacional no estado do Paraná voltado à pessoa migrante.

Antes de adentrarmos aos serviços educativos ofertados, cabe apresentarmos o município de Londrina que destaca-se pela sua relevância regional e por se constituir no segundo município mais populoso do estado do Paraná, que conforme dados do IBGE no último censo de 2010, contabilizam 506.701 habitantes e estimativas da Prefeitura do Município de Londrina em 2017 sugerem 558.439 mil habitantes. Além de sua posição enquanto segunda maior cidade do Estado, Londrina congrega a região metropolitana, composta por oito municípios, o que fortalece sua posição econômica e industrial.

Figura 2: Localização da Região Metropolitana de Londrina.



Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, disponível em: <https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Localizacao-da-Regiao-Metropolitana-de-Londrina_fig1_277988919> acesso em 07 de julho de 2018.

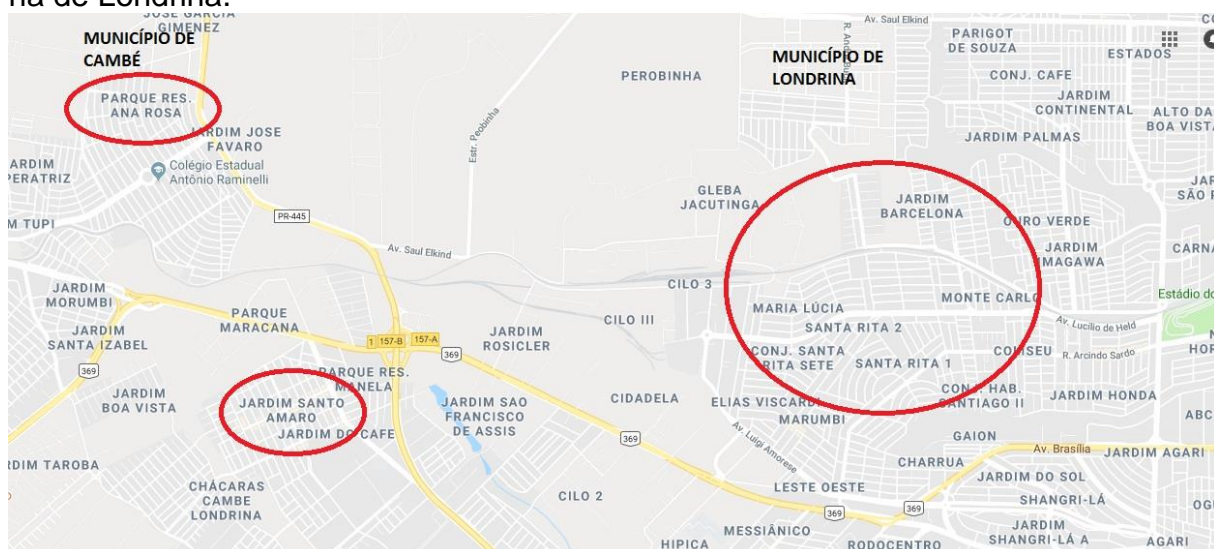
Essa característica, associada aos fatores de ampliação de vagas na área da construção civil e em concentrar na região metropolitana diversas empresas frigoríficas de abate de aves, serviu como um chamariz a presença haitiana no município.

O Paraná que tinha um contingente de 3.660 trabalhadores estrangeiros em 2010 registrou em 2015, principalmente com a vinda dos haitianos, 16.622 imigrantes no mercado de trabalho formal. Os cidadãos do Haiti representavam a maior parcela da população estrangeira atuante no mercado de trabalho no Paraná, com 6.989 pessoas. (JAVORSKI, 2018, p. 857).

Os imigrantes residentes na região metropolitana se dirigem a Londrina por ser a sede de instituições importantes para esse grupo social (Polícia Federal, Defensoria Pública da União, Cáritas Arquidiocesana de Londrina, Pastoral do Migrante, entre outros) e por ofertar uma variedade de empregos buscados por esses imigrantes, além de serviços educacionais e de saúde.

Na figura abaixo destacamos as regiões e bairros que segundo informações coletadas nas entrevistas para a pesquisa de campo, concentram a comunidade haitiana na região metropolitana de Londrina.

Figura 3: Concentração populacional de imigrantes haitianos na região metropolitana de Londrina.



Fonte: Google Maps.

<https://www.google.com.br/maps/place/Regi%C3%A3o+Metropolitana+de+Londrina,+PR/@-23.2671028,-51.2055297,12z/data=!4m5!3m4!1s0x94eb6e9f05afe8c3:0x98c1a7e66272db80!8m2!3d-23.3817411!4d-51.1162675>> acesso em 06 de julho de 2018.

Conforme demonstrado na imagem, atualmente os haitianos residem em maior número na região noroeste de Londrina, nos bairros denominados de Santo André, Santa Rita e Maria Lucia e na região Sul de Cambé nos bairros Ana Rosa e Jardim Santo Amaro. Segundo a Cáritas Arquidiocesana de Londrina, referência no atendimento dessa população, a escolha desse território para moradia está

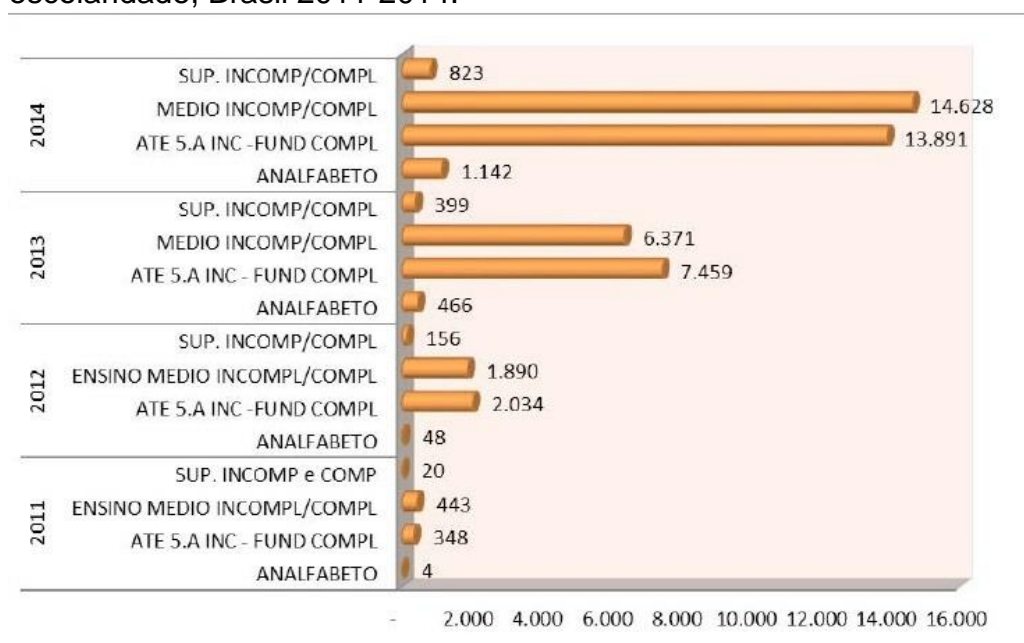
vinculado ao baixo custo do aluguel e a não exigência de avalista no momento da locação do imóvel. Outro ponto importante é em relação à proximidade com as empresas contratantes.

Ainda no que tange ao local de moradia, é importante destacar que a proximidade entre Londrina e Cambé é mínima, muitas vezes dividida por uma rua, o que historicamente reúne esses dois municípios na discussão territorial quanto às responsabilidades nas ofertas de serviços aos moradores da região.

Quando procuram o atendimento da Cáritas Arquidiocesana de Londrina e do Serviço Pastoral do Migrante da Arquidiocese de Londrina, objetiva acessar informações, resolver questões documentais e encaminhamentos para serviços sociais, em que pese às políticas educacionais.

Enquanto foco e recorte desta pesquisa, destacamos no quadro abaixo o perfil educacional dos haitianos residentes no sul do país e no distrito federal, que reflete de modo geral a característica educacional desse imigrante residente no Brasil.

Gráfico 6: Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo a escolaridade, Brasil 2011-2014.



Fonte: A imigração haitiana no Brasil: características sócio demográficas na região Sul e no Distrito Federal. 2016, p. 44. <<http://obmigra.mte.gov.br/index.php/publicacoes-obmigra>> Acesso em 08.06.2018.

Como podemos observar, dentre os haitianos que adentraram o Brasil nos anos de 2011 a 2014 há maior expressividade aos que possuem o ensino médio

completo ou incompleto, o que sugere a necessidade um maior empenho e atuação dos governos estaduais no sentido de garantir a esses imigrantes a validação e o reconhecimento de seus certificados e a reinserção nos espaços educativos.

Para os imigrantes haitianos adultos que queiram retomar os estudos ou revalidar os certificados obtidos no Haiti, visando sua integração ao contexto brasileiro e desempenhar suas atividades laborais na área de formação, depara-se com diversas barreiras que impedem sua inserção educacional. Dentre essas barreiras destacamos:

1. Validação dos documentos pelo consulado;
2. Reconhecimento da certificação escolar e equivalência;
3. Acesso ao ensino da língua portuguesa/idioma;

De acordo com o Ministério da Educação, o Brasil não possui nenhum acordo de reconhecimento automático de diplomas de curso superior, portanto, as regras são as mesmas para todos os países, os diplomas e históricos escolares precisam ser legalizados nos Consulados dos países onde os estudos foram realizados.

A legalização consular de seus documentos estudantis é um grande desafio, pois além do custo desse procedimento, há a dificuldade para a localização desses documentos, quando esses existem, pois não esqueçamos que a diáspora haitiana ao Brasil ocorre após um terremoto que destruiu importantes instituições e os acervos documentais do país.

Destacamos ainda que para a apresentação dos documentos estudantis (histórico escolar e certificado de conclusão de curso) e documentos pessoais (passaporte, certidão de nascimento, casamento, entre outros) os mesmos precisam ser traduzidos por um tradutor juramentado mesmo sendo validados pelo consulado.

Nesse quesito destacamos que no Estado do Paraná há 35 tradutores juramentados²³ para o idioma francês, sendo que 32 atuam em Curitiba, 01 em Foz do Iguaçu, 01 em Londrina e 01 em Quatro Barras.

Ainda de acordo com a tabela de emolumentos publicada na Portaria da Junta Comercial do Paraná nº 55/2010, o valor da tradução de textos especiais ou textos jurídicos, técnicos, científicos, comerciais, inclusive bancários e contábeis, certificados e diplomas e documentos escolares, possuem um valor de R\$ 54,00 a tradução, limitado a 1.000 caracteres sem espaço. Ou seja, o custo e o tempo

²³ Dados extraídos da Junta Comercial do Estado do Paraná.

despendido para o acesso a esses documentos, demandam condições financeiras, dedicação e empenho por parte do imigrante.

Quanto a revalidação de diploma de ensino superior emitido no exterior, o Ministério da Educação - MEC, orienta que para ter validade nacional, o diploma de graduação ou pós graduação precisa ser revalidado por uma universidade brasileira pública que tenha curso igual ou similar reconhecido pelo governo, e que cada IES possui um limite de análises por período letivo, segundo Resolução CNE/CES nº03/16:

Art. 3º Os diplomas de graduação obtidos no exterior poderão ser revalidados por universidades públicas brasileiras, regularmente credenciadas, criadas e mantidas pelo poder público, que tenham curso reconhecido do mesmo nível e área ou equivalente. (CNE/CES, 2016).

Com a publicação da Portaria Normativa nº 22/16 pelo MEC, as universidades passaram a utilizar a plataforma Carolina Bori²⁴ com o objetivo de: Artº. 5: “subsidiar a execução e a gestão dos processos de revalidação e reconhecimento de diplomas”, pois a plataforma disponibiliza todos os cursos de graduação e programas de pós-graduação para a análise da revalidação, respeitando o limite por IES.

Para a revalidação de diploma de graduação, são exigidos os seguintes documentos:

Seção I

Da Documentação de Revalidação

Art. 12 - Os requerentes deverão instruir os pedidos de revalidação com os seguintes documentos:

I - cópia do diploma;

II - cópia do histórico escolar, no qual devem constar as disciplinas ou atividades cursadas e aproveitadas em relação aos resultados das avaliações, bem como a tipificação e o aproveitamento de estágio e outras atividades de pesquisa e extensão;

III - projeto pedagógico ou organização curricular do curso, indicando os conteúdos ou as ementas das disciplinas e as atividades relativas à pesquisa e extensão, bem como o processo de integralização do curso, autenticado pela instituição estrangeira responsável pela diplomação;

²⁴ Informação disponível em: <http://www.ufpr.br/portafulpr/noticias/solicitacoes-de-revalidacao-de-diplomas-de-graduacao-estrangeiros-devem-ser-feitas-pela-plataforma-carolina-bori/> acesso em 05/10/2018.

IV - nominata e titulação do corpo docente responsável pela oferta das disciplinas no curso concluído no exterior, autenticada pela instituição estrangeira responsável pela diplomação;

V - informações institucionais, quando disponíveis, relativas ao acervo da biblioteca e laboratórios, planos de desenvolvimento institucional e planejamento, relatórios de avaliação e desempenho internos ou externos, políticas e estratégias educacionais de ensino, extensão e pesquisa, autenticados pela instituição estrangeira responsável pela diplomação; e

VI - reportagens, artigos ou documentos indicativos da reputação, da qualidade e dos serviços prestados pelo curso e pela instituição, quando disponíveis e a critério do requerente. (BRASIL, 2016).

Quanto aos custos acerca do processo de solicitação de revalidação/reconhecimento, cabem as instituições de ensino superior definir as taxas, conforme Art. 10 - As taxas correspondentes à revalidação e ao reconhecimento de diplomas serão fixadas pela instituição revalidadora/reconhecidora, considerando os custos do processo. (BRASIL, 2016).

Conforme consta na Resolução nº 10/2017²⁵ do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Paraná - UFPR, o custo para a abertura do processo de revalidação de diploma de graduação é de R\$ 730,00, adicionados da emissão de segunda via e demais documentos, quando aceito, não sendo possível identificarmos o valor final do trâmite.

Na Universidade Estadual de Londrina, os custos para revalidação de diploma de graduação são definidos pela Resolução CA nº 007/2009²⁶, a qual estipulou o valor de R\$ 1.000,00. Já para o reconhecimento de cursos de pós-graduação os valores equivalem às bolsas de mestrado e doutorado.

Vale ressaltar ainda que a Portaria Normativa nº 22/16 do Ministério da Educação, em seu artigo 14 refere que:

Art. 14 - Refugiados estrangeiros no Brasil, que não estejam de posse da documentação requerida para a revalidação e outros casos justificados e instruídos por legislação ou norma específica, poderão ser submetidos a prova de conhecimentos, conteúdos e habilidades relativas ao curso completo, como forma exclusiva de avaliação destinada ao processo de revalidação.

²⁵ Resolução disponível em: <http://www.prograd.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2017/08/RESOLUCAO-10-17-CEPE-1.pdf> e <http://www.geografia.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2012/12/Resolu%C3%A7%C3%A3o-COPLAD-n%C2%BA-16-17-Taxas-de-registro-2017.pdf> acesso em 22/04/2018.

²⁶ Resolução disponível em: http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/resolucoes/2009/resolucao_07_09.pdf acesso em 22/04/2018.

Parágrafo único - Para fins do disposto neste artigo, o requerente deverá comprovar sua condição de refugiado por meio de documentação específica, conforme normas brasileiras, anexando ao processo a documentação comprobatória dessa condição, emitida pelo Conselho Nacional de Refugiados do Ministério da Justiça – CONARE-MJ. (BRASIL, 2016).

No intuito de ampliar o conceito de direito a educação, o Programa de Apoio ao Acesso e Permanência para a Formação do estudante da UEL - PROPE, com o apoio de grupos de pesquisa e extensão da universidade e em conjunto com instituições não governamentais de defesa dos imigrantes/refugiados, protocolaram em abril de 2018 na Reitoria da IES uma carta visando:

A defesa da isenção de taxas de revalidação de diplomas de graduação e de pós-graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior, requerida por imigrantes, em situação regular, de forma provisória ou permanente, em condição de vulnerabilidade socioeconômica, residentes no estado do Paraná. (PROPE, 2018).

Essa solicitação se faz frente aos custos do processo de revalidação dos documentos, bem como o contexto econômico e social do imigrante, refugiado ou não, ampliando o conceito para àqueles que não tenham condições de arcar com os cursos, defendendo o “efetivo direito para que possam reconstruir suas redes de pertencimentos, seus elos familiares, ou seja, para que sejam produtivos e felizes em nosso país”. (PROPE, 2018). Essa solicitação amplia o conceito de direito ao retorno educacional e o reconhecimento da cidadania do imigrante residente no país.

Em continuidade ao processo investigatório no que tange à garantia do direito à educação, referente aos certificados de ensino fundamental e médio, completos ou incompletos, a revalidação dos estudos realizados no exterior é de incumbência das secretarias estaduais de educação. No Estado do Paraná essa prerrogativa está garantida na Instrução nº10/10 – SEED/DAE/CDE, que instrui: Compete aos Núcleos Regionais de Educação acompanhar, orientar e supervisionar os Estabelecimentos de Ensino sob sua jurisdição, os alunos e os interessados. Para tanto, o interessado deverá apresentar:

2.2 DOCUMENTOS ESCOLARES:

2.2.1 Comprovantes de escolaridade expedidos pela escola estrangeira, com assinaturas das autoridades escolares, originais e fotocópias, com registro das séries cursadas, ano letivo, disciplinas, avaliações e resultado final, devendo conter:

- tradução por tradutor juramentado, exceto quando se tratar de documentos originais da Língua Espanhola;
- visto do Cônsul Brasileiro no país de origem do documento, exceto para:
 - documentos escolares provenientes dos países parte do MERCOSUL (Argentina, Paraguai e Uruguai);
 - documentos escolares expedidos em outros países, desde que encaminhados por via diplomática;
 - documentos escolares expedidos por instituições de ensino da França. (PARANÁ, 2010, p. 4).

Conforme podemos verificar na citada instrução, não há uma regulamentação que flexibilize para o estrangeiro que tenha migrado em um contexto de crise um atendimento ou orientação diferenciada, mas as regras se aplicam a todos os casos, sendo um dificultador no que tange ao acesso de documentos emitidos pelas instituições escolares no exterior, no custo da tradução juramentada, no visto do consulado brasileiro, entre tantas outras exigências que inibem o imigrante no processo de revalidação de seus documentos.

Ainda na mesma instrução, destacamos os itens abaixo elencados:

2.3 PROCEDIMENTOS

d) Estudo comparativo do currículo escolar estrangeiro com o brasileiro pela Comissão de Professores, designada pela Direção do Estabelecimento de Ensino, para determinar a equivalência e as disciplinas que devem ser objeto de adaptações do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio, ou as disciplinas que devem ser cursadas no Ensino Fundamental – EJA, ou no Ensino Médio – EJA, para fins de integralização do currículo obrigatório.

e) Expedição pela Comissão de Professores, após o estudo comparativo dos currículos, de Declaração de Equivalência de Estudos Incompletos (Anexo II ou Anexo III para EJA), determinando a série/ano/ciclo, em que o aluno tem direito a matrícula e às adaptações/séries/ano, ou determinando as disciplinas que o aluno concluiu e as que deverá cursar no Ensino Fundamental – EJA, ou no Ensino Médio - EJA. (PARANÁ, 2010, p.5).

Nesse item da instrução destacamos o papel fundamental exercido pela política de educação de jovens e adultos, como estratégia de atendimento a esse público, trazendo a tona o debate sobre uma política que transcende o conceito de política compensatória, tendo em vista a dívida educacional brasileira para com sua

população. Segundo Pierro e Haddad (2015), a Política de Educação de Jovens e Adultos no Brasil fortaleceu-se nos últimos anos, contudo ainda carrega grandes desafios como:

[...] implantar uma cultura de direitos educativos, em particular do campo da Educação ao Longo da Vida, em que ações efetivas permitam a sua plena realização, pressionando para superar as insuficientes políticas educacionais, ao mesmo tempo estimulando a participação social por transformar demandas e direitos educativos em compromissos efetivos. (PIERRO; HADDAD, 2015, p. 214).

Além disso, outro desafio especificamente para o estrangeiro perpassa ao ensino do idioma da língua portuguesa. Nesse aspecto identificamos a presença de instituições não governamentais que organizam voluntariamente aulas de português para imigrantes, respondendo rapidamente aos anseios daqueles que chegam ao país.

Enquanto política pública, no Estado do Paraná, em 2014 foi elaborada e lançada pelo Comitê Estadual para Refugiados e Migrantes o “Plano Estadual de Políticas Públicas para a Promoção e Defesa dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátrida”, uma das poucas iniciativas encontradas em âmbito nacional.

De acordo com o relato da Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, na apresentação do Plano.

[...] composto por propostas exequíveis, que desdobram em metas, prazos, indicação orçamentária, estão dados os primeiros passos para o grande desafio que é, mais do que acolher, reconhecer os direitos sociais e civis e oferecer oportunidades concretas de inserção econômica a essas pessoas que enxergaram no nosso país a perspectiva de projetarem o seu futuro e de suas famílias. (PARANÁ, 2014, p. 11).

No plano estão previstos ações e metas direcionadas as Políticas de Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança Pública, Trabalho, Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, a serem executadas em até quatro anos.

A meta prevista no eixo Educação assegura a seguinte ação: Garantir o pleno acesso para Migrantes, Refugiados e Apátridas à educação em todos os níveis e modalidades de ensino, conforme imagem abaixo.

Tabela 2: Plano Estadual de Políticas Públicas para a Promoção e Defesa dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas – Metas Educação.

AÇÕES	METAS	INDICADORES	PARCERIAS	PRAZO	ORÇAMENTO
1. Articular a inserção da temática da Migração, Refúgio e Apátrida em espaços educativos e de formação.	<p>1.1 Incluir a temática da Migração, Refúgio e Apátrida de forma transversal nos currículos estaduais e municipais.</p> <p>1.2 Estabelecer parcerias com universidades e centros universitários que pesquisem o tema.</p> <p>1.3 Realizar seminários, palestras e cursos sobre a temática da Migração, Refúgio e Apátrida.</p>	Realização de seminários, cursos e palestras.	Comitê Estadual para Refugiados e Migrantes do Paraná (CERM), Instituições de Ensino Superior (IES Federais e Estaduais), Secretaria de Estado de Educação (SEED), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Instituto Federal do Paraná (IFPR), Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI).	Contínuo	2015-2018
2. Desenvolver programas de Ensino de Língua Portuguesa para Migrantes, Refugiados e Apátridas.	Construir parcerias com entidades que promovam o Ensino de Língua Portuguesa para Migrantes, Refugiados e Apátridas.	Cursos de Língua Portuguesa.	Comitê Estadual para Refugiados e Migrantes do Paraná (CERM), Secretaria de Estado de Educação (SEED), Instituições de Ensino Superior (público e privado), Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI).	Contínuo	2015-2018
3. Estimular e desenvolver programas de Ensino de Língua Estrangeira para funcionários e agentes dos órgãos públicos que atendem as comunidades de Migrantes, Refugiados e Apátridas.	Construir parcerias com entidades que promovam o Ensino de Língua Estrangeira para a equipe de funcionários dos órgãos públicos que atendem as comunidades de Migrantes, Refugiados e Apátridas, que não tenham fluência na língua do público atendido.	Cursos de Língua Estrangeira.	Comitê Estadual para Refugiados e Migrantes do Paraná (CERM), Secretaria de Estado de Educação (SEED), Instituições de Ensino Superior (público e privado), Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI).	Contínuo	2015-2018
4. Garantir o pleno acesso para Migrantes, Refugiados e Apátridas à educação em todos os níveis e modalidades de ensino.	Realizar análise dos currículos para reinserção do estrangeiro na Educação Básica e Ensino Superior	Acolhimento de 100% dos solicitantes de ingresso.	Secretaria de Estado de Educação (SEED), Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Instituto Federal do Paraná (IFPR).	Contínuo	2015-2018

Fonte: < <http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/2015/PlanoEstadualMigranteRefugiadoParana.pdf> > Acesso 02.04.2018.

Dentre as ações previstas no Plano destacamos o item 4. que traz como meta realizar análise dos currículos para reinserção do estrangeiro na Educação Básica e Ensino Superior. Identificamos em pesquisa realizada na página da Secretaria Estadual de Educação - SEED, somente a instrução 10/10, já abordada que trata da análise de currículos.

Quanto ao item 2., somente em dezembro de 2017 foi publicado a Instrução Normativa nº 24/2017²⁷ da Superintendência de Educação do Estado do Paraná, a qual prevê a oferta de curso de “Português para falantes de outras línguas a fim de Promover a integração do Falante de Outras Línguas com a cultura brasileira e

²⁷ Instrução normativa que institui o curso de português para falantes de outras línguas, disponível em: http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes2017/instrucao242017_sued_seed.pdf acesso em 26.06.2018.

paranaense por meio da Língua Portuguesa, em nível básico”. A ementa do curso prevê:

[...] carga horária de 160hrs, e a capacidade para compreender e utilizar, em interações, gêneros textuais relacionados às situações familiares e cotidianas, realizando produções textuais orais e escritas (descrevendo, expondo e narrando), em nível básico. (PARANÁ, 2017).

Importante frisar que somente após quatro anos da publicação do Plano, um primeiro passo é dado no intuito de inserir o imigrante nos espaços escolares. Veremos a seguir as experiências na inserção educacional de imigrantes haitianos no município de Londrina estado do Paraná.

5.3 Serviços educativos formais e não formais: as perspectivas educacionais dos imigrantes haitianos no município de Londrina.

Com o intuito de responder ao objetivo dessa pesquisa, a partir do entendimento do papel desempenhado pelas políticas educacionais brasileiras para o atendimento de grupos específicos, que apresentamos a análise das entrevistas realizadas junto aos serviços educativos atualmente ofertados aos imigrantes haitianos no município de Londrina, sob a perspectiva do responsável pela oferta do serviço e dos participantes educandos, ou seja, os imigrantes haitianos.

Iniciamos a pesquisa através de contato a Cáritas Arquidiocesana de Londrina/Pastoral do Migrante e com a Secretaria Municipal de Educação, que sabíamos previamente ofertavam serviços educativos voltados aos estrangeiros no município.

As entrevistas foram realizadas a partir de um agendamento prévio e tendo em mãos um roteiro de entrevista semi-estruturada, que anexamos no apêndice dessa dissertação. Foram realizadas duas entrevistas, com o responsável legal de cada um dos serviços.

Num segundo momento, foram realizadas as entrevistas com os imigrantes haitianos. Entrevistamos um total de 06 haitianos, sendo que destes, dois representando a Secretaria Municipal de Educação²⁸ e quatro representando o

²⁸ Na metodologia da pesquisa havíamos definido que entrevistariamos três haitianos por serviço educativo, contudo no serviço educativo ofertado pela Secretaria Municipal de Educação há atualmente dois educandos, o que justifica essa alteração.

serviço educativo ofertado pela Pastoral do Migrante²⁹, com o intuito de desvendar como se deu a inserção dos mesmos nos processos educativos e as perspectivas educacionais frente aos serviços educativos, formal e não-formal ofertado.

Traremos para a análise trechos das respostas dos entrevistados evidenciando seus objetivos e perspectivas sob os dois olhares: olhar do responsável legal e olhar do educando haitiano. Será mantido o sigilo quanto à identificação dos entrevistados e ela se dará pela inicial dos nomes, o serviço educativo ao qual está vinculado, e no caso do imigrante a idade e o tempo de residência no país. O nome dos serviços educativos também será abreviado, sendo: Serviço Pastoral do Migrante – SPM e Secretaria Municipal de Educação – SME.

Para organizarmos essa análise, dividimos os relatos em quatro grandes categorias que dialogam entre si, elencadas em: oferta do curso e motivação para o retorno educativo, características, objetivo e forma de organização e perfil educativo, política educacional e perspectivas educacionais e por fim trabalho, sendo essa a categoria mestra que norteou toda a construção teórica da pesquisa. Para cada uma dessas categorias, buscaremos identificar os elementos que contribuam na síntese do objeto da pesquisa.

5.3.1 Oferta do curso e motivação para o retorno educativo.

A primeira entrevista ocorreu com a responsável pela oferta do serviço da Pastoral do Migrante, a qual relatou que a oferta pioneira do serviço denominado “português para imigrante” foi a Cáritas Arquidiocesana de Londrina, tendo em vista que a instituição possui entre suas diretrizes a de atender e acolher imigrantes. Ainda, relata que a primeira turma foi formada no município de Cambé nos bairros: Jardim Santo Amaro e Jardim Ana Rosa, locais esses de moradia dos haitianos, e que há outra experiência de oferta no município de Rolândia³⁰, através de um grupo de voluntários.

Logo, identificamos a participação da sociedade civil que prontamente respondeu as demandas emergenciais dos imigrantes e reiteramos os aspectos da

²⁹ Realizamos quatro entrevistas no Serviço Pastoral do Migrante, para atender ao número final inicialmente delimitado de seis entrevistados.

³⁰ Os municípios de Cambé e Rolândia integram a região metropolitana de Londrina e são sedes de grandes frigoríficos de abate de aves, sendo esses os principais empregadores de mão de obra imigrante na região, portanto, possuem grande concentração de imigrantes residindo nesses locais.

reforma do estado brasileiro que transferiu o enfrentamento das questões sociais para o terceiro setor e assumindo um papel de gestor de políticas públicas, conforme identificamos na Declaração de Hamburgo, que infere que o papel do Estado está em transformação, sendo que “ele não é apenas um mero provedor de educação para adultos, mas também um consultor, um agente financiador, que monitora e avalia ao mesmo tempo.” (UNESCO, 1999, p. 21-22).

Quando questionada sobre a atual oferta de serviços educativos, a responsável nos informou que há turmas nos municípios de Cambé e Londrina, sendo que em Londrina o serviço é ofertado na Catedral Metropolitana.

A pastoral do migrante é quem coordena os cursos de português para imigrante de Londrina e Cambé. E aqui (Londrina) inclui, sobretudo haitianos, mais na Catedral tem venezuelanos, depois tem Benin e claro Bengaleses. Esse curso de português na Catedral começou em 2016. (I.F – SPM).

A Pastoral do Migrante, a partir de 2016 assumiu a organização dos cursos de português, até então sob responsabilidade da Cáritas Arquidiocesana de Londrina. Conforme a responsável, o serviço não é voltado apenas para imigrantes haitianos, mas, atendem a diversas nacionalidades, o que demonstra que o sul do Brasil e mais especificamente o interior do Paraná tem absorvido um variado fluxo imigratório, sendo essa uma realidade constante e objeto de futuras pesquisas.

Quanto à necessidade ou motivação para a oferta do serviço aos imigrantes, a responsável indica que:

[...] todo o estrangeiro quando chega no país, ele já pergunta pelo estudo. Tudo bem, eles entendem que precisa aprender o português, mas eles já vem, (e dizem) “olha, tenho diploma”, mostra diploma, “como estudar?”. Eles querem dar continuidade, eles procuram pelo emprego e querem dar continuidade. Agora como dar continuidade né, aos cursos, aquilo que eles já tem do seu país sem aprender o idioma, então essa é a necessidade, tanto a Cáritas como a Pastoral. Em todos os países, já que o Estado não oferece, (não ofereciam, agora que está oferecendo), to dizendo aqui da região de Londrina, né, é curso/aula de português para estrangeiro, coube a Cáritas, coube a Pastoral ter essa iniciativa. Mas eles não se contentam apenas a aprender o português, eles querem revalidar. (I.F – SPM).

Nesse relato verificamos o anseio pelo retorno escolar demonstrado pelo imigrante quando chega para o atendimento no serviço e a expectativa demonstrada

em relação à validação dos estudos já realizados e principalmente a aprendizagem do idioma, como o maior limitador para o acesso ao trabalho e inserção na sociedade.

Reiteramos assim nossa justificativa de que a educação desempenha o papel de socialização do conhecimento, do desenvolvimento das capacidades humanas e sociais, o retorno às atividades produtivas e, portanto a superação da condição de vulnerabilidade que os imigrantes haitianos estão expostos.

Verifica-se ainda que o serviço preocupa-se com a oferta do ensino do idioma, sendo esse seu principal objetivo. Destacamos a crítica ao poder público, por não “oferecer” serviços educativos que atendam a necessidade do estrangeiro. Reiterando, como já vimos à transferência para a sociedade civil organizada da responsabilidade que deveria ser assumida pelo Estado.

No contexto da entrevista, a responsável pelo serviço menciona que o poder público “agora está oferecendo”, serviços educativos. Ela se refere ao curso de Português para Falantes de Outras Línguas, publicado por meio da instrução normativa nº 24/2017 da Superintendência de Educação do Estado do Paraná como já abordado na seção anterior. Na avaliação da responsável pelo serviço do SPM:

[...] o núcleo (Núcleo Regional de Educação), pediu, nos informou que a partir de tal mês, desse ano, não final do ano ainda (2017), em outubro/novembro do ano passado dizendo que o governo tinha autorizado/liberado aulas de português pelo Estado e que haveria três locais aqui em Londrina, pedindo para a Pastoral fazer contatos, porque nós, na Pastoral tínhamos esse contato. Avisamos os imigrantes, mas veja bem, os locais que eles colocaram, um seria aqui no centro no colégio Vicente Rijo. No Vicente Rijo não é um local de fácil acesso pra eles, e também a questão do horário, muitos chegavam do trabalho e como se deslocar? Transporte sabe? Pagar, então não deu certo no Vicente Rijo e não fechou turma. No Polivalente que é ali na zona oeste, o horário que eles colocaram é das 4 as 6 da tarde, só pode ir quem está desempregado, mas mesmo os que estão desempregados, quando eles saem a procura de uma diária, sai a procura de um serviço, não vão. Que eu sei tem dois, que eu sei. (I.F – SPM, grifo nosso).

Como identificado na pesquisa documental, há normativas legais que tratam especificamente da inserção educacional de estrangeiros³¹ no ambiente escolar, contudo, sob o olhar do método de abordagem do ciclo de políticas, entendemos

³¹ Instrução nº. 10 de 18 de novembro de 2010 - SEED/DAE/CDE. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/instrucao102010seeddaecde.pdf>

que as políticas não são lineares e sofrem influências do contexto para a sua operacionalização. Quando às políticas foram pensadas e redigidas não previa-se a conjuntura de migrações em massa com cunho humanitário e/ou de refúgio.

Ainda, entendemos que as instruções e normativas não foram suficientemente publicizadas para que a sociedade civil organizada ou não possam compreendê-las e indicá-las como meios de alcançar suas demandas.

Verificamos também em seu relato que em 2018 foram ofertadas duas turmas de português para falantes de outras línguas, estando uma turma localizada em um colégio no centro da cidade e que devido à dificuldade de locomoção o Núcleo Regional de Ensino – NRE, não fechou turma. Outra turma foi aberta no Colégio Polivalente na região oeste de Londrina, conhecida como uma região que concentra um número expressivo de imigrantes haitianos, contudo o horário da oferta não respeita a característica de uma população que necessita do trabalho para sua sobrevivência.

Ainda sobre a oferta dos serviços educativos pelo SPM, foi nos informado que em Londrina haveria duas turmas, sendo uma localizada na Catedral, “para atender os imigrantes localizados aqui no centro de Londrina, sobretudo bengaleses e haitianos, que começou com bengaleses e depois que ingressaram os haitianos e agora têm sírios também” (I.F – SPM) reforçando que essa turma localizada no centro da cidade atende a outras nacionalidades de imigrantes e refugiados residentes nesse território, e uma segunda turma no salão da Paróquia São Judas Tadeu, localizado também na região Oeste da cidade, “aulas de português começaram no salão da paróquia, com voluntária e depois passou a funcionar no CAIC anexado a EJA”. (I.F – SPM).

A escolha desse território, segundo a responsável pelo serviço, é pelo custo da moradia, local onde encontram aluguéis acessíveis e uma rede de proteção que se forma pela concentração espacial do grupo de haitianos.

Com essa informação, buscamos o contato com a Secretaria Municipal de Educação – SME, no intuito de conhecer a oferta de serviço educativo. Conforme a coordenadora da Educação de Jovens e Adultos, a demanda foi levada à SME por uma professora da rede municipal que também realizava um trabalho voluntário em conjunto com o SPM, ofertando curso de português para imigrantes no salão paroquial, segundo seu relato:

Surgiu dela essa demanda, ela os atendia no espaço do Jardim São Tomás que era também o espaço de uma igreja católica, que já não comportava mais todos eles, aí ela tinha dificuldade também em relação alimentação, na questão do currículo. Porque ela já fazia o trabalho com eles, do português estrangeiro com a língua francesa, com o inglês, conforme eles já falavam, com um trabalho voluntário. (D.S – SME).

Até meados de 2017 não havia envolvimento da SME com a demanda dos imigrantes adultos no município de Londrina, tomando conhecimento a partir do trabalho paralelo e voluntário de um profissional da rede. Contudo, frisamos que, conforme relato da coordenadora, houve um olhar técnico para essa demanda e então uma oferta diferenciada dentro da modalidade da EJA.

[...] com a diversidade (dos alunos estrangeiros), pois uns já tinham estudo básico trazido de lá, do Haiti, outros já tinham o nível superior e alguns não tinham nenhum nível de estudo, nenhuma escolaridade, e com esse trabalho da professora, fantástico, ela tinha um empecilho, um impedimento, que ele não certificava então os haitianos não poderia dar continuidade aos seus estudos, pra ter a certificação brasileira, então ela nos procurou. (D.S – SME).

Denota-se o olhar técnico da professora para a oferta de um serviço, até então de maneira não formal, mas que no futuro se tornaria um empecilho para o imigrante acessar uma certificação brasileira. Nesse sentido:

Nós (SME) entendemos que é nosso dever enquanto serviço, enquanto política pública atender a todas essas demandas, a todas as necessidades e considerando essas especificidades, então a gente pesquisou, a gente procurou e criamos uma nova forma de oferta, a oferta da EJA educação de jovens e adultos dos anos iniciais no formato de 3 etapas, então eles, (haitianos) com essa dificuldade de trabalho, muitos já estavam trabalhando outros buscando trabalho, outros tendo atendimento na Cáritas, [...] eles tinham dificuldade para estar nas escolas todas as noites os cinco dias da semana, e a professora me disse que também não funcionava todo os dias com eles, então nós acolhemos a professora sendo remunerada e criamos essa oferta de três dias na semana. Então ela dava aula para eles as segundas, terças e quarta feiras, nós fizemos uma pesquisa com eles, de quais seriam os melhores dias para eles estarem na escola e eles foram estudar na Escola Municipal Mari Carreira Bueno (CAIC). (D.S – SME).

Importante observar que a SME quando acolheu essa demanda, incorporou as orientações dos organismos internacionais e passou a discuti-las enquanto ação

que envolve uma política educacional, respeitando as características e especificidades desse público e adequando o serviço a uma política já em desenvolvimento, ou seja, a educação de jovens e adultos.

Na concepção do grupo de imigrantes entrevistados, a inserção educacional é condição para o exercício da cidadania no país de residência. O perfil dos entrevistados apresenta características diferenciadas, como por exemplo, o tempo de residência no país, a idade, a formação, os anseios nessa nova etapa, como veremos na tabela abaixo.

Tabela 3 – Perfil educativo dos entrevistados.

Identificação	Escolaridade	Observações
(I.T - EJA, 59 anos, 3 anos e meio no Brasil).	Ensino médio incompleto.	Estudei 7 anos no Haiti, ia terminar o 2º grau.
(J.J – SPM, 25 anos, 2 anos no Brasil).	Ensino médio completo	Eu não fiz faculdade porque eu terminei em agosto (ensino médio) e em novembro cheguei aqui.
(B.J.F – SPM, 26 anos, 03 meses no Brasil).	Formação técnica-profissional.	No Haiti eu estudava também eu já tenho um treinamento em construção, em painel solar e instalação e eu já estudei mecânica, eu tenho também um treinamento de encanamento de água e energia.
(M.C - EJA, 34 anos, 05 anos no Brasil).	Analfabeto	Não estudei nada, só cheguei a fazer alfabeto, eu sei mais ou menos A, B, C, mais ou menos. É difícil, estou aprendendo

		agora.
(C.F – SPM, 25 anos, 4 meses no Brasil).	Ensino médio completo	Minha mãe me ajudou a vir ao Brasil para estudar. Eu gosto, eu conversei isso com eles e eles aceitaram.
(J.M.J – SPM, 43 anos, 11 meses no Brasil).	Superior incompleto	No Haiti já passei dois anos de psicologia e 02 anos de direito. Tenho papeis aqui. Não terminei por falta de dinheiro

Fonte: Elaboração da autora com base nas entrevistas qualitativas realizadas.

Ainda verificamos que a motivação para a imigração encontram similaridades que giram em torno da falta de trabalho e oportunidades de vida no Haiti, marcados pelo terremoto e pela condução política e econômica do país. Quanto à opção pelo Brasil, identificamos nos relatados trechos que validam o contexto de crise econômica internacional e o fechamento das fronteiras comumente escolhidas para a migração.

Escolhi o Brasil, porque o Brasil que abriu as portas para todos estrangeiros chegaram aqui. Nenhum outro país abriu as portas assim que nem o Brasil para o estrangeiro, só o Brasil, então tivemos que escolher o Brasil né...Não tinha outra escolha, o Brasil que abriu as portas pra nós. (M.C - EJA, 34 anos, 5 anos no Brasil).

Ou seja, essa fala consolida os dados já apresentados na pesquisa, de que o Brasil nunca foi à primeira opção, mas que foi o único a “abrir as portas” na percepção dos haitianos. Quanto ao desejo pelo retorno educacional, o haitiano B.J.F, deixa claro esse objetivo.

É estudar e trabalhar no Brasil. [...] Eu vim para o Brasil e eu quero estudar e trabalhar também. No Haiti quanto alguém estuda história no Haiti ele tem menos valor, mas quando ele vai estudar no Canadá, Estados Unidos, França, Brasil, Argentina, ela vai ter mais valor. (C.F – SPM, 25 anos, 04 meses no Brasil).

Merece ênfase o valor que é dado à formação superior obtida no exterior na concepção haitiana. Conforme o entrevistado uma formação superior no Haiti em comparação a uma formação superior em outro país garante ao haitiano maior status quando retorna ao seu país, entretanto, na prática o alcance dessa meta não é facilitado pelas instruções normativas. Segundo o relato do haitiano J.J,

Como já falei, antes de sair do Haiti eu tenho dois objetivos: trabalhar e estudar, mas quando cheguei aqui eu vi as coisas um pouco mais complicado, tem que saber melhor o português e tem o processo de revalidação do documento que parece bem complicado. Por isso eu pensei em fazer o ensino médio de novo, conseguir o diploma e também para ter o reconhecimento do sistema educacional do Brasil e melhorar o português também. (J.J – SPM, 25 anos, 2 anos no Brasil).

Merece destaque esse relato, pois o mesmo concluiu o ensino médio no Haiti, mas encontrou muita dificuldade com o idioma, bem como na burocracia para o processo de revalidação de seus documentos estudantis, optando em cursar novamente o ensino médio no Brasil.

Quando cheguei aqui foi muito complicado, porque não sabia nada em português, eu sei um pouco de inglês. Dai cheguei e a Irmã (que o atendeu na Pastoral do Migrante) conversei com ela em inglês e depois comecei na aula de português para apreender e agora comecei a melhorar um pouco. (J.J – SPM, 25 anos, 2 anos no Brasil).

Sua fala reforça o valor dos dois serviços ofertados, sendo um com ênfase ao ensino do idioma e o outro enquanto um sistema educacional que legitimará a escolaridade no Brasil. Já segundo outro entrevistado,

Eu preciso estudar e estou me esforçando muito. Na empresa eu preciso escrever, algumas integrações que eu vou é preciso à escrita, se fosse só em conversa, seria outra coisa. Mas eu preciso escrever também. M.C – EJA, 34 anos, 5 anos no Brasil).

Hoje sua necessidade vai além do aprendizado do idioma, há a necessidade de uma educação complementar que possibilite o ensino da escrita e da interpretação, pois segundo ele a permanência e o desenvolvimento no trabalho exigem do trabalhador adequar-se e responder aos objetivos da empresa.

5.3.2 *Características, objetivo e forma de organização e perfil educativo.*

Como apresentado na seção anterior, os documentos internacionais orientam aos países membros para a oferta de uma educação para todos, inclusive aos imigrantes e/ou refugiados em decorrência de suas vulnerabilidades, do mesmo modo a Constituição Federal brasileira infere que a educação é uma política universal, voltada a todos.

Em âmbito municipal o serviço educativo pioneiro na oferta de curso de português para imigrante, no sentido de atender os recém-chegados no país, foi organizada por uma instituição não governamental que possui uma tradição no atendimento e acolhimento do imigrante, em uma perspectiva não governamental e contando basicamente com a ação voluntária.

Quanto às ações governamentais direcionados a oferta e inserção nos espaços educativos, aos imigrantes adultos, essa ocorre mais tardiamente, sob a modalidade de Educação de Jovens e Adultos ofertado pela Secretaria Municipal de Educação.

No que tange a forma de organização e objetivos, identificamos na primeira oferta um arranjo focalizado no trabalho voluntário, de pessoas que possuem o conhecimento sobre o idioma francês/inglês e a boa vontade em dedicar parte de seu tempo para acompanhar os grupos de imigrantes que buscam aprender o idioma português. Sobre as características e organização, a responsável do SPM infere que os voluntários possuem:

[...] assessoria/ acompanhamento, teve até mês de maio, do professor que é formado nessa área de línguas estrangeiras, de como você ensinar um idioma para estrangeiro, ele foi formado lá na Argentina, tem agora o seu certificado e ele é pastor. Ele também contribuiu conosco na pastoral do migrante e na assessoria desses voluntários tanto da catedral quanto de Cambé, ele fez dois momentos de conversa sobre como dar aula, uma formação, uma capacitação para esses voluntários ai e ele também colaborava com os voluntários. (I.F – SPM).

Ainda sobre a organização da oferta do serviço, podemos caracteriza-lo como uma oferta de educação não formal, considerando que “o grande educador é o “outro”, aquele com quem interagimos ou nos integramos” (GOHN, 2006, p. 29), que aproxima o educando do educador, condicionado pelas relações sociais construídas

no espaço educativo, entretanto, também é marcado pela descontinuidade, visto tratar-se de uma relação informal. Quanto à organização das aulas:

o professor ele tem, ele mesmo tem um material e ele foi oferecendo subsídios tá. E a gente fazia, apostila não, inicialmente eram mais folhas avulsas, tá e muita conversa e muita interação. O professor tem um jeito até de fazer alguns cantos com refrão, alguma brincadeira tá, ele dá essa aula de maneira bem esportiva bem leve, por que a finalidade não é você colocar em uma estrutura que ele se sinta como uma escola e que ele tenha que dar algum resultado para o professor. O importante é estimular o lado emocional, ele mesmo diz, se emocionalmente a pessoa está leve, se sente motivado, ela vai aprender o idioma, se você coloca ele numa estrutura muito exigente de cobrança, ele não vai ter essa facilidade de aprender idioma, ele vai se desestimular. (I.F – SPM).

Essa fala denota o caráter de um ensino não formal, respeitando as características de seu público alvo e contextos em que estão inseridos. O objetivo do serviço é inseri-lo na sociedade a partir de uma leitura do cotidiano, estimulando-o a práticas diárias, nesse sentido o tempo de participação se resume a aprendizagem do idioma e nas relações de convivência e no fortalecimento do grupo, o que nas palavras de Gohn (2006), situa a educação como a troca de saberes e experiências.

A (educação) não-formal ocorre em ambientes e situações interativas construídos coletivamente, segundo diretrizes de dados grupos, usualmente a participação dos indivíduos é optativa, mas ela também poderá ocorrer por forças de certas circunstâncias da vivência histórica de cada um. Há na educação não-formal uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes. (GOHN, 2006, p. 29).

Tal oferta se difere daquela organizada pela SME, em um modelo preocupado com a formalidade, normas, regras e a adequação da oferta nos pressupostos de uma política educacional. Conforme relato da coordenação do serviço, após a migração dos alunos haitianos para a Escola Mari Carrera Bueno, pode-se observar que:

Nós começamos com 15, foram aumentando para 18, para 20 e chegamos a quase 25 educandos matriculados na informalidade, porque era uma oferta ainda não existente. Nós tivemos que regulamentar a oferta, escrever sobre, dar o embasamento teórico e conseguimos a autorização de funcionamento, mesmo a Escola Mari Carrera Bueno tendo autorização de funcionamento da EJA lá, era a

EJA em um formato de duas etapas e ai nos estávamos criando uma nova oferta que ainda não existia , precisávamos da regulamentação e da aprovação junto ao Conselho Municipal de Educação de Londrina – CMEL e também os demais parceiros, como Fórum da EJA, o Ministério Público e tudo mais. (D.S – SME).

Observa-se que após a abertura da turma um número expressivo de educandos passou a demandar pela política educacional, que conforme fala da coordenação, exigiu do poder público embasamento teórico e fundamentação para justificar junto ao Conselho Municipal de Educação a necessidade e requerer a autorização de funcionamento dentro de uma nova especificidade.

A secretaria municipal de educação ela atendia (a EJA) apenas na especificidade de 5 dias semanais e presenciais e é Lei. Então o atendimento dentro da EJA, da Educação de Jovens e Adultos ela só tem essa forma presencial e nós tivemos que pensar numa maneira diferente, em uma especificidade uma vez que a EJA é uma modalidade que atende as especificidades de acordo com as necessidades, nós temos que levar em conta o contexto as experiências e as diferentes necessidades de cada educando, nós pensamos nessa oferta diferenciada, que chamamos de oferta de 3 etapas, então eles vão três dias na semana, o atendimento da alfabetização toda, do processo, ele vai durar no mínimo 3 anos, [...] lembrando que o tempo é de cada educando, cada um tem o seu tempo e isso é muito respeitado. Com os refugiados, haitianos nós pensamos em uma especificidade de oferta, pela dificuldade do trabalho. (D.S – SME).

A iniciativa individual da professora mobilizou a SME culminando na oferta de um serviço público, em um modelo piloto, valorizando e reforçando a política de educação de jovens e adultos, que pôde ser flexibilizada no sentido de valorizar a capacidade de inserção dos imigrantes no ambiente escolar, respeitar os condicionantes externos, por exemplo, o trabalho, enquanto meio de sobrevivência e permanência no país, o contexto educativo individual e coletivo de cada educando, visando a “cidadania, ética, os valores, a diversidade, a questão da emancipação mesmo, sabe da questão política.” (D.S – SME). Reiterando a fala da coordenação do serviço, utilizamos a análise de Lombardi (2010), segundo o autor,

A educação, pois esta é uma dimensão da vida dos homens que, tal qual qualquer outro aspecto da vida e do mundo existente, se transforma historicamente, acompanhando e articulando-se às transformações do modo como os homens produzem a sua existência. A educação (e nela todo o aparato escolar) não pode ser

entendida como uma dimensão estanque e separada da vida social. (LOMBARDI, 2010, p.99)

Sob esse olhar, a oferta do serviço educativo deve respeitar a dimensão da vida dos homens e a transformação do modo em que vivem, inserindo-os na sociedade e no mercado de trabalho. Tal preceito é reforçado entre os objetivos da educação de jovens e adultos segundo a Declaração de Hamburgo.

É essencial que as abordagens referentes à educação de adultos estejam baseadas no patrimônio cultural comum, nos valores e nas experiências anteriores de cada comunidade, e que sejam implementados de modo a facilitar e estimular o engajamento ativo e as expressões dos cidadãos nas sociedades em que vivem. (UNESCO, 1999, p. 20).

Quanto ao perfil educativo do haitiano, identificamos a diversidade de formação nesse universo pesquisado. Dentre os entrevistados, cinco se manifestaram quanto a sua formação escolar e um se apresentou como sem escolaridade, ou seja, refere nunca ter estudado.

Lá eu não cheguei a estudar lá, porque lá, minha mãe e meu pai tinha como, eu não pensei que ia precisar tanto estudar. Agora estou vendo que está fazendo falta. Não estudei nada, só cheguei a fazer alfabeto, eu sei mais ou menos A, B, C, mais ou menos. É difícil, to aprendendo agora com a professora. (M.C - EJA, 34 anos, 5 anos no Brasil).

Há outros dois que referem terem cursado o ensino médio, mas não ter concluído e outro que reforça a importância do ensino profissionalizante na formação, quando reitera ser capacitado em diversas frentes ocupacionais.

Nos chama a atenção a fala do entrevistado J.M.J que refere ter iniciado dois cursos superiores no Haiti e não ter concluído devido a falta de recursos e apoio para a continuidade.

No Haiti já passei dois anos de psicologia e 02 anos de direito. Tenho papéis aqui. Não terminei por falta de dinheiro, tenho filhos, não consegui. Tenho responsabilidade, não posso começar e depois não consegue. Exemplo, se eu tenho filho, tenho que fazer alguma coisa para buscar dinheiro. Não pagava a escola, mas tem que pagar o ônibus, é muito difícil. Quando você tem filho tem que trabalhar para eles. Eu tenho papel que fala que eu já comecei. (J.M.J – SPM, 43 anos, 11 meses no Brasil).

Identificamos nesse entrevistado a frustração em ter iniciado dois cursos de graduação e devido sua responsabilidade enquanto provedor do lar não ter concluído nenhum dos dois. Ainda, em sua fala destacamos o anseio pela comprovação documental de sua formação e a possibilidade do retorno escolar e realização do seu sonho: a graduação.

5.3.3 Política educacional e perspectivas educacionais.

Quando propusemos a discutir as perspectivas educacionais de imigrantes, consideramos o caráter da universalização do direito a educação com a perspectiva de igualdade, justiça social e conseqüentemente melhor condição de vida e trabalho.

Nesse processo investigativo, procuramos desvelar as políticas educacionais que tratam deste direito, buscando encontrar informações que de fato traduzissem como essa oferta é garantida. Logo, procuramos identificar nas falas dos entrevistados o sentido dado à política educacional.

No atendimento aos imigrantes realizado pelo Serviço Pastoral do Migrante, novas perspectivas educacionais são entendidas no contexto da validação do ensino iniciado no país de origem.

Pra revalidação do ensino médio, eles (haitianos) fizeram a prova, mas não conseguiram ser aprovados e viram a necessidade de se aprofundarem melhor no português, mesmo entendendo o português, eles têm que aprofundar, porque as questões que vem pra revalidar o ensino médio é questões de física, de química, de biologia, de história de geografia, essa parte das ciências exatas eles dominam, mas a questão da geografia, da história e sobretudo do país é muito específico, eles não conhecem, eles sabem falar até de uma Europa de uma América do Norte, esses conhecimentos gerais, mas do Brasil eles não dominam, então acho que algo que deve ser questionado é essa questão de como se faz a revalidação de um estrangeiro no Brasil, o que se pode exigir de um estrangeiro? (I.F – SPM).

Nessa fala, fica evidente a angústia trazida pelos imigrantes quando não conseguem realizar a revalidação e equivalência de estudos realizados no país de origem, seja por falta de conhecimento de disciplinas específicas, seja por falta de informação. Assim, o que poderia ser um processo rápido, demanda do estrangeiro

o retorno para as salas de aula, mesmo daqueles que já possuem o ensino médio completo, por não haver uma maneira diferenciada de atenção a esse público.

Por que ele tem intenção depois de fazer faculdade, outros vão tentar conseguir o diploma do próprio ensino médio, então eles tem que buscar, então vejam os caminhos que os imigrantes estão fazendo né. Aulas com voluntários de português que tem muita boa vontade e foram assim capacitados basicamente, outros estão indo na EJA, que é esse ensino dos adultos, outros que se sentem mais encorajados estão no ensino médio, segundo grau, segundo ou terceiro colegial e outros tentando fazer esse exame de revalidação para entrar na Universidade. (I.F – SPM).

A fala demonstra o pouco conhecimento sobre as políticas educacionais, bem como sobre os trâmites legais para a revalidação dos estudos, mas reforça o desejo pelo retorno educacional intrínseco ao imigrante. Demonstra também a busca individual de cada imigrante pelas políticas educacionais que possam responder aos seus anseios.

Na sequência identificamos o viés de análise das políticas educacionais sob o olhar da coordenadora da EJA, a qual demonstra clareza no reconhecimento do serviço educativo enquanto uma política. Segundo a responsável,

[...] tudo é vivenciado dentro da política, então nós fizemos uma adaptação dentro do currículo, dentro do que já temos. Então essa segunda oferta que nós criamos ela teve uma necessidade de adaptação de carga horária de oferta de curso, uma vez que eles estavam indo para a escola três vezes na semana. (D.S – SME).

A resposta quanto à presença de políticas educacionais para o atendimento aos imigrantes se mostra clara, bem como a defesa do serviço ofertado, que segundo a entrevistada a oferta da política de EJA demanda do poder público uma reorganização da forma em que a mesma é oferecida.

É um processo extremamente enriquecedor, onde nós aprendemos muito, nós também temos que buscar muito, nós fizemos um processo de adaptação dos conteúdos, adaptação curricular, conforme nos fazemos com o atendimento da educação especial né, nós também fizemos com as especificidades, nos trouxemos os eixos articuladores que nós trabalhamos dentro da EJA que é a questão da identidade do trabalho, da cidadania, da emancipação, nós trouxemos para esse lado sendo trabalhado com os refugiados haitianos, para nós trabalharmos mesmo a cidadania, a ética, o valor, o trabalho, a cultura então tentando trazer para eles essa base do

que eles necessitavam para que pudessem estar melhores atendidos e melhores recolocados no trabalho, então foi um trabalho de muita conversa, é eles nos colocando as necessidades e a gente colocando as nossas possibilidades e a gente chegando em um consenso, hoje já está muito bem consolidado essa questão do trabalho, a gente continua ainda mudando, fazendo e refazendo. (D.S – SME).

Ainda, quanto à adequação do serviço as demandas dos imigrantes, a coordenadora refere que o processo de formulação da política foi democrático, aberto ao diálogo e a atenção aos anseios trazidos pelos educandos. Em sua fala:

O que são esses projetos especiais, esses projetos é partilhando mesmo as vivências e as experiências por meio de práticas colaborativas, é uma forma que nos temos dentro da nossa oferta da EJA municipal, nós temos o nosso currículo, os nossos conteúdos e temos uma forma que os nossos educandos participam, eles também inferem dentro do currículo, olha a escola oferta isso, nós também queremos, além do que nós temos pela oferta da escola, estudarmos aquilo, então eles nos dizem o que eles querem estudar, e nós os professores, e toda a equipe pedagógica faz com que a necessidade deles também seja atendida dentro dos conteúdos e seja algo mais. Então é o enriquecimento dos conteúdos a partir das perspectivas das necessidades que eles precisam. (D.S – SME).

Questionamos os entrevistados sobre as perspectivas que identificavam com a participação nos serviços educativos e o que cada um almeja dentro do que lhe é ofertado. O primeiro entrevistado já está há 3 anos e meio no Brasil, mas ainda demonstra dificuldade na fala e entendimento do idioma. Segundo ele:

Quero continuar estudando para falar o português (risos). Falando português ajuda, ajuda a trabalhar também, entendeu muito bom. Se eu mora aqui no Brasil e não fala português muito complicado, se você fala comigo não entendeu, é muito ruim. Eu quero aprender o português, eu não fala português, eu fala francês, crioulo, se eu trabalho aqui no Brasil quer falar a língua daqui também. (I.T - EJA, 59 anos, 3 anos e meio no Brasil).

O referido aluno é assíduo quanto às atividades ofertadas, no entanto demonstra dificuldade no aprendizado do idioma, o que demonstra a diversidade de educandos participando da EJA, que exige do serviço à adequação dos conteúdos respeitando o perfil de cada estudante, validando assim a fala da coordenadora do serviço, como já vimos. O segundo educando do serviço refere que:

Nessa escola estou há 2 meses, quando estou aqui em Londrina trabalhando eu venho aqui todos os dias, quando estou viajando eu peço para ela passar por escrito eu fico no Hotel e vou fazendo. Como eu cheguei na sexta feira, estava lá em Santa Catarina, e hoje vim pra escola, se amanhã patrão fala que tem que viajar, aí venho aqui na escola e busco material. Eu falo Francês, Crioulo e Espanhol, só não escrevo, pra falar eu falo, escrever é ruim. (M.C - EJA, 34 anos, 5 anos no Brasil).

Fica evidente em sua fala a tentativa de conciliar a educação com o trabalho, além de reforçar o compromisso com o aprendizado, o que demanda também da EJA uma atenção especial às necessidades de seus educandos.

Quanto acabar aqui o português, se eu conseguir um trabalho a noite eu vou e de manhã eu vou na Universidade. Gosto muito da Prof. Janete, muito boa, muito paciente. Se eu conseguir um trabalho eu continuo vindo aqui. Porque eu quero dinheiro para comprar tudo. Primeiro eu quero aprender bem o português, quando eu estiver falando bem o português, eu quero estudar mecânica geral. (C.F – SPM, 25 anos, 04 meses no Brasil).

Quanto ao serviço ofertado pela Pastoral do Migrante, ressaltamos o vínculo afetivo que é formado em torno da pessoa que doa seu tempo para auxiliar o outro. Segundo Gohn (2006), a figura do educador abrange um caráter fraterno, característica da educação não formal. Quanto à perspectiva de um educando recém-chegado:

Depois que eu aprender o português eu quero estudar psicologia ou sociologia, é meu sonho. Eu já deixei meus documentos aqui para fazer a tradução, para validar meu diploma. (B.J.F – SPM, 26 anos, 03 meses no Brasil).

Na fala do imigrante fica evidente o foco na expectativa pela validação do seu diploma, ou no caso certificado de ensino médio, para iniciar um curso superior, porém quando questionado como faria essa processo, ele responde que já está sendo traduzido, acreditando que a tradução por si só atenderia a revalidação do diploma. Para J.MJ as expectativas indicam o crescimento e desenvolvimento educacional, como podemos verificar,

Meu problema é que eu quero começar e crescer (gesticulou com as mãos) porque tem que começar, e crescer. Eu quero estudar diplomacia, aqui em Londrina não tem. Só em Brasília que tem.

Primeiro tenho que falar o português bem. (J.M.J – SPM, 43 anos, 11 meses no Brasil).

Nesse trecho, quando avalia o serviço ofertado pelo SPM, ele indica que as aulas possibilitam um primeiro contato com o idioma, com o português, contudo na sua avaliação é uma oferta limitada e sua ambição é por novos desafios, que não são oferecidos ou contemplados nesse espaço. Especificamente esse imigrante já iniciou dois cursos de graduação e desse modo vislumbra novas expectativas no país.

Outro entrevistado avalia positivamente a oferta do curso de português para aqueles que chegam ao Brasil, em suas palavras ele refere que “Fiz a aula de português na Catedral e foi bom, ajudou bastante. Em três meses consegui falar o português.” Após essa fala questionamos se o serviço atendeu ao seu objetivo e segundo ele:

Sim, continuo participando no curso de português há 1 ano e pouco. Porque o português na escola é bem diferente daqui, aqui começou bem de baixo, bem da base, na escola trabalha mais interpretação de texto, literatura, é bem diferente, tem que saber a parte gramatical e é aqui que eu poderia encontrar tudo isso. Pretendo continuar aqui. (J.J – SPM, 25 anos, 2 anos no Brasil).

Essa fala demonstra a complementariedade que é dada entre os serviços ofertados, quando ambos respeitando seus contextos, possibilitam o primeiro contato com o idioma e a preparação do imigrante para novos desafios.

Ainda, no que tange as perspectivas educacionais, um único haitianos entrevistado buscou revalidar seu diploma de ensino médio no país e pôde então avaliar a burocracia desse trâmite. Segundo o entrevistado,

Para a revalidação do documento eu fiz uma vez no Colégio Champagnat, mas eu bem fraco, não sei bem o português, mas eu tentei participar, para ver como seria. É gratuito. Eu fiz três (*quatro*) matérias: português, sociologia, história e geografia. Mas, eu me preparei, mas é bem complicado ficar em casa estudando sozinho é bem ruim. Por isso eu pensei: eu quero fazer vestibular, então é melhor eu ir na escola, passar um ano inteiro, estudar para conseguir fazer o vestibular. Agora to fazendo o terceiro ano do ensino médio, na região norte no Colégio Olímpia. (J.J – SPM, 25 anos, 2 anos no Brasil).

De acordo com sua fala ele procurou realizar a prova de avaliação de conhecimento, entretanto, a dificuldade com o idioma e o exercício de estudar

“sozinho” dificultou esse processo. A opção foi retornar para a sala de aula, cursar novamente o terceiro ano do ensino médio e a partir daí tentar o ENEM e o vestibular.

Até dezembro vou conseguir um diploma brasileiro, já fiz a primeira prova e deu certinho, foi bem fácil para mim, a nota foi bem boa, ótima. E depois com o diploma vou tentar fazer vestibular, na UEL e na Unopar e o ENEM também. Já fiz minha inscrição do ENEM. (J.J – SPM, 25 anos, 2 anos no Brasil).

Nesse quesito defendemos uma atualização das instruções normativas que regulam a análise de equivalências e as provas de proficiência, pois a operacionalização das políticas educacionais devem compreender as mudanças na sociedade e estarem abertas a novas interpretações e ressignificações.

5.3.4 Trabalho:

No decorrer da pesquisa e pautado no método dialético histórico, sob um olhar além do aparente, buscando revelar a essência do fenômeno migratório, identificamos que diversas causas motivam a decisão da migração, com destaque à interferência clara do capital em seu processo de globalização, resultando na transição populacional em busca de segurança e trabalho.

Tal hipótese foi frequentemente reiterada nas entrevistas realizadas, nesse sentido, a educação, enquanto direito humano fundamental, exerce o papel de transformação dessa realidade, por possibilitar a socialização do conhecimento para o desenvolvimento das capacidades humanas e sociais.

Segundo Saviani (p. 12) “[...] a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho”, o que demonstra a intrínseca relação entre educação e trabalho. Buscamos nas entrevistas evidenciar a vinculação entre a busca pelo retorno educacional e as exigências para a inserção produtiva no mercado de trabalho.

Inicialmente, retomamos que a justificativa dessa pesquisa esteve centrada na busca de sobrevivência em outro país, a qual lhe é possibilitada através da venda de sua força de trabalho. Nesse sentido questionamos a influência do trabalho sobre a decisão de imigrar. Segundo os entrevistados:

No Haiti não trabalhava, lá era meu, eu dirigia caminhão, táxi. Aqui no Brasil eu trabalho como empregado. [...] Sim, quero morar aqui, aqui é melhor que Haiti, no Haiti não tem serviço. Aqui no Brasil só trabalha, trabalha, trabalha muito (risos) pagamento tá pouco, crise econômica, não tem serviço. Mas no Brasil é muito tranquilo, não tem problema. (I.T - EJA, 59 anos, 3 anos e meio no Brasil).

Na fala do imigrante destacamos duas situações, a primeira refere que no Haiti, antes do terremoto, ele trabalhava de maneira autônoma, independente, mas depois da tragédia acabou perdendo seus bens e veio ao Brasil em busca de trabalho e renda para sua família.

Mesmo ciente que a condição de vida no Brasil é difícil, pois “se trabalha muito para receber pouco”, ele refere se sentir seguro aqui.

Fica evidente as poucas opções a que foram relegados os haitianos, ou seja, deixar o país de origem após os 50 anos de idade para recomeçar em um outro país, diferente na língua, nos costumes. Deixar a família na esperança de lhes propiciar uma condição melhor de vida, essa foi a alternativa encontrada para garantir sua sobrevivência e de sua família. Destaco que ele está há 3 anos e meio tentando trazer a esposa e filhos, mas a condição financeira não lhe permite.

Sendo o Brasil a única opção para a imigração, identificamos na fala do segundo entrevistado a relação com o trabalho no Brasil, “no Haiti eu trabalhava com eletricidade, quando você sai do seu país, chega em outro país, não tem escolha, tem que fazer o que aparece, aí você tem que pagar casa, aluguel, comida, tem que fazer o que aparece”. (M.C - EJA, 34 anos, 5 anos no Brasil).

Ainda, o entrevistado relaciona a intensificação da crise no país e a condição de pobreza à catástrofe do terremoto e suas consequências. Conforme sua fala,

No Haiti não tinha serviço, não tinha trabalho, o terremoto passou e quebrou tudo, tudo emprego. Eu vim aqui pra reagir, tenho um amigo que tá aqui e falou que tem bastante serviço aqui, arrumava serviço aqui. (M.C - EJA, 34 anos, 5 anos no Brasil).

Essa fala nos remete à condição econômica vivenciada pelo Brasil em meados de 2012-2013, período de chegada desse imigrante ao país. Como já mencionado, dados do IBGE demonstraram que entre os anos de 2012 a 2014 o Brasil vivenciou as menores taxas de desemprego já registradas, validando a informação do entrevistado, de que havia “bastante serviço aqui”. Tal cenário sofreu

alterações nos últimos anos, o que é vislumbrado na preocupação de outro entrevistado recém-chegado:

Ainda não estou trabalhando, já tenho todos os documentos, mas não encontro nada ainda, eu não sei por que, eu já deixei muitos currículos[...] Eu tenho ainda um pouco de dinheiro para viver, eu sei que uma hora vai terminar, mas eu pago todas as contas. Tá difícil. (B.J.F – SPM, 26 anos, 3 meses no Brasil).

É preocupante a condição de vulnerabilidade desse contingente de imigrantes que estão vivenciando uma intensa crise econômica e política no Brasil e que tem afetado especialmente os recém-chegados.

No relato dos imigrantes, o Brasil se difere dos países tradicionais de imigração, pois aqui se sentem bem acolhidos, mas o retorno financeiro com o trabalho é diferente do encontrado nos países mais desenvolvidos.

Cheguei no Brasil há 11 meses, deixei o Haiti e vim direto para o Brasil, passei 7 dias no Chile. Não quis ficar no Chile, meu sonho era ficar aqui no Brasil, por que eu gosto muito do Brasil, muitos haitianos gostam do Brasil pelo futebol e eu gosto do Brasil. Brasileiro respeita muito as pessoas. No Haiti está muito difícil, não tem trabalho, estava lá na época do terremoto, mas não tinha dinheiro (para imigrar), e esperei um pouco mais. No Haiti tenho 6 filhos (duas filhas de 21, uma de 20, 19, 9 anos) e sou divorciado. (J.M.J – SPM, 43 anos, 11 meses no Brasil).

Quanto à relação entre educação e trabalho, analisamos na fala da coordenação do SPM, que essa resume-se à palavra “diploma” na concepção dos imigrantes, pois possui um significado que pode ser traduzido pela ascensão profissional, reconhecimento social e valorização humana no país de residência.

Eles entendem que esse diploma vai ser possível inserção na área que ele estudou, certo? Você entrar no mercado de trabalho dentro da sua formação específica. Agora enquanto eles não chegam ai, eles dizem, faço qualquer serviço, por que eles precisam sobreviver, precisa sustentar a família aqui e aqueles que estão lá no Haiti. (I.F – SPM).

Para o imigrante, deixar seu país de origem na busca por melhores condições de vida em outro país já é considerado por ele como uma promoção. Tal objetivo seria consolidado caso viessem a trabalhar na área de formação que almejam.

Ainda, sobre a condição de trabalho em que estão expostos, segundo a coordenação do SPM.

Aqueles que se dirigem para outro país, né, eles visualizam um promoção uma inserção no mesmo patamar que o nativo tem. Eles não olham para população nativa aqui, aqueles. Eu vou por você explica depois, eles não olham a partir dos pobres, dos que estão excluídos no país, a perspectiva deles é a partir daqueles que estão inseridos, aqueles que estão em um patamar superior tá. Porque ele já vem com essa visão do seu país, aqui eu sou excluído eu não tenho chance, então vamos supor os haitianos, são poucos os haitianos que eles vêm com uma qualificação superior, então saindo do seu país, eles não desejam ser rebaixados, né, quem parte quem sai, quem arrisca, é pra algo melhor, é isso que a gente percebe no interior deles tá. Eu não vim aqui, posso até trabalhar na reciclagem, mas eu não vim aqui pra permanecer só nisso. A partir da reciclagem, aquilo que é reciclado vamos olhar, o produto que é reciclado ele se torna valioso também, então eu também, vou me reciclar e se mais valioso, né, nesse sentido. (I.F – SPM).

Na busca por sobrevivência não há a escolha de um local de trabalho, mas aqueles que estão disponíveis e são ofertados. Especificamente em relação aos haitianos, conforme relato, há um olhar esperançoso e até romântico no que tange a inserção no mercado de trabalho brasileiro. Para a responsável pelo serviço ofertado pela SME verificamos que:

É predominante, porque assim, eles precisavam muito desse apoio, por mais que eles dissessem pra gente: “olha nós não precisamos que nos deem o peixe, nos precisamos que nos deem a vara e nos ensine a pescar”, e era o que nós estávamos fazendo enquanto política pública educacional. Enquanto a professora Cláudia também, então nós trabalhávamos os projetos especiais dentro da escola, trazendo essa perspectiva também, do trabalho, para que eles também pudessem buscar, encontrar. (D.S – SME).

Quanto à análise realizada pela SME, verificamos a oferta de projetos especiais que visam qualificar o educando em habilidades que construam para o aprimoramento profissional e diferencial no mercado de trabalho. De acordo com a coordenação:

Legitimando a participação democrática dos educandos, dentro do que eles tem, dentro da escola, como oferta educacional então é a participação democrática, eles falarem o que eles querem aprender, o que mais eles querem além do que a escola oferta. (D.S – SME).

Como exemplo foi citado:

[...] temos projetos especiais que trabalha a questão da carteira de habilitação, então a necessidade deles, alguns que dirigem ser ter habilitação, eles querem ter condições. Então tem todo um trabalho na escola, e temos educandos de duas ou três escolas diferentes de outras localidades que vão para essa escola trabalhar a questão da CNH. (D.S – SME).

A coordenação cita a organização e oferta de projetos especiais dentro do espaço da escola para fortalecer o trabalho de grupos de convivência expandindo as formas de aprendizagem, o ensino de requisitos profissionais que possam contribuir na inserção profissional.

É ressignificando mesmo o ato educacional e o ato de estarem lá, e aí a gente conseguiu trabalhar com artesanato, culinária, já era um trabalho de produção e de estarem fazendo sabão, estarem fazendo as receitas, de estarem fazendo as pizzas, de estarem fazendo os artesanatos, bordados, então permaneceu isso no ano passado, esse ano permaneceram com a questão do sabão, porque eles estão aumentando a linha de produção, então são produtos de higiene, não é mais sabão, são produtos de higiene e limpeza uma gama, uma vasta gama e os haitianos esse ano. (D.S – SME).

Dentre os cursos ofertados a entrevistada destaca cursos na área de artesanato, culinária, produtos de higiene e limpeza, que possam contribuir com a geração de renda e a capacitação profissional.

Ainda em relação ao trabalho, destacamos a fala do haitiano M.C, “Se você não é ruim de “trampo” todo mundo vai gostar de você, agora se você não quer trabalhar, ninguém vai gostar de você na empresa. Preciso aprender mais para ganhar mais”. (M.C - EJA, 34 anos, 5 anos no Brasil).

Observamos nesse apanhado de elementos para a análise da pesquisa, a predominância da ideologia neoliberal, que naturalizou na classe trabalhadora a responsabilidade em se inserir e manter-se no mercado de trabalho. Convenceu esse trabalhador do caráter da meritocracia para permanecer empregado e justificar o seu salário, aspecto que contribui para perpetuar a lógica do capital.

Ao Estado coube o controle ideológico, ofertando os mínimos sociais que possibilitam a sobrevivência, sobretudo dos mais desfavorecidos, deixando evidente

a responsabilidade do cidadão pelo seu sucesso ou fracasso. Entretanto em um contexto de pobreza e exploração, essas políticas compensatórias é que garantem a mínima dignidade do ser humano, e que, portanto devem ser garantidas.

Quanto à ilusão migratória gerada pela globalização e pela divisão internacional do trabalho reforça a condição de vulnerabilidade a que essas pessoas estão expostas e reitera a luta individual ou representada por organizações de boa vontade, para o acesso de direitos humanos fundamentais legitimados ao longo da história, mas que diariamente são obstaculizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A recente imigração direcionada ao Brasil ainda é um tema pouco debatido no meio acadêmico, o que pôde ser constatado no balanço de produção, justificando a importância de problematizarmos essa discussão e sua ênfase nas políticas educacionais. Vislumbramos desde o início dessa pesquisa os desafios pelos quais transitaríamos, mas sabíamos ser um caminho necessário visto a importância de lançar no meio acadêmico as angústias e dificuldades vivenciadas por aqueles que enfrentam a dura realidade da imigração.

A ênfase às políticas educacionais foi movida pelos entraves obtidos no atendimento aos imigrantes quando esses buscavam informações para o seu acesso a serviços educativos, fornecidos por uma pessoa que não está inserida no contexto educativo, que representava uma instituição não governamental e que, portanto podemos afirmar leiga no que tange a garantia de acesso aos direitos à educação.

Assim, o objetivo da presente pesquisa foi o de analisar a inserção dos imigrantes haitianos adultos residentes no município de Londrina, nos processos educativos e as perspectivas educacionais desse público frente aos serviços educativos, formal e não-formal ofertados.

Mas, para atingir esse objetivo, teríamos que conduzir a pesquisa desvelando os aspectos e motivações para essa imigração direcionada ao Brasil, nesse sentido, o método histórico dialético direcionou nossa análise, possibilitando transcender a realidade aparente dos fatos, revelando então a essência desse fenômeno. Os elementos da totalidade exigiram a retomada da conjuntura histórica em busca da explicação da realidade social, trazendo elementos que induziram a algumas constatações.

A primeira delas nos leva a identificar no modo de produção capitalista, pós-revolução industrial a premente necessidade por abundante mão de obra para frentes de trabalho estabelecidas pelo sistema de produção. Assim, ao modo em que o sistema capitalista foi avançando e se aprimorando, o trabalhador foi adequando-se ideologicamente para compor a divisão social do trabalho.

Nesse sentido, os trabalhadores imigrantes em grande parte de países periféricos foram sendo requisitados para suprir a demanda laboral dos países em pleno desenvolvimento, seja pela sua constituição física, condição econômica e conseqüentemente sua submissão. A mundialização do capital e a globalização

intensificaram o trânsito de produtos e pessoas, e em conjunto com o modo de produção flexível desconcentrou a produção dos grandes centros para áreas periféricas ricas em matéria prima e mão de obra.

Atualmente nos deparamos no Brasil com uma migração denominada de Sul-Sul, que é formada de imigrantes de regiões mais pobres migrando para países ainda em desenvolvimento, como é o caso dos imigrantes de Angola, Bangladesh e Haiti, entre outros, concebendo que a globalização injeta polos de produção e exportação nesses locais, demandando por trabalhadores e é nesse novo contexto que se insere o Brasil.

Marcado pelas imigrações históricas, o Brasil vivenciou etapas migratórias que o constituíram enquanto nação, porém revelando uma dívida histórica a partir da exploração do trabalho escravo. O mito do país acolhedor, desde que seja imigrante branco e preferencialmente europeu, revela-se na discriminação direcionada ao imigrante pobre que adentra ao país na condição de refugiado. Ressalta-se também a dependência e inspiração às orientações norte-americana e sua política econômica.

Nesse cenário, o Brasil, a partir de 2003, conduzido por um governo tido como de esquerda, vivenciando um momento favorável economicamente e com altas taxas de aprovação da sociedade, opta por uma política neodesenvolvimentista, investindo no crescimento do mercado externo e almejando um assento permanente no Conselho de Segurança nas Nações Unidas, o que favoreceria a condição de estabilidade política e econômica no mercado internacional.

Para o alcance desse objetivo, são estreitadas as parcerias com o governo norte americano, culminando ao Brasil assumir em 2004 a Missão de Paz no Haiti.

O Haiti sempre foi considerado um território favorável aos investimentos internacionais, devido a sua localização e farta mão de obra local, chamando a atenção de investidores internacionais, contudo, voltando sempre à necessidade de conter as oscilações dos governos que tentavam manter-se no poder, a ONU se insere permanentemente no intuito de “manter a paz” a partir do controle das massas populares insatisfeitas.

Não imaginava que um terremoto de magnitude extraordinária pudesse modificar os planos e investimentos naquele país e em consequência direcionar ao

Brasil um imenso contingente populacional em busca de sobrevivência, trabalho e segurança.

A atuação governamental do Brasil no Haiti, por meio do Ministério de Relações Exteriores e pautado no desejo da busca de uma melhor colocação no mercado externo, criou a imagem de um Brasil com condições de oferta de trabalho e renda a esses imigrantes, contudo quando estes chegaram ao país se depararam com outra realidade, sendo obrigados a disputarem pela vaga de trabalho com um nacional em uma condição desfavorável.

O Brasil, ainda pautado em uma legislação migratória arcaica, indicou como única alternativa a regularização da entrada desses cidadãos que procuram abrigo em nossa sociedade, à condição de refugiado, contrariando os preceitos assumidos na Missão de Paz do Haiti. Assim, sob o método da abordagem de ciclo de políticas, possibilitamos identificar nos contextos de influência, produção de texto, prática, resultados e estratégias de políticas a opção em apresentar uma resolução normativa que garantisse o acesso regular do imigrante haitiano no Brasil na categoria de refugiado ambiental ou de refúgio humanitário, sob a justificativa do terremoto, todavia beneficiando o mercado de trabalho interno que naquela ocasião demandava por mão de obra em abundância, visto as baixas taxas de desemprego, e lançando na mídia a atuação humanitária de seus governantes.

Essas constatações nos fazem crer que a categoria de análise pautada no trabalho responde aos anseios dos haitianos em deixar seu país de origem e concomitantemente ao Brasil, suprimindo sua necessidade por trabalhadores, regulamentando sua entrada e permanência no país.

Nesse aspecto problematizamos que o acesso regular ao território nacional para atender a contingência do mercado de trabalho, exige que o Estado invista em todos os âmbitos na garantia e defesa da cidadania dos haitianos.

Para tanto, é imprescindível assegurar o acesso às políticas sociais, para romper com o ciclo de vulnerabilidades advindas da língua, dos preconceitos e das dificuldades de ordem econômica, cultural, social, institucional, entre tantas outras que essa população enfrenta.

Apesar do arsenal legal de proteção ao imigrante na categoria refugiado, e identificando no Brasil um avanço nessas discussões, no que tange a efetivação e operacionalização das políticas sociais em atenção aos direitos humanos, amplamente defendidos na Constituição Federal de 1988, nos deparamos com

diversos obstáculos protagonizados pela burocracia, pelo sistema custoso, pela falta de publicização das instruções normativas e da efetiva participação das instâncias governamentais com o olhar específico aos imigrantes.

Esse papel, como se previa pós reforma do estado brasileiro, acabou sendo assumido pela sociedade civil, por meio das instituições não governamentais, como Cáritas Arquidiocesana de Londrina e Pastoral do Migrante no atendimento e acolhimento dessa população, deslocando ao Estado o papel de agente gestor de políticas e à sociedade civil o caráter da ação social de boa vontade, o que, frente a atual conjuntura, se faz necessário, mas que é de suma importância cobrar dos órgãos governamentais um posicionamento.

Ao trabalhador imigrante resta competir com o nacional por uma colocação no mercado de trabalho, indicando ao primeiro a obrigatoriedade em capacitar-se para atender aos requisitos do mercado. A educação passa a protagonizar essa conjuntura, por ser sinônimo de inserção social, sucesso profissional e melhor colocação no mercado de trabalho, justificando esse estudo.

Quanto ao foco da pesquisa: Há oferta de serviços educativos para imigrantes no município de Londrina? De que forma se dá a inserção dos haitianos adultos nos serviços educativos no município de Londrina? Quais as perspectivas educacionais dos imigrantes haitianos? Qual o intuito da oferta desses serviços?

Identificamos que a preocupação para uma “educação para todos” vem permeando os acordos internacionais e os objetivos de desenvolvimento do milênio, refletindo diretamente nas políticas educacionais brasileiras voltadas às minorias sociais.

Especificamente ao estrangeiro, identificamos nas regulamentações que tratam sobre a revalidação dos estudos realizados no exterior uma padronização nos aspectos de análise dos documentos que não consideram a condição de vulnerabilidade do imigrante refugiado, que advêm de um contexto de guerra, catástrofes, perseguições, miséria, entre outros que não condizem com as exigências normativas.

Quando da oferta de cursos de português pelo órgão governamental, a quem de fato corresponde essa demanda, verificamos que esses não contemplam as especificidades desse contingente no que se referem as suas demandas educacionais, seu perfil de formação, sua condição de trabalhador e, portanto seus limites quando a horário e deslocamento, entre outros aspectos.

Verificamos que a oferta pioneira advém de um serviço vinculado à igreja, em um conceito de caridade e ajuda, mas que na prática foi o único a possibilitar o ensino no idioma para a inserção na sociedade. Por pressão desses representantes através de seus voluntários, o órgão governamental passou a responder a essa demanda, indicando a oferta de serviço pautada na política de educação de jovens e adultos enquanto estratégia legítima de conduzir os imigrantes adultos a um sistema de ensino regular, pautado em uma política que visa assegurar as oportunidades educacionais.

Não podemos deixar de mencionar que os condicionantes advindos do trabalho permeiam as perspectivas e o sentido do retorno educacional por parte do imigrante, pois visa sua integração social, preparação e qualificação para o mercado de trabalho.

Como considerações finais, pontuamos a necessidade de incluir nas pautas de debate o olhar para as atuais políticas de inserção educacional de imigrantes, revisando-as para responder efetivamente as demandas contemporâneas, não somente para os haitianos, mas para todos àqueles que têm vivenciado as crises humanitárias mundiais e que identifica no Brasil uma possibilidade de vida mais segura e saudável.

Sugerimos aos comitês regionais e conselhos estaduais de imigrantes e refugiados a discussão sobre a reformulação das instruções normativas de revalidação e reconhecimento dos documentos estudantis, provas de proficiência, custas com os processos, entre outros dificultados. Ainda, a possibilidade de oferta de salas especiais e reforço para estudantes adultos, que possibilitem o acesso a conteúdos específicos do país, preparando-os para exames nacionais de ensino como ENEM ou os vestibulares.

Ainda, defendemos o apoio das instâncias governamentais para a oferta de cursos de português para falantes de outras línguas de modo descentralizado, localizados em territórios de maior concentração habitacional dos imigrantes.

Por fim, verificamos que a condição de vulnerabilidade em que os imigrantes estão expostos, seja pelo território em que ocupam, pela insegurança documental, pela cor, a falta de oportunidades de trabalho, a dificuldade com o idioma e as barreiras enfrentadas para acessar o que lhe é de direito, demanda da sociedade o envolvimento e a defesa com a temática apresentada, no intuito de cobrar a quem é de responsabilidade, a garantia e acesso aos direitos humanos fundamentais.

Nesse sentido, defendemos que a relação de igualdade considere as diferenças históricas e as vulnerabilidades as quais os cidadãos estão expostos, para que assim proceda a justiça social. Nas palavras de Milton Ângelo,

O direito dos direitos humanos não rege as relações entre iguais; opera-se precisamente em defesa dos ostensivamente mais fracos. Nas relações entre desiguais, posiciona-se em favor dos mais necessitados de proteção. Não busca obter um equilíbrio abstrato entre as partes, mas remediar os efeitos do desequilíbrio e das disparidades. Não se nutre das barganhas da reciprocidade, mas se inspira nas relações de *ordre public* em defesa de interesses superiores, da realização da justiça. É o direito de proteção dos mais fracos e vulneráveis, cujos avanços em sua evolução histórica se tem devido em grande parte à mobilização da sociedade civil contra todos os tipos de dominação, exclusão e repressão. (ÂNGELO, 1998. p. 75).

Assim, a participação da sociedade civil nos espaços de debate sobre a temática aqui proposta é fundamental para fortalecer a luta pelo acesso justo às políticas de proteção social.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Coletânea de Instrumentos de Proteção Nacional e Internacional de Refugiados e Apátridas**. Brasília, 2010.

ACNUR. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas. Publicado e adotada em 28 de julho de 1951.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir. et al. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

ÂNGELO, Milton. **Direitos Humanos**. São Paulo: Ed. De Direito, 1998.

ARAÚJO, Wembley Lucena de. **O Brasil no Conselho de Segurança da ONU: A posição brasileira sobre as operações de paz no Haiti e no Timor Leste**. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual da Paraíba. João Pessoa.

BAENINGER, Rosana. Migrações internacionais: elementos para o debate no século XXI. In: CUTTI, Dirceu. et al. (Org.). **Migração, trabalho e cidadania**. São Paulo: Educ., 2015.

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. Migração de Crise: a migração haitiana para o Brasil. **Revista brasileira de estudos populacionais**. Belo Horizonte, v. 34, n.1, p. 119-143. jan./abr. 2017.

BAPTISTE, Chandeline Jean; VIEIRA, Joice Melo. Catástrofe Ambiental e Migração Internacional: A perspectiva dos imigrantes haitianos na cidade de São Paulo. In: BAENINGER, Rosana. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiá: Paco, 2016.

BASSANEZI, Maria Silva C. Beozzo. Imigrações internacionais no Brasil: Um panorama histórico. In: PATARRA, Neide Lopes (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: FNUAP, 1995.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília DF: Senado, 1999.

_____. Decreto nº. 528 de 28 de junho de 1980. Regularisa o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brazil. **Coleção de Leis do Brasil**, p. 1424 vol. 1 fasc.VI, 1890.

_____. Decreto nº. 6.815 de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF., 21 ago. 1980.

_____. Decreto nº. 7.967 de 18 de setembro de 1945. Dispõe sobre a Imigração e Colonização, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF., 31 dez. 1945.

_____. Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF., 23 dez. 1996.

_____. Lei nº. 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF., 25 maio 1996.

_____. Lei nº. 9.474, de 22 de junho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF., 23 julho 1997.

_____. Lei nº. 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF., 16 julho 1990.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: A degradação do trabalho no século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRITO, Fausto. Os povos em movimento: as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. In: PATARRA, Neide Lopes. (coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: FNUAP, 1995.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CES 03 de 22 de junho de 2016. Estabelece normas para a revalidação de diplomas de graduação e pós graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF., 09 maio 2017.

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO. Resolução Normativa nº. 97 de 12 de janeiro de 2012. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 a nacionais do Haiti. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF., 15 de fev. 2012.

COSTA, Leila Maria Bedeschi. Um ensaio desenvolvimentista no Século XXI – O Governo Lula. **Revista Publicatio**. Ponta Grossa. v.3, n. 23, p. 307-322. set. 2015. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/sociais/issue/view/467/showToc> Acesso em: 06 abr. 2018.

COTINGUIBA, Geraldo Castro. **Imigração haitiana para o Brasil: a relação entre trabalho e processos migratórios**. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação como desafio na ordem jurídica. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira. et al. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2007.

DIAS, Edmundo Fernandes. A liberdade (Im)possível na ordem do capital: Reestruturação produtiva e passivização. **Textos Didáticos IFCH/Unicamp**. Campinas. n. 29, p. 09-136, ago. 1997.

DUTRA, Cristiane Feldmann. **Refugiado Ambiental: Uma Análise da Migração Haitiana para o Brasil**. 2015. Dissertação de Mestrado. Centro Universitário Ritter dos Reis, Porto Alegre.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**: segundo as observações do autor e fontes autênticas. Tradução de SCHURMANN, B. A. São Paulo: Boitempo, 2008.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: **Colóquio a pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**, n. 1, 2009. **Anais**. Belém: UFPA, 2009.

FARIA, Andressa Virgínia de. **A Diáspora Haitiana Para o Brasil: O novo fluxo migratório (2010-2012)**. 2012. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica. Minas Gerais.

FERNANDES, Duval. **Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral**. Belo Horizonte, 2014. Disponível em file:///C:/Users/User/Downloads/RELATORIO_PESQUISA_HAITIANOS_versao_final_27-04-14-2.pdf acesso em 22 agos. 2018.

FERNANDES. Florestan. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**: ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito da cor no município de São Paulo. São Paulo: Anhembi, 1955.

FERRETI, Celso João. Reformulações do ensino médio. **Revista HOLOS**. Rio Grande do Norte. v. 6, ano 32, p. 71-91, set. 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In. FAZENDA, Ivani. (Org.). **Metodologia da Pesquisa**. São Paulo: Cortez, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista brasileira de educação**. v. 16. n. 46, jan. abr. 2011.

GAMBOA, Silvio Ancízar Sanchez. A dialética na pesquisa em Educação: elementos de contexto. In. FAZENDA, Ivani. (Org.). **Metodologia da Pesquisa**. São Paulo: Cortez, 1989.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio avaliação de políticas públicas educacionais**. Rio de Janeiro. v.14, n.50. p. 27-38, jun.-mar.2006. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/30405.pdf> acesso em 06 agos. 2018.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes. 2002.

GROPPO, Luís Antonio; MARTINS, Marcos Francisco. Terceira via e políticas educacionais: um novo mantra para a educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.24, n.2, p. 215-233, mai/ago. 2008. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19251/11174>. Acesso em: 01 abril 2018.

HARVEY, David. **O problema da globalização**. Tradução de Fatima Cabral. In: Marxismo Oggi. Rivista Quadrimestrale di Cultura e Política. Teti Editore – Milano. Anno IX – Nuova Serie n. 2, maggio-agosto, 1996. Tradução de: **Problema della Globalizzazione**. Disponível em: www.bjis.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/download/1954/1607 acesso em 21 jun. 2018.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 16 ed. São Paulo: Loyola, 2007.

IANNI, Otávio. A dialética da história. In: D'INCAO, Maria Angela. **História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior**. São Paulo: Brasiliense/UNESP, 1989.

JAVORSKI, Elaine. Imagens da integração: a construção da notícia sobre os haitianos no telejornalismo paranaense. In: BAENINGER, Rosana et. al. (Org.). **Migrações Sul-Sul**. 2. ed. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/Unicamp, 2018.

JUBILUT, Líliliana Lyra. **O Direito internacional dos refugiados e sua aplicação no orçamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Método, 2007.

KATZ, Claudio. Origem e função do controle patronal. In: _____. BRAGA, Rui. COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva**. São Paulo: Xamã, 1995.

KREUTZ, Lúcio. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES. Eliane Marta Teixeira. et al. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2007.

LIMA, Kátia Regina de Souza. MARTINS, André Silva. Pressupostos, princípios e estratégias. In: NEVES. Lúcia Maria Wanderley. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia**. São Paulo: Xamã, 2005.

LOMBARDI, José Claudinei. Educação e ensino em Marx e Engels. **Revista Germinal: marxismo e educação em debate**. Londrina, v.2, n.2, p. 20-42, ago. 2010.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sócio demográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e a dependência de remessas no Haiti**. 2017. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma Contribuição para a análise de Políticas Educacionais. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>. Acesso em 22 jun. 2017.

MAINARDES, Jefferson. MARCONDES, Maria Inês. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009.

MARINUCCI, Roberto. Brasileiros e Brasileiras no Exterior: apresentação de dados recentes do Ministério das Relações Exteriores. **Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios**. 2008. Disponível em: www.csem.org.br Acesso em 23 jun. 2017.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Volume 1, Livro primeiro. O Processo de Produção do Capital. Tradução de BARBOSA, Regis; KOCHE, Flavio. São Paulo: Nova cultural, 1985-1986.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. Campinas: Navegando, 2011. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/ano/mes/ensino.pdf> Acesso em: 08. Abr. 2018.

MATIJASCIC, Vanessa Braga. Haiti: uma história de instabilidade política. **Cenário Internacional**. São Paulo, 14 jun. 2009. Disponível em: www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/.../PDF/.../Vanessa%20Braga%20Matijascic.pdf Acesso em 06 maio 2018.

METZNER, Tobias. La migración haitiana hacia Brasil: estudio en el país de origen. In: OIM – Organização Internacional para as migrações. **La migración haitiana hacia Brasil: características, oportunidades y desafíos**. Buenos Aires: Cadernos migratórios, n. 6, jul. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: O desafio da pesquisa social. In: _____. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes. 2002.

MORAES, Reginaldo C. **Neoliberalismo – de onde vem, para onde vai?** São Paulo: Senac. 2001.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes. 2002.

NOMA, Amélia Kimiko. KOEPSEL, Eliana Claudia Navarro. CHILANTE, Edinéia Fátima Navarro. Trabalho e Educação em Documentos de Políticas. **Revista HISTEDBR on-line**. Campinas, n. especial, p. 65-82, ago. 2010.

NOMA, AMÉLIA Kimiko. **História das políticas educacionais**: o projeto principal de educação para a América Latina e o Caribe. 2008. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/896.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

OIM. Organización Internacional para las Migraciones. **La migración haitiana hacia Brasil**: características, oportunidades y desafíos. Cuadernos migratorios n.º 6, 2014.

PARANÁ. **Plano Estadual de Políticas Públicas para a Promoção e Defesa dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas**. 2014 – 2016. Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/2015/PlanoEstadualMigranteRefugiadoParana.pdf>. Acesso em 09 nov. 2016.

_____. Instrução nº. 24 de 04 de dezembro de 2017 - SUED/SEED. Estabelece critérios para implantação e funcionamento de cursos no Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM) da rede pública estadual de ensino do Paraná. Disponível em: http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes2017/instrucao242017_sued_seed.pdf acesso em 28 mar. 2018.

_____. Instrução nº. 10 de 18 de novembro de 2010 - SEED/DAE/CDE. Orienta os procedimentos relacionados à Equivalência e Revalidação de Estudos realizados no Estrangeiro. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/instrucao102010seeddaecde.pdf> acesso em 03 ago. 2018.

PATARRA, Neide Lopes. BAENINGER, Rosana. Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil. In: _____. **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: FNUAP, 1995.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações Internacionais de e para o Brasil Contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 23-33, Jul./Set. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n3/v19n3a02.pdf>. Acesso em 23 jun. 2017.

PIERRO, Maria Clara Di. HADDAD, Sergio. Transformações nas políticas de educação de jovens e adultos no Brasil no início do terceiro milênio: uma análise das agendas nacional e internacional. **Cadernos CEDES**, Campinas, v.35, n.96, p.197-217, maio-ago. 2015.

PRADO Jr., Caio. **História Econômica do Brasil**. 2008, São Paulo, Brasiliense.

RABELO, Jackline. SEGUNDO, Maria das Dores Mendes. JIMENEZ, Susana. Educação para todos e reprodução do capital. **Revista Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 9 2009. Disponível em

<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN09%20JIMENEZ,%20S.%20et%20al.pdf> acesso em 14 jun. 2018.

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna**. Textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

REDE JUBILEU SUL/BRASIL. HAITI: Soberania e dignidade. **Relatório missão internacional de investigação e solidariedade com o Haiti**. São Paulo. 2007. Disponível em https://issuu.com/rbrasil/docs/haiti_soberania_dignidade acesso em 01/06/2018. Acesso em 18 jun. 2018.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo : Companhia das Letras, 2006.

RODRIGUES, Viviane Mozine. **Migrantes Haitianos no Brasil: Mitos e Contradições**. 2012. Disponível em: <http://actcientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT9/GT9_MozineRodriguezV.pdf > Acesso em: 08 jun. 2018.

SALES, Teresa. O trabalhador brasileiro no contexto das novas migrações internacionais. In: PATARRA, Neide Lopes. (Coord). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: FNUAP, 1995.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. São Paulo : Autores Associados, 2003.

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

SEITENFUS, Ricardo. **Haiti: dilemas e fracassos internacionais**. Ijuí/RS: UNIJUÍ, 2014.

SHIROMA, Eneida Oto. CAMPOS, Roselane Fátima, GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Revista PERSPECTIVA**. Santa Catarina. v.23, n.3, 2005.

SILVA, Ilse Gomes. A reforma do Estado brasileiro nos anos 90: processos e contradições. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n. 07, 2001.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos estudos**. ed. 85, v. 28, n. 3, nov. 2009.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: _____. **Economia política da urbanização**. 9 ed. São Paulo: Brasiliense. 1983.

SOARES, Laura Tavares R. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

UGÁ, Vivian Domínguez. A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. **Revista Sociologia Política**. Curitiba. v. 23, p. 55-62, nov. 2004.

UNESCO. **Conferência internacional sobre a educação de adultos.** Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro, Brasília : SESI/UNESCO, 1999.

_____. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos:** satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien, 1990. ED/90/CONF/205/1. UNESCO: 1998.

_____. **Declaração Universal Dos Direitos Humanos. 1948.** Brasília. 1998. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/> acesso em: 04 jun. 2017.

_____. **O Marco de Ação de Dakar Educação Para Todos:** atendendo nossos Compromissos Coletivos. Dakar, Senegal: Cúpula Mundial de Educação, 2000. Disponível em: www.educacaoparatodos.gov.br Acesso em: 18 jun.2018.

_____. **Relatório de Monitoramento Global da Educação.** 2016. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/education/education-2030/gem-report/> acesso em 18 jun. 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL). **RESOLUÇÃO CEPE Nº 044/2017.** Disponível em: <http://www.cops.uel.br/v2/Selecao/DetailarSelecao/Selecao/218> Acesso em: 09 abril 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **RESOLUÇÃO CEPE Nº 010/2017.** Disponível em: <http://www.prograd.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2017/08/RESOLUCAO-10-17-CEPE-1.pdf>. Acesso em: 02. abril 2018.

VAINER, Carlos B. Estado e imigração internacional: da imigração à emigração. In: PATARRA, Neide Lopes. (Coord). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo.** 2. ed. São Paulo: FNUAP, 1995.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis.** Tradução de Luiz Fernando Cardoso. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VILLEN, Patrícia. **Imigração na modernização dependente:** “braços civilizatórios” e a atual configuração polarizada. 2015. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

APÊNDICE A – BALANÇO DA PRODUÇÃO.

TÍTULO	AUTOR	ANO	PRODUÇÃO
A DIÁSPORA HAITIANA PARA O BRASIL: O novo fluxo migratório (2010-2012).	FARIA, Andressa Virgínia de.	2012	DISSERTAÇÃO PUC - MG
O ACESSO À EDUCAÇÃO ESCOLAR DE IMIGRANTES EM SÃO PAULO: A trajetória de um direito.	WALDMAN, Tatiana Chang.	2012	DISSERTAÇÃO UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
IMIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO BRASIL: Haitianos no Amazonas.	CAMARGO, Renata Ferreira.	2013	DISSERTAÇÃO UFRRJ
NOVAS FRONTEIRAS: Um olhar sobre a imigração haitiana para o Brasil.	ALCANTARA, Pedro Ivo de Morais.	2014	DISSERTAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
OS HAITIANOS À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E DA SOBERANIA ESTATAL: Deslocados ou refugiados ambientais?	ZEFERINO, Marco Aurélio Pieri.	2014	DISSERTAÇÃO UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO – UNAERP
IMIGRAÇÃO HAITIANA PARA O BRASIL: A relação entre trabalho e processo migratórios.	COTINGUIBA, Geraldo Castro.	2014	DISSERTAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
A MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO DO HAITI (MINUSTAH) NA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA: Atuação do contingente região centro oeste.	BARBALHO, Fabiana Pereira.	2014	DISSERTAÇÃO PUC - GOIAS
REFUGIADO AMBIENTAL: Uma análise da migração haitiana para o Brasil.	DUTRA, Cristiane Feldmann.	2015	DISSERTAÇÃO CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS – PORTO ALEGRE
OS DESLOCAMENTOS FORÇADOS DE HAITIANOS E SUAS IMPLICAÇÕES: Um desafio	PINTO, Joseane Mariéle Schuck.	2015	DISSERTAÇÃO UNISINOS

global na sociedade de risco.			
A MIGRAÇÃO HAITIANA PARA O BRASIL: Lacunas de proteção aos deslocados ambientais.	SILVA, José Carlos Loureiro.	2015	TESE UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PROTEÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS DOS HAITIANOS NO BRASIL (2010-2014).	LEAL, Marília Daniella Freitas Oliveira.	2015	DISSERTAÇÃO UEPB – UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
IMIGRAÇÃO NA MODERNIZAÇÃO DEPENDENTE: “braços civilizatórios” e a atual configuração polarizada.	VILLEN, Patrícia	2015	TESE UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSERÇÃO DOS IMIGRANTES HAITIANOS NOS CONTEXTOS EDUCATIVOS ESCOLARES E NÃO ESCOLARES NO OESTE CATARINENSE.	BORDIGNON, Sandra de Avila Farias.	2016	DISSERTAÇÃO UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ UNOCHAPECÓ
IMIGRAÇÃO, TRABALHO E PRECARIZAÇÃO: As condições de trabalho do imigrante haitiano na região metropolitana de Curitiba a partir de 2013.	VIEIRA, Cainá Domit.	2016	DISSERTAÇÃO UEPG
A INFLUÊNCIA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO BRASIL-HAITI NO PROCESSO MIGRATÓRIO E NA GARANTIA DE DIREITOS HUMANOS A IMIGRANTES HAITIANOS RESIDENTES EM CUIABÁ.	FERREIRA, Vera.	2016	DISSERTAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
O MUNDO EM MOVIMENTO: O “refúgio ambiental” dos haitianos no Brasil.	MELO, Luiz Renato De Sousa.	2016	DISSERTAÇÃO UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA - UNAMA

A IMIGRAÇÃO HAITIANA EM SANTA CATARINA: Perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti.	MAGALHÃES, LUÍS FELIPE AIRES.	2017	TESE UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
--	-------------------------------	------	---

Fonte: Elaboração da autora com base nas dissertações e teses selecionadas e utilizadas na composição do texto desta dissertação.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM RESPONSÁVEL LEGAL PELA OFERTA DO SERVIÇO EDUCATIVO

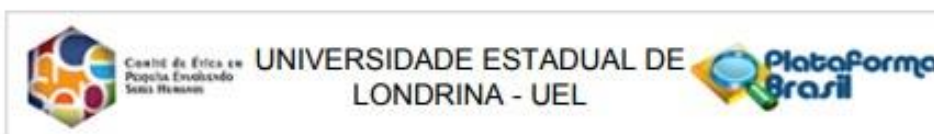
- 1) Nome:
- 2) Cargo que ocupa:
- 3) Instituição que representa/possui vínculo empregatício/ voluntário:
- 4) Nome do Serviço Educativo?
- 5) O que motivou a oferta do Serviço Educativo?
- 6) Qual o objetivo do Serviço?
- 7) Como o mesmo está estruturado (Físico, Humano, Pedagógico)?
- 8) Está em funcionamento a quanto tempo?
- 9) Quais os resultados esperados com a oferta do Serviço Educativo?
- 10) De que maneira é registrado a avaliação/resultados?
- 11) Quais os resultados já obtidos com o Serviço Educativo?
- 12) Quantos haitianos foram matriculados e quantos permanecem?
- 13) Conhece alguma outra oferta ou possibilidade de inserção educacional para imigrantes?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ESTUDANTE DE NACIONALIDADE HAITIANA PARTICIPANTE DO SERVIÇO EDUCATIVO OFERTADO SUJEITO: ESTUDANTE DE NACIONALIDADE HAITIANA PARTICIPANTE DO SERVIÇO EDUCATIVO

- 1) Nome;
- 2) Idade;
- 3) País de origem;
- 4) Formação Escolar;
- 5) Motivação para a imigração?
- 6) Perspectivas no atual país?
- 7) Por que está participando do Serviço Educativo?
- 8) Quais são suas expectativas com o Serviço?

APÊNDICE D – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA.

NÚMERO DO PARECER: 2.610.242



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: IMIGRAÇÃO HAITIANA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA INSERÇÃO E PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS DE HAITIANOS ADULTOS EM LONDRINA.

Pesquisador: NELMA DOS SANTOS ASSUNCAO GALLI

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 82999818.0.0000.5231

Instituição Proponente: CECA - Departamento de Educação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.610.242

Apresentação do Projeto:

Conforme relatado no parecer anterior: segundo a pesquisadora, foi proposta nessa pesquisa analisar a nova conjuntura da imigração, com ênfase a imigração haitiana para o Brasil, movida pelos desafios postos na atualidade para a inserção dessa camada da população nas políticas públicas brasileiras. O objetivo da pesquisa é analisar a forma de inserção dos imigrantes haitianos adultos residentes no município de Londrina nos processos educativos e as perspectivas educacionais desse público frente aos serviços educativos ofertados. Para a identificação das perspectivas educacionais relativas ao público alvo aqui determinado, optamos por uma pesquisa qualitativa, abordagem técnica do trabalho de campo, utilizando a entrevista semi-estruturada, composta de perguntas previamente estabelecidas e conversas abertas, pois, segundo Neto (2002, p. 57) "através dela, o pesquisador busca obter informes obtidos na fala dos atores sociais". A pesquisa será realizada nos espaços institucionais que ofertam serviços educativos aos imigrantes residentes no Brasil, optando por uma amostragem focalizada na nacionalidade haitiana, contendo o mesmo número de homens e mulheres adultos. Nos últimos anos, o tema migrações internacionais tem ocupado os noticiários, ampliando o debate sobre os Direitos Humanos, abertura de fronteiras e garantia de acesso a políticas públicas de proteção. No Brasil, verifica-se a partir de 2010 um intenso fluxo migratório em busca de segurança, trabalho e melhores condições de vida. Diante dessa realidade, nos propomos a estudar a imigração haitiana ao Brasil e os mecanismos de garantia de direitos, com ênfase a educação. A pesquisa aqui apresentada

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

CEP: 86.057-970

UF: PR

Município: LONDRINA

Telefone: (43)3371-5455

E-mail: cep268@uel.br



Centro de Ética em
Pesquisa Envolvendo
Seres Humanos

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA - UEL



Continuação do Parecer: 2.610.242

possui como objetivo analisar a forma de inserção dos imigrantes haitianos adultos residentes no município de Londrina nos processos educativos e as perspectivas educacionais desse público frente aos serviços ofertados.

Objetivo da Pesquisa:

A pesquisa proposta está direcionada a análise dessa nova conjuntura da imigração, com ênfase a imigração haitiana para o Brasil, sendo o objetivo da pesquisa: Analisar a forma de inserção dos imigrantes haitianos adultos residentes no município de Londrina nos processos educativos e as perspectivas educacionais desse público frente aos serviços educativos ofertados. Buscaremos, por meio de pesquisa de campo, identificar os serviços educativos atualmente ofertados no Município, identificando o perfil dos participantes para então, por meio de amostragem, identificar quais suas perspectivas educacionais frente aos serviços ofertados.

Também apresenta-se como objetivo identificar os serviços educativos atualmente ofertados no Município, identificando o perfil dos participantes para então, por meio de amostragem, identificar quais suas perspectivas educacionais frente aos serviços ofertados.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo a pesquisadora, imigrantes haitianos que se sentirem desconfortáveis, constrangidos, ou que notarem que a pesquisa está lhe causando risco psicológico, físico, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual, em qualquer momento da pesquisa poderão relatar este fato à pesquisadora que será prontamente atendido e amparado pela mesma conforme Resolução 466/12 em seu item V.6 onde afirma: "O pesquisador, o patrocinador e as instituições e/ou organizações envolvidas nas diferentes fases da pesquisa devem proporcionar assistência imediata, nos termos do item II.3, bem como responsabilizarem-se pela assistência integral aos participantes da pesquisa no que se refere às complicações e danos decorrentes da pesquisa."

A pesquisadora não individualizou os procedimentos a serem tomados, conforme havíamos requerido no parecer anterior.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Segundo a pesquisadora, visando ampliar as possibilidades de análise do assunto, os benefícios esperados com a pesquisa são: a) divulgação no meio acadêmico do tema abordado, b) problematizar com a sociedade a demanda por políticas públicas mais específicas aos imigrantes refugiados residentes no Brasil.

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

CEP: 86.057-970

UF: PR

Município: LONDRINA

Telefone: (43)3371-5455

E-mail: cep268@uel.br



Continuação do Parecer: 2.610.242

Sem dúvida que, caso consiga a pesquisa alcançar os seus objetivos, propiciará o aperfeiçoamento das políticas públicas em especial para os imigrantes refugiados. Temos aqui, com todo respeito, preocupação que com o número escolhido de entrevistados seja possível atingir os resultados esperados. Talvez fosse o caso, a título de sugestão, de ampliar o número de pesquisados.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Documentos apresentados:

01. Projeto completo: contém o termo de esclarecimento livre e esclarecido, de acordo com o formulário aprovado por este Comitê; proposta de roteiro de pesquisa, apêndice B, cujas perguntas não apresentam qualquer problema de conteúdo ético.
02. Termo de confidencialidade e sigilo assinado pela pesquisadora.
03. Termo de concordância da instituição co-participante, no caso Pastoral do Migrante.
04. Termo de concordância da Secretaria de Educação do Município de Londrina, também nominada como co-participante.
05. Folha de rosto devidamente preenchida e assinada pela Coordenadora de Pós Graduação em Educação.
06. Cronograma de atividades.
07. Declaração sobre o local da pesquisa e providências a serem tomadas em relação aos pesquisados;

Recomendações:

não existem recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Entendemos que quase todas as pendências apresentadas no parecer anterior foram cumpridas, sendo que as demais foram esclarecidas no corpo do projeto. Em especial quanto à individualização dos custos, número de entrevistados, questionários a serem aplicados aos imigrantes e aos que integram os serviços educativos e alteração do cronograma por conta da necessidade de complementação do projeto. Também foram atendidos os pedidos de esclarecimentos necessários quanto ao local de aplicação da pesquisa e às providências que serão tomadas em concreto caso ocorra algum desconforto nos entrevistados.

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: LABESC - Sala 14	CEP: 86.057-970
Bairro: Campus Universitário	
UF: PR	Município: LONDRINA
Telefone: (43)3371-6455	E-mail: cep268@uel.br



Centro de Ética em
Pesquisa Envolvendo
Seres Humanos

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA - UEL



Continuação do Parecer: 2.610.242

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1019995.pdf	06/04/2018 17:20:27		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	NelmaStosAssuncaoGalli_ProjetoDePesquisa.pdf	06/04/2018 17:20:07	NELMA DOS SANTOS ASSUNCAO GALLI	Aceito
Outros	ROTEIRO_DE_ENTREVISTA_SUJEITO_Estudante_de_nacionalidade_haitiana_participante_do_Servico_Educativo.pdf	06/04/2018 17:16:05	NELMA DOS SANTOS ASSUNCAO GALLI	Aceito
Outros	ROTEIRO_DE_ENTREVISTA_SUJEITO_Responsavel_pelo_servico_educativo.pdf	06/04/2018 17:11:14	NELMA DOS SANTOS ASSUNCAO GALLI	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DeclacaoDeProvidencias.pdf	06/04/2018 17:05:47	NELMA DOS SANTOS ASSUNCAO GALLI	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DeclacaoAtestandoqueaPesquisanaofoiniciada.pdf	06/04/2018 17:05:18	NELMA DOS SANTOS ASSUNCAO GALLI	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	04/04/2018 21:05:53	NELMA DOS SANTOS ASSUNCAO GALLI	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TermoDeConfidencialidadeSigilo.pdf	07/02/2018 19:57:12	NELMA DOS SANTOS ASSUNCAO GALLI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento_Livre_e_Esclarecido.doc	07/02/2018 18:56:38	NELMA DOS SANTOS ASSUNCAO GALLI	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	PASTORAL_DECLARACAO.pdf	07/02/2018 18:49:18	NELMA DOS SANTOS ASSUNCAO GALLI	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	SECRETARIA_DE_EDUCACAO.pdf	07/02/2018 18:48:41	NELMA DOS SANTOS ASSUNCAO GALLI	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	07/02/2018 18:47:54	NELMA DOS SANTOS ASSUNCAO GALLI	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

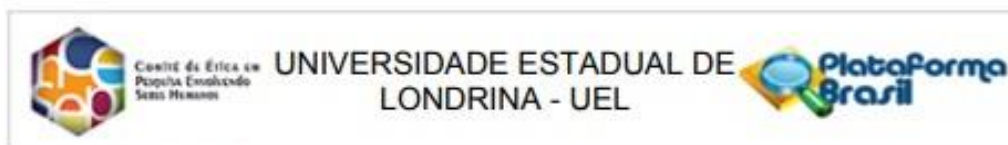
CEP: 86.057-970

UF: PR

Município: LONDRINA

Telefone: (43)3371-5455

E-mail: cep268@uel.br



Continuação do Parecer: 2.610.242

LONDRINA, 19 de Abril de 2018

Assinado por:
Rosana Lopes
(Coordenador)

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

UF: PR

Município: LONDRINA

Telefone: (43)3371-5455

CEP: 86.057-970

E-mail: cep268@uel.br